



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA EDUARDA FERREIRA DE MELO

CIDADE DE MEMÓRIAS: estratégias para a salvaguarda da paisagem urbana de
Alexandria/RN

PAU DOS FERROS – RN

2023

MARIA EDUARDA FERREIRA DE MELO

CIDADE DE MEMÓRIAS: estratégias para a salvaguarda da paisagem urbana de
Alexandria/RN

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:

Prof. Dra. Monique Lessa Vieira Olimpio

PAU DOS FERROS – RN

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

MM528 Melo, Maria Eduarda Ferreira de.
c CIDADE DE MEMÓRIAS: estratégias para a
 salvaguarda da paisagem urbana de Alexandria/RN /
 Maria Eduarda Ferreira de Melo. - 2023.
 151 f. : il.

 Orientadora: Monique Lessa Vieira Olimpio.
 Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2023.

 1. Patrimônio arquitetônico. 2. Paisagem urbana.
3. História. 4. Memória. 5. Significância cultural.
I. Olimpio, Monique Lessa Vieira, orient. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA EDUARDA FERREIRA DE MELO

CIDADE DE MEMÓRIAS: estratégias para a salvaguarda da paisagem urbana de
Alexandria/RN

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:
Prof. Dra. Monique Lessa Vieira Olimpio

Defendida em: 16/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Monique Lessa Vieira Olímpio (UFERSA)
Presidente

Profa. Dra. Anna Cristina Andrade Ferreira (UFERSA)
Membro Examinador

Prof. Dr. Damião Esdras Araujo Arraes (UFERSA)
Membro Examinador

Agradecimentos

Agradeço à Deus, minha força interior, que me guarda e permite alcançar os meus objetivos por mais difíceis que sejam.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Marilene e Marigezo, e minha irmã Ana Luiza, por toda a dedicação, amor e apoio.

Aos meus amigos e colegas, Marcelo e Heloise, com os quais compartilhei de todas as alegrias e dificuldades vividas nesses últimos períodos intensos de curso, persistimos sempre, um ajudando ao outro.

Agradeço ao grande estudioso e historiador da cidade de Alexandria/RN, George Veras. Principalmente pelo empenho e dedicação quanto a documentação da história do município, abrindo espaço para novos conhecimentos.

A todos os mestres que participaram da minha jornada acadêmica, em especial a orientadora Monique Lessa Vieira Olimpio, na qual me inspiro profundamente, obrigado por toda paciência, ensinamentos e dedicação para comigo. Agradeço também ao querido professor Damião Esdras Araujo Arraes que participou deste trabalho e da busca pelo êxito desde o processo inicial de pesquisa com o ITCC. Assimcomo um grande obrigada a professora Anna Cristina Andrade Ferreira, pelos ensinamentos e caminhos prestados no decorrer do curso.

A todos os amigos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desse sonho, principalmente a Mayra, Lucas e Bruna, levarei para sempre em meu coração todos os momentos vividos durante esses anos.

Alexandria, pedaço
De Martins, onde nasci,
Recebe meu forte abraço,
Pois gosto muito de ti.

Moacir Lucena

Resumo

A presente pesquisa abrange questionamentos relacionados à preocupação com o bem-estar patrimonial da cidade de Alexandria/RN. Diante disso, surgem as perguntas: que medidas seriam necessárias para que a população de Alexandria reconheça a memória e a história da construção material da paisagem da cidade? Como educar a sociedade no que diz respeito à apreciação e reconhecimento do patrimônio edificado da paisagem urbana de Alexandria? Portanto, o estudo objetiva-se pela elaboração ações e diretrizes para salvaguardar o patrimônio histórico da cidade. De cunho qualitativo, a metodologia empregada permite, por meio do estudo e embasamento teórico sobre a cidade, patrimônio e memória, coleta e análise da malha urbana, elaborar fichamento e roteiro de acordo com os atributos patrimoniais encontrados e, com isso alcançar os objetivos almejados. A partir disso, ser visto como parâmetro legislativo para a população e instituições locais, bem como de cidades vizinhas.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico. Paisagem urbana. História. Memória. Significância cultural.

Abstract

This research covers issues related to the concern with the heritage well-being of the city of Alexandria/RN. In this regard, what measures would be necessary for the population of Alexandria to recognize the memory and history of the material construction of the city's landscape? And, how to educate society for the appreciation and recognition of the built heritage of the urban landscape of Alexandria? Therefore, the study is aimed at developing actions and guidelines to safeguard the city's historical heritage. Of a qualitative nature, the method used allows, through the study and theoretical foundation on the city, heritage and memory, the collection and analysis of the urban fabric, for the elaboration of records and itineraries according to the patrimonial attributes found and, with that, achieve the desired goals. Through this process, to be seen as a legislative parameter for the local population and institutions, as well as for neighboring cities.

Keywords: Architectural heritage. Urban landscape. History. Memory. Culture significance.

Lista de Figuras

Figura 01 – Localização do município no Estado do Rio Grande do Norte	18
Figura 02 – Vista panorâmica da cidade de Alexandria/RN	44
Figura 03 – Bandeira do município de Alexandria/RN	45
Figura 04 – Tombo de demarcação, identificado como documento mais antigo sobre a existência humana na Barriguda	46
Figura 05 – Marcas de ferro encontradas no Sítio do Fidalgo	47
Figura 06 – Fotografia da Serra Barriguda, ano de 2023	48
Figura 07 – Cartas dos estados da Parahyba e Rio Grande do Norte	49
Figura 08 – Mapa da viação dos estados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe	50
Figura 09 - Título e trecho da notícia sobre a instalação do Município, publicada em 23.09.1930 pelo Jornal “ <i>Correio do Povo</i> ”, de Mossoró	51
Figura 10 – Fração de artigo do jornal “ <i>A República</i> ” publicado em 11 de novembro de 1936, justificando a mudança de João Pessoa a Alexandria	53
Figura 11 – Fotografia do ano de 1955, antes da pavimentação da rua e construção da Praça Maria Cavalcante	54
Figura 12 – Aspecto parcial da Avenida Dr. Gregório de Paiva, ano de fotografia corresponde a 1966	55
Figura 13 – Mapa cartográfico da cidade de Alexandria do ano de 1999	56
Figura 14 – Imagem da Igrejinha, ano desconhecido	57
Figura 15 – Capela do Sagrado Coração de Jesus, fotografia do ano de 2007	58
Figuras 16 – Fotografias do estado atual da Capela do Sagrado Coração de Jesus	59
Figuras 17 – Fotografias do estado atual da Capela do Sagrado Coração de Jesus	59
Figura 18 – Casa na zona rural, sítio Curral Velho, fotografia de 2007	60
Figura 19 – Casa na zona rural, sítio Curral Velho, fotografia de 2023	60
Figura 20 – Residência do sítio Olho d’água Grande, considerada uma das mais antigas do município, construída em 1862. Fotografia de janeiro de 1987	61
Figura 21 – Residência do sítio Olho d’água Grande, considerada uma das mais antigas do município, construída em 1862. Fotografia do ano de 2007	62
Figura 22 – Residência do sítio Olho d’água Grande, considerada uma das mais antigas do município, construída em 1862. Fotografia do ano de 2023	63

Figura 23 – Fotografia do início da década de 1940. Alunos do Grupo Escolar posam para foto com o retrato de João Bernardino	65
Figura 24 – Fotografia do início da década de 1940	65
Figura 25 – Fotografia da fachada da escola no ano de 2007	66
Figura 26 – Situação atual da Escola Waldemar de Sousa Veras	66
Figura 27 – Situação atual da Escola Waldemar de Sousa Veras, fachada tomada por árvores Nim que acabam por dificultar a visualização do indivíduo que passeiam pelas principais ruas do centro	67
Figura 28 – Retrato da fachada principal do açougue público de Alexandria	67
Figura 29 – Retrato da fachada posterior do açougue público de Alexandria	68
Figura 30 – Fotografia do ano de 1946, durante a construção da Igreja Matriz	69
Figura 31 – Retrato do ano de 1960, durante a realização das Santas Missões Populares, comandadas por Frei Damião, visto ao centro e topo da multidão. Ao lado direito da Igreja, a Casa Paroquial	70
Figura 32 – Igreja Matriz, 2023	70
Figura 33 – Fotografia do ano de 1957. Uma das passagens do trem pela cidade	71
Figura 34 – Fotografia capturada na década de 1960 de populares aguardando a chegada do trem	72
Figura 35 – Fotografia capturada na década de 1960 da Estação Ferroviária de Alexandria, com a Serra Barriguda ao fundo	73
Figura 36 – Fotografia do estado atual da Estação Ferroviária	73
Figura 37 – Quartel de polícia da cidade, fotografia do ano de 1965	74
Figura 38 – Fotografia atual do que se configura a Secretaria de Cultura de Alexandria, no antigo prédio do Quartel Municipal	75
Figura 39 – Situação atual de uma das fachadas do Mercado Público	76
Figura 40 – Fotografia do atual conjunto de mercado público	76
Figura 41 – Fotografia de uma das edificações comerciais mais antigas do território, era sede de uma das farmácias da cidade	77
Figura 42 – Imagem de outras edificações comerciais no trecho do mercado, ambas em estado de abandono	77
Figura 43 – Fotografia de rua da década de 1960	78
Figura 44 – Fotografia da década de 1960, Avenida Dr. Gregório de Paiva	79
Figura 45 – Edificação residencial na Avenida Dr. Gregório de Paiva	79
Figura 46 – Edificação residencial na Avenida Dr. Gregório de Paiva	80

Figura 47 – Edificação residencial na Travessia Benício de Paiva	80
Figura 48 – Edificação residencial na Rua Ananias Emídio de Sousa	81
Figura 49 – Vista aérea da cidade entre dois de seus bairros e a definição da poligonal de estudo	82
Figura 50 – Mapa de traçado e parcelamento da cidade	83
Figura 51 – Mapa de cheios e vazios	84
Figura 52 – Mapa de uso do solo	84
Figura 53 – Mapa de caracterização das vias	85
Figura 54 – Mapa de articulações	86
Figura 55 – Mapa de gabarito	87
Figura 56 – Mapa de equipamentos de uso coletivo	88
Figura 57 – Mapa de localização das edificações tombadas no município	89
Figura 58 – Desfile cívico em Alexandria, ano de 2022	93
Figura 59 – Desfile cívico em Alexandria, ano de 2022	93
Figura 60 – Desfile cívico em Alexandria, ano de 2022	94
Figura 61 – Imagens presentes no questionário	97
Figura 62 – Imagens presentes no questionário	98
Figura 63 – Exposição em sala de aula de desenho de crianças sobre a cidade	101
Figura 64 – Exposição em sala de aula de desenho de crianças sobre a cidade	102
Figura 65 – Exercícios realizados com turma do EJA	103
Figura 66 – Exercícios realizados com turma do EJA	103
Figura 67 – Exercícios realizados com turma do EJA	104
Figura 68 – Mapas mentais n° 01 e n° 02	104
Figura 69 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960 e 2023	105
Figura 70 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960 e 2023	106
Figura 71 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 2006 e 2023	106
Figura 72 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960 e 2023	107
Figura 73 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960, 1990 e 2023	107

Figura 74 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos desconhecido e 2023	108
Figura 75 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos desconhecido e 2023	108
Figura 76 – Poligonal de interesse patrimonial	111
Figura 77 – Edificações a serem restauradas em Alexandria/RN.	112

Lista de Gráficos e Quadros

Quadro 01 – Edificações tombadas no estado em detrimento ao IPHAN e a FJA	26
Gráfico 01 – Resultado sobre tempo de vínculo	96
Gráfico 02 – Resultado sobre a avaliação dos usuários aos aspectos abaixo	96
Gráfico 03 – Resultado sobre a avaliação dos usuários aos aspectos abaixo	97
Gráfico 04 – Resultado sobre a opinião dos usuários quanto aos elementos da memória	98
Gráfico 05 – Resultado da seleção de edificações através de imagens antigas	99
Gráfico 06 – Resultado sobre a opinião dos usuários quanto aos elementos de memória	99
Gráfico 07 – Resultado sobre a opinião dos usuários quanto a proteção de prédios históricos	100
Gráfico 08 – Resultado sobre a opinião quanto a salvaguarda imaterial	100

Lista de Abreviaturas e Siglas

CE – Ceará

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FJA – Fundação José Augusto

GCI – Getty Conservation Institute de Los Angeles

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

RN – Rio Grande do Norte

SHUs – Sítios Históricos Urbanos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WHC – World Heritage Centre

ZEIP – Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural

Sumário

Introdução	17
1. A arquitetura e urbanismo como patrimônio cultural: critérios para salvaguarda de um centro urbano	22
1.1 O bem cultural como critério de salvaguarda para os centros históricos	22
1.1.2 Perspectiva nacional, estadual e municipal sobre o patrimônio histórico.	25
1.2 Legislações patrimoniais como resgate da manutenção das cidades: ambiências e critérios gerais de salvaguarda	27
2. Carência patrimonial nos sertões: patrimônio como consciência histórica	30
2.1 Breve abordagem sobre a construção histórica dos espaços no sertão	30
2.2 Comparativos entre bens tombados no eixo nacional e regional em detrimento das pequenas cidades.	32
3. Percurso metodológico	35
3.1 Análise Morfológica	35
3.2 Perspectiva do usuário	36
3.3 Elaboração de inventário de fachadas	42
4. Memória de Alexandria: origem e particularidades arquitetônicas	44
4.1 Origem de Alexandria: de capela à cidade	50
4.2 Primeiras edificações e suas funções	57
4.2.1 Capela do Sagrado Coração de Jesus	57
4.2.2 Casa do Sítio Curral Velho	59
4.2.3 Casa do Sítio de Olho D'água Grande	61
4.2.4 Escola Waldemar de Sousa Veras	63
4.2.5 Açougue Público	67
4.2.6 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	68
4.2.7 Estação ferroviária de Alexandria	71
4.2.8 Antigo Quartel Municipal	73
4.2.9 Mercado Público e setor comercial	75
4.2.10 Casas de valor patrimonial	78
5. Análise morfológica do centro de Alexandria: mapas temáticos como tradução do desenvolvimento da malha urbana	82
5.1 Mapa de traçado e parcelamento	82
5.2 Mapa de cheios e vazios	83
5.3 Mapa de uso do solo	84
5.4 Mapa de caracterização das vias	85
5.5 Mapa de articulações	86
5.6 Mapa de gabarito	87
5.7 Mapa de equipamentos de uso coletivo	88

5.8 Mapa de edificações tombadas a nível estadual	88
6. Apego e Memória Alexandriense: participação da população na sua vivência	89
6.1 Memória coletiva e sua importância para o desenvolvimento da cidade: desfiles cívicos como instrumentos de apreciação.	91
6.2 Abordagem sobre a perspectiva do usuário sobre a área de estudo	94
6.2.1 Questionário	95
6.2.2 Mapas mentais e exercícios para com instituições de ensino	101
6.3 Paralelo temporal: contraposição de fotografias	105
7. Projeto sobre a existência patrimonial da cidade: identificação e intervenção pela sua salvaguarda	109
Considerações finais	114
Referências	115
Apêndices	
Anexos	

Introdução

O patrimônio arquitetônico-urbano revela a história e a projeção cultural de determinado local, enquanto os aspectos fundamentais do desenvolvimento urbano e a identidade da comunidade são mantidos por meio de sua conservação. Entende-se que os valores de uma sociedade também passam por sua manutenção como peça histórica, e a paisagem urbana deve ser preservada como fonte segura de identificação de gerações passadas e futuras. Diante dessas observações, percebe-se que a cidade de Alexandria-RN dispõe de significativos bens históricos e culturais que merecem ser preservados e apreciados como patrimônio da cidade. São poucas as edificações que têm sua salvaguarda garantida, e entre elas muitas necessitam de uma atenção especial para sua proteção, requerendo uma análise cuidadosa do entendimento da estrutura urbana e o significado da história da cidade aos órgãos públicos e sua população. Logo, entende-se que o município sofre pela carência de legislações que correspondam ao eixo patrimonial, havendo necessidade da implementação de normas e estímulo à discussão sobre a significância cultural da cidade.

Para continuidade do entendimento sobre o objeto de estudo da pesquisa aqui elaborada, é preciso situar o leitor(a) quanto à localização da cidade de Alexandria no contexto da formação interiorana do estado. Alexandria localiza-se na microrregião de Pau dos Ferros, assim como na Zona Homogênea de Planejamento do Alto Apodi, Rio Grande do Norte. O clima é semiárido, como o de seus vizinhos do Alto Oeste Potiguar, bastante quente em grande parte do ano e estações chuvosas entre fevereiro e junho. A cidade tem área territorial estimada em 381,20 km², correspondendo a 0,79% da extensão estadual (VERAS, 2007, p. 49).

Quanto à delimitação territorial e acessos às cidades vizinhas, Alexandria fica a 369 km da capital do estado, Natal. Encontra-se próxima de municípios do estado da Paraíba. Ao Norte, Alexandria limita-se a caminhos dos municípios de Antônio Martins e Pilões (RN); ao Sul, com a cidade de Santa Cruz (PB); ao Leste, com Bom Sucesso e Brejo dos Santos (PB); e, por fim, ao Oeste, com os municípios de Tenente Ananias e Marcelino Vieira (RN).

Figura 01 – Localização do município no Estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Abreu (2018)

Existem diversas abordagens para o conceito de paisagem. Ribeiro (2007, p. 9) conceitua a paisagem cultural como o resultado do trabalho desempenhado pelo homem sobre a natureza. Contudo, os aspectos políticos, tecnológicos e econômicos são considerados dentro de uma linha do tempo que ocupa o espaço natural, formando um sistema dinâmico de vivências humanas em processo de constante crescimento (Ribeiro, 2007, p. 14). Desse modo, busca-se compreender que medidas seriam necessárias para que a população de Alexandria reconheça a memória e a história da construção material da paisagem da cidade e como educar a sociedade no que diz respeito à apreciação e reconhecimento do patrimônio edificado da paisagem urbana de Alexandria.

É fundamental compreender a paisagem urbana e seus ambientes como uma esfera que não acomoda somente construções materiais, como também perspectivas daquilo que o sujeito vivencia e experimenta. Por meio da relação criada entre o ser humano e o ambiente é possível identificar a criação do apego pelo espaço e memória do que é e foi vivido. Para Halbwachs (2013, p. 30), a lembrança é construída por meio de uma comunidade afetiva e seu convívio social. Assim, a composição da memória de um sujeito se dá pela junção das lembranças de diferentes grupos sociais, dentro desses, o indivíduo cria uma percepção sobre. Nesse sentido, o indivíduo está inserido dentro da memória individual e coletiva de um espaço. Ou seja, dentro do aspecto patrimonial da paisagem urbana, a memória é construída a partir de um grupo social,

a comunidade urbana. Cada memória individual criada por um integrante da população é uma parte do ponto de vista da memória coletiva (SILVA, 2016, p. 248).

O apego ao lugar é o princípio para identificar a qualidade de vida de um determinado espaço. Isso é notório em um ambiente bem administrado, resultando em sentimentos de segurança e proteção para os indivíduos que o apropriam socialmente e desenvolvem sensações de pertencimento. Com efeito, o apego criado pelo sujeito ao território que habita é capaz de desenvolver empenhos para a salvaguarda da identidade formada (OLIVEIRA *et al.* 2019, p. 182).

Como bem diz Emanuel Oliveira Braga no texto “Memória, patrimônio e cidadania” (2011, p. 01), a vida é feita no presente, é nele que são provadas as nossas ações humanas. Entretanto, para que o presente seja vivido, houve acontecimentos, impressões e sensações resgatadas do passado que foram efetivadas pela memória. Ela é o ponto chave do presente, nela se dá o desenvolvimento do ser humano e a sua relação com a sociedade. Braga (2011, p. 01) ainda relata que a memória dá início à humanidade, o que diferencia os humanos de demais seres vivos. Apesar disso, algumas pessoas não constroem apego às memórias erguidas, um dos motivos disso é a limitação da compreensão quanto ao bem patrimonial e à paisagem cultural.

Para mais, o trabalho textual de Vanessa Maria Pereira e Fellipe Decrescenza Andrade Amaral em “A patrimonialização dos sítios urbanos na Chapada Diamantina: as abordagens patrimoniais entre os séculos XX e XXI” (2022, p. 243) procura refletir a respeito do método de patrimonialização de sítios locados na Chapada Diamantina, Bahia. Sítios tombados pelo IPHAN entre o século XX e XXI por diferentes razões. Os autores abordam durante a pesquisa como o processo de reconhecimento institucional dessas localidades foi realizado, identificando os principais fatores e significâncias patrimoniais que justificaram a proteção dos bens encontrados. Além de compreender a função da arquitetura popular dentro do processo de diagnóstico patrimonial, por meio dos interesses de cada época, analisando as relações entre as transformações da discussão dos estudos em escalas internacionais, nacionais e regionais de salvaguarda e construção de políticas públicas de desenvolvimento local.

Percebe-se a limitação do conhecimento e preocupação por parte da população e de órgãos públicos com a integridade e valorização dos principais itens culturais do município. Assim, mostra-se relevante o estudo e análise da formação urbana da cidade de Alexandria,

visando as transformações da imagem de cidade e quais as significâncias patrimoniais existentes. Com o crescimento de Alexandria como eixo econômico, social, político e cultural, é necessário propor maneiras de valorização da paisagem urbana por meio da salvaguarda com objetivo de fortalecer a memória do povo e seu apego à cidade. Entende-se que a proteção de um bem cultural pretende defender aquilo que estabelecemos como o resultado de nossa cultura. A construção de legislações referentes à proteção do patrimônio histórico faz com que essa premissa esteja cada vez mais envolvida no dia a dia de quem a experimenta. Dessa forma, uma ação de gestão, por meio do desenvolvimento de plano de salvaguarda, trará uma nova perspectiva de uso e, com isso, responsabilidade pela plenitude da paisagem urbana arquitetada pela própria história.

Esse trabalho terá como *objetivo geral* a elaboração de ações de gestão que possam corresponder ao plano futuro de salvaguarda da área central e ferroviária de Alexandria-RN. Esse estudo apresentará como *objetivos específicos* i) a identificação dos valores e bens patrimoniais inseridos dentro do contexto alexandriense; ii) estudar a formação urbana da cidade; iii) compreender as transformações da imagem da cidade por meio de perspectiva histórica.

A partida para compreensão e estudo do método de estudo, deu-se pela leitura e aplicação do Plano de Gestão da Conservação Urbana, realizado pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, no ano de 2012. Com o propósito de investigar e identificar os valores patrimoniais no contexto urbano da cidade de Alexandria/RN, adota-se um conjunto de métodos iniciados a partir do contexto histórico. A pesquisa aborda a história escrita e oral do sítio como uma unidade urbana, junto do levantamento dos bens patrimoniais urbano-arquitetônico e da paisagem. Ao passo que busca o conhecimento preliminar do patrimônio cultural, por meio de visitas a acervos e arquivos locais para levantamento de informações sobre o objeto de investigação. Soma-se a seleção e coleta dos dados manuscritos, de bibliografia e/ou iconografia relacionadas aos mapas, cartas, desenhos e fotografias referentes ao objeto de estudo. Prevê-se a elaboração de questionários com grupos sociais definidos, recolhendo informações sobre a memória individual e coletiva da área. Além da estruturação de um roteiro para leitura e análise da malha urbana e fichamento de verificação dos bens patrimoniais urbano-arquitetônicos. Por fim, a identificação das características e atributos dos bens patrimoniais quanto à sua significação cultural. Por meio da coleta das informações pretendidas, inicia-se a construção do objetivo geral de estudo.

O trabalho estrutura-se no intuito de apresentar e localizar o leitor(a) no contexto do patrimônio histórico e cultural de Alexandria – RN. Utiliza do embasamento teórico e prático das construções legislativas para preservar e/ou conservar os bens. O primeiro capítulo explora a arquitetura patrimonial e os critérios e diretrizes seguidos para estabelecer o plano de salvaguarda de uma edificação, área ou sítio. Além disso, exprime e identifica as principais legislações acerca do tema de patrimônio e como sua aplicação, bem como a ambiência histórica, podem alterar o contexto cultural, social, político e econômico de uma região. O segundo capítulo abrange e problematiza a carência das legislações e da atividade dentro dos sertões, principalmente no contexto político das pequenas cidades. Em seguida, o terceiro capítulo é responsável pelo percurso metodológico do trabalho. Nele se concentra os caminhos para a construção da pesquisa. Serão abordados estudos morfológicos e a justificativa da sua análise, como também sobre o acesso a perspectiva dos usuários e os instrumentos necessários para a documentação de inventários de bens com significância patrimonial. O quarto capítulo da pesquisa aborda o objeto de estudo em si. Estuda-se sua história e formação da malha urbana, identificando seus bens patrimoniais. Configura-se nas origens e particularidades da cidade objeto de estudo. Neste, será analisada sua construção como história edificada, suas primeiras e principais obras arquitetônicas que originaram a comunidade. Em sequência, o quinto capítulo tratará da interpretação morfológica da cidade por meio de mapas temáticos. Mediante tais instrumentos de análise, será possível identificar e estudar o crescimento material da cidade em perspectiva histórica. O sexto capítulo irá explorar o apego e a memória existente da população sobre a cidade de Alexandria, a vivência e o significado da paisagem do município nas relações cotidianas, a participação dos habitantes evidenciada por meio de questionários e exercícios lúdicos e dinâmicos. Consequentemente, o sétimo e último capítulo desenvolve a identificação das principais edificações existentes no conjunto da cidade, a delimitação de seus pontos focais seguindo o plano de diretrizes da gestão patrimonial.

Em vista disso, a pesquisa pretende desempenhar a função de analisar a percepção sobre a paisagem urbana do município de Alexandria/RN, atribuindo significância patrimonial às suas características de unidade cultural por meio do estudo de sua formação urbana e identificação das edificações quanto ao inventário realizado. Por meio disso, motiva-se a elaboração de ações para um futuro plano de salvaguarda como estratégia para a valorização e prática da manutenção histórica da cidade, para que sejam consolidadas como aplicáveis no contexto do município e regiões contíguas.

1. A arquitetura e urbanismo como patrimônio cultural: critérios para salvaguarda de um centro urbano

A cidade pode ser entendida como agente impulsionador de interações sociais, sendo mediadora de conversas e de novos conhecimentos. Interações realizadas em espaços públicos, descritas pela história, cultura, política e economia de uma sociedade. Por meio do cenário urbano, pessoas se conhecem, se entendem e criam relações afetivas e inerentes. Ultrapassando a vista das edificações, a urbe se manifesta pela expressão de grupos sociais que geram identidades e memórias através de um espaço que se transforma em símbolo para uma comunidade inteira.

Contudo, ao se tratar de cidade, os centros urbanos são - por muitas das vezes -, o lugar de princípio urbanístico. As primeiras residências, instituições educacionais e religiosas, os primeiros pontos de lazer e reunião são criados e ocupados na área central de uma cidade. Os limites e desenhos de malhas urbanas são gerados pela mobilidade e comportamento de uma sociedade. Ao lidar com a relação entre o planejamento urbano e as primeiras edificações, por muitos momentos, o espaço inicial acaba perdendo parte de seus aspectos históricos e estilísticos, devido a alterações humanas ou por intermédio do tempo (GOMES, 2021, p. 92).

Desse modo, é fundamental a procura pelo conhecimento patrimonial e seu emprego para manutenção e proteção da memória e vivência de seus usuários

1.1 O bem cultural como critério de salvaguarda para os centros históricos

A compreensão sobre o termo correspondente a patrimônio flutua por diversos aspectos e se mostra em diferentes escalas. Por si só, o patrimônio histórico é designado como uma esfera de poder de uma comunidade, que é construída a partir da continuidade do espaço e suas considerações sobre ela (CHOAY, 2001, p. 11).

A necessidade pela busca da preservação dos bens materiais e imateriais de um local histórico surge como preocupação em diferentes momentos e contextos ao longo da história. Efetivaram ainda no século XIX após a Revolução Francesa e o Plano Hausmann para Paris. É intensificado no início do século XX, quando a malha urbana das cidades passou a sofrer consideráveis alterações devido às Guerras Mundiais e o pós-guerra. Tais eventos foram responsáveis pelo rompimento de diversos edifícios com significado histórico, comprometendo os sentimentos de muitas comunidades.

No eixo nacional, o Brasil tomou consideração pela proteção de seus bens no século XIX, ao qual passou por diversas transformações nos eixos político, social e econômico que impactaram a relação patrimonial. A chegada da Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro, em 1816, que teve papel crucial na propagação dos princípios neoclássicos e na valorização da arte e arquitetura, fortalecendo – de forma indireta – a preservação de edifícios históricos. Por mais, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que quando fundado em 1838, permitiu através da pesquisa e publicações, a conscientização sobre a importância da ação. O século XIX no Brasil, contribuiu para além ao promulgar a Lei de Proteção aos Monumentos Nacionais em 1862, sendo a primeira normativa relacionada ao tema com o intuito de preservar os bens culturais e históricos de interesse público.

No período seguinte, o Plano Pereira Passos de 1904 também se fez fundamental para o interesse patrimonial no âmbito brasileiro. Com as reformas urbanas realizadas no período inicial do século XX no estado do Rio de Janeiro, dentre a abertura da Avenida Central gerando a destruição do antigo setor colonial da cidade e a implantação de manifestações ecléticas vindas da Europa. O que não ficou apenas restrito ao município carioca, outras cidades do Brasil também foram atingidas por medidas urbanas parecidas. São Paulo, diante do crescimento econômico vindo da comercialização do café, também proporcionou mudanças quanto ao seu aspecto urbano (PINHEIRO, 2006, p. 5).

Em virtude desses acontecimentos, discussões foram introduzidas sobre como e por onde começar a reconstruir os espaços urbanos - contando com os impactos da era industrial em várias partes do mundo -, e como resultado disso, ainda nesse período pós-guerras, estratégias foram desenvolvidas para a manutenção e continuidade das cidades.

Gustavo Giovannoni (1873-1947), um dos principais historiadores italianos do século XX, atuou em diversos campos da área, como o urbanismo e ao estudo do patrimônio histórico. Para o estudioso, o patrimônio não se limitava a um conjunto de ocupações ou monumentos com data, porém ao culto da história e cultura de determinado povo. Além disso, para Giovannoni, o patrimônio não é somente um bem cultural, mas uma fonte estratégica de desenvolvimento econômico local. A conservação e reutilização dos imóveis pode gerar atividades sociais, de recursos financeiros e turísticos, fortalecendo a identidade e a qualidade de vida da população. Giovannoni colaborou com teorias e diretrizes de diversas cartas e documentos patrimoniais (KUHL, 2013).

O italiano defendia a conservação integrada e planejada do patrimônio histórico, levando em conta não apenas os aspectos arquitetônicos e estéticos dos edifícios, mas também

as suas relações com o envolvente urbano e com os indivíduos que habitam a cidade, ou seja, a conexão com a ambiência histórica local. Para ele, o património histórico deveria ser visto como parte integrante do ambiente urbano, e não como algo isolado e distante (KUHL, 2013).

Os documentos patrimoniais, constantemente atualizados devido à preocupação quanto a manutenção de patrimônios históricos, visam esclarecer critérios e diretrizes que determinam o progresso da preservação e conservação dos bens culturais imateriais e erguidos. Com objetivo para além da participação política, bem como a inserção da responsabilidade dos usuários sob a paisagem urbana histórica.

Nesse contexto são comuns ações de salvaguarda com o tombamento de Sítios Históricos Urbanos (SHUs). Sendo a principal delas, seu procedimento é responsável por determinar trechos com limites espaciais definidos e regulamentados que permitem a conservação e preservação da memória e cultura de um povo. (VIEGAS, TEIXEIRA, 2017, p. 2).

1.1.2 Perspectiva nacional, estadual e municipal sobre o patrimônio histórico.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1936, foi idealizado como a primeira organização brasileira reconhecida pela nação a empregar o tombamento de patrimônio edificado como estratégia para proteção de bens erguidos.

Gomes (2021, p. 93) explica que para com o Brasil, o Decreto-Lei 25/1937 estabeleceu sistema de proteção nacional que se caracterizava pela separação conceitual de que o termo “bens” teria relação unicamente com a materialização de herança particular, de posse individual, ou seja, que a alteração ou danificação de um item seja feito através da decisão do usuário que a pertence. Parte, por meio do decreto, a ideia da existência de uma herança coletiva, dada pelo contexto público urbano, na identificação de bens que se perdidos ou destruídos seriam fontes de uma história a qual pertence a todos os integrantes da sociedade.

Para o Rio Grande do Norte, alguns de seus bens patrimoniais são tombados pelo IPHAN. Dentre eles, estão a Cidade Alta e o Bairro da Ribeira, que juntos formam o complexo arquitetônico, paisagístico e urbano de Natal, capital do estado. Tombadas em 2010, as duas áreas são conectadas por meio de uma ponte de 132 metros, construída no ano de 1732. O rio Potengi se destaca por sua importância na paisagem urbana, assim como a ponte que a cobre, por ter auxiliado o comércio da capital, através do transporte de mercadorias e de pessoas entre os dois setores. A memória da região é saudada pelo grande número de espaços culturais que correspondem à área patrimonial de Natal.¹

No estado ainda se encontram outros 14 bens tombados nacionalmente. Algumas como: a Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante (2008); Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Acari (1964); as ruínas da Capela do Engenho Cunhaú de Canguaretama (1964); a Casa de Câmara e Cadeia em Vila Flor (1964); e, conjuntos de imagens sacras situados nas cidades de São José de Mipibu, Natal, Arez, Caicó, Acari, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Canguaretama. Além disso, o bem preservado do Forte dos Reis Magos (1949) é um dos mais importantes exemplares da arquitetura militar brasileira, juntamente do Marco Quinhentista da cidade de Touros, sendo dito como o primeiro marco de posse de terras chantadas no Brasil.²

¹ Informações retiradas do site <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/566>. Acesso em 15 de março de 2023.

² Informações encontradas no próprio site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Fundação José Augusto - FJA, criada pelo Decreto-lei nº 2.885, de 8 de abril de 1963, foi iniciada como uma instituição cultural e de ensino superior. Entretanto, com o desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a FJA estabeleceu vínculo somente com a gestão e administração da cultura. Responsável, no âmbito do governo do estado, pelo desenvolvimento de ações que incentivem, apoiem, estimulem e documentem o exercício cultural. É por meio deste órgão que acontece o registro do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural imaterial do estado.³

Quadro 01 - Edificações tombadas no estado em detrimento ao IPHAN e a FJA.

 Forte dos Reis Magos Local: Natal (RN) Ano de construção: 1759-1826 Ano de tombamento: 1986 (IPHAN)	 Casa de Pedro João Maria Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Igreja de Nossa Senhora do Rosário Local: Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)
 Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750-1752 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Praça Municipal de Natal Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Casa de Pedro João Maria Local: Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Casa de Cláudio e Cláudia Local: Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)
 Praça Principal Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750-1752 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Casa de Antônio de Vasconcelos Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Igreja Santa N. S. da Apresentação Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Praça de Cláudio e Cláudia Local: Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)
 Igreja Santa Isabel (Igreja do Galo) Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Casa de Pedro João Maria Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Residência de João Cícero e Cordeiro Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Igreja Santa N. S. da Apresentação Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)
 Vila de São João Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Casa de Pedro João Maria Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Residência de João Cícero e Cordeiro Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)	 Igreja Santa N. S. da Apresentação Local: Colônia Inglesa, Urubetuba e Parangaba de Maragogi de Natal (RN) Ano de construção: 1750 Ano de tombamento: 1991 (FJA)

Fonte: Indicada no quadro. Adaptado pela autora (2023)

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216 atrela a expansão do patrimônio cultural brasileiro como a coleção de bens de caráter material ou imaterial, que referenciam ao povo como item identitário relacionado à memória, assim como as formações urbanas, áreas de significância histórica, ambiental e científica. Ao alcançar o nível público e participativo da população, desapegando da linha privativa dos bens e abrangendo setores da paisagem, dos costumes e tradições de diversos grupos sociais, dialetos e saberes populares, além de documentos históricos. O país aceita colaborar com a manutenção do valor cultural da sua população, garantindo a memória e a experiência de futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 126).

Diante das instituições erguidas e da manutenção destas como órgãos públicos fundamentais para a continuidade da proteção patrimonial, os argumentos vinculados à

¹ Quadro referente às edificações tombadas pelas instituições no Rio Grande do Norte, encontra -se no anexo

representação da população através da valorização de seus aspectos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos são defendidos e acomodados por legislações que precisam ser fortalecidas frequentemente. O município de Alexandria não dispõe de legislações específicas sobre o patrimônio cultural e histórico da cidade. As atribuições e determinações que competem ao município são sucedidas por meio da Lei Orgânica Municipal.

No ano de 2016, diante do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, é dito que a cidade - referente a Lei Orgânica - desfruta e compete de prerrogativas para a publicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, com o prazo de 12 meses para o envio de projeto à Câmara Municipal. Todavia, após 7 anos de lançamento de notícia, a cidade ainda não desfruta de um Plano Diretor (PENHA, 2021, p. 30). Perante esses fatos, não há controle ou gestão sobre a questão patrimonial no município por meios legislativos.

Apesar da ausência de determinações quanto à gestão patrimonial na cidade, Alexandria dispõe de duas registradas como patrimônio estadual pela Fundação José Augusto. Datado em 2004, o antigo Quartel Municipal, e a Escola Estadual Waldemar de Sousa Veras, primeira instituição educacional da cidade, no ano de 2005.⁴

É necessário refletir sobre ações de gestão para a salvaguarda do patrimônio alexandriense, que conforme será visto no capítulo 4, a cidade ainda possui significativos bens de valor patrimonial. Os bens culturais são resultantes da condição de atribuição representativa e identitária de uma comunidade. E, portanto, cruciais para o exercício da memória e o fortalecimento do apego a um conjunto de pessoas. Contudo, a compreensão sobre o funcionamento das políticas públicas por parte da população intensifica os pedidos de proteção ao seu patrimônio.

1.2 Legislações patrimoniais como resgate da manutenção das cidades: ambiências e critérios gerais de salvaguarda

A declaração de significância é regida por um documento ao qual os significados de um bem patrimonial são detalhados e utilizados como meio para o emprego das ações de gestão, por conservar e restaurar, ao identificar os aspectos que devem ser mantidos e preservados. Corresponde a um instrumento de apoio à memória coletiva de uma população ou comunidade

⁴ Abordados em capítulos posteriores deste trabalho.

em que ela se atribui valor cultural e sentimental e que precisam ser preservadas como retrato do passado. (AZEVEDO et al., 2014, p. 2).

O desenvolvimento do plano de salvaguarda de bens históricos e culturais pode ser realizado por órgãos e instituições municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, que executam trabalhos de identificação, registro, tombamento, monitoramento, manutenção e restauração do patrimônio. O sistema internacional de salvaguarda, pelos últimos anos, baseia-se em três aspectos: a significância cultural, a integridade e a autenticidade dos bens. A UNESCO, organização responsável em escala internacional, exige testes de integridade e autenticidade, além da declaração de significância dos bens para a vinculação dos bens na Lista de Patrimônio Mundial (AZEVEDO et al., 2014, p. 2).

Desse modo, refletido no contexto patrimonial da cidade, o termo ambiência se refere a reunião dos bens culturais existentes, em consonância com suas características e os elementos que afetam seu círculo. Em outras palavras, os aspectos acerca de fatos históricos, eventos sociais, influências da economia e cultura local. Todos esses fatores são compreendidos pela figura urbana e pela comunicação entre os indivíduos e o ambiente.

Viegas (2018, p. 52) destaca os elementos que constituem os aspectos essenciais para o discernimento sobre a ambiência histórica em: a *envolvente*, entendido como o entorno do espaço; *conservação da malha urbana*; a *herança cultural*; e, por último, a *conservação integrada* - defendida por Giovannoni.

As cartas patrimoniais verificam a importância da consideração do entorno dentro dos fundamentos de bens culturais e históricos. A Carta de Veneza de 1964, caracterizada pela discussão a respeito da conservação e do restauro de cidades e monumentos, esclarece que a implantação de um determinado produto deve estar de acordo com o setor que a envolve. A composição da paisagem é imprescindível para a valorização da historicidade. Contudo, o Manifesto de Amsterdã de 1975, reflete que apesar de em períodos anteriores existir o costume de proteger e restaurar somente peças de importância estética sem qualquer análise de envolventes, alguns espaços podem acrescentar mais pelos atributos do lugar do que pelo artifício da beleza.

O entorno pode também ser preenchido por edificações ou monumentos sem significância patrimonial, porém que componham da virtude de caracterizar uma forma urbana e apreciar as identidades que são formadas pela construção e manutenção da subjetividade. As cartas e manifestos citados objetivam-se na proteção do envolvente com foco nos valores culturais junto dos aspectos estéticos, sociais, de composição, de integridade e autenticidade (VIEGAS, 2018, p. 55).

Com as informações sobre os bens patrimoniais, legislações e principais órgãos responsáveis pela identificação, catalogação e registro do patrimônio histórico-cultural, é preciso compreender a razão pela qual não é possível citar um número maior de edificações com sua salvaguarda protegida nas cidades interioranas do sertão nordestino.

2. Carência patrimonial nos sertões: patrimônio como consciência histórica

A realidade de pequenas cidades diverge significativamente da forma como as cidades de grande porte são administradas, assim como a maneira em que a administração do patrimônio cultural é realizada. Tal abismo pode ser entendido em termos de gestão patrimonial, ao passo que o desconhecimento ou a falta de investimento na área determina as ações que nela estão sendo aplicadas.

Piccolo e Pontual (2012, p. 128) relatam que dezenas de cidades no Brasil e na América Latina exibem um conjunto de bens significativos que não são identificados ou que não possuem práticas de gestão patrimonial, fato que contribui para a perda destes bens. Com isso, os elementos que a compõem e verificam a importância destas para a sociedade acabam por sofrer danos e mazelas pela ausência de reconhecimento, não obstante, a limitação do cuidado com a identidade física do material erguido.

Artigos que abordam essa perspectiva pelo olhar de cidades pequenas possuem grande importância já que a partir desses, o significado, memória social, histórica e cultural de um povo é representada. Contudo, referenciais com essa abordagem são recentes ou não são tão facilmente encontrados.

2.1 Breve abordagem sobre a construção histórica dos espaços no sertão

É preciso pensar sobre o espaço como um elemento formado pela construção histórica, todos os aspectos de identidade na produção urbana são relevantes para o entendimento dela. Quais as primeiras edificações e as razões pelas quais foram erguidas, os primeiros representantes da população, os mentores e ícones da sociedade. Todas essas camadas se fazem importantes no entendimento da geração das cidades, principalmente, as interioranas que compõem a figura do sertão.

Arraes (2012, p. 21) explana que o surgimento dos sertões nordestinos ocorreu diante de meados dos seiscentos, com a exploração das terras por meio da criação de gado extensiva e da propagação de doutrinas religiosas ligadas a igreja católica, como no planejamento do

império português. As duas fases de partida para o desenvolvimento do sertão são explicadas e divididas pelo autor, em sua tese de mestrado “Curral de reses, curral de almas – urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX”.

Como a título “curral de reses” correspondia formação a partir do agendamento de posses das terras por grandes latifundiários, fazendeiros e negociantes das principais ofertas na região a época, carne e couro. Nesse meio, surge o fechamento das terras por meio do curral, estabelecendo os limites de posse e a fixação do homem como elemento de trabalho e permanência. Assim eram definidos os caminhos de estrada que facilitassem o acesso aos centros urbanos e diante da passagem se via a construção de casas ao longo dela. Enquanto o desenvolvimento por meio do “curral de almas” se fazia as reuniões e ensinamentos como missões jesuítas com objetivo de colonizar e tornar “civilizado” na visão do europeu, do colonizador português. Atribui-se a essa época, o período pombalino, ao qual a expansão do pensamento religioso se juntava a política da colônia em uma rígida gestão de controle de terras e ideias (ARRAES, 2012, p. 22).

A ramificação lógica de entendimento sobre a construção do sertão nordestino por Arraes (2012) fortalece a identidade das terras sertanejas, criadas a partir do gado e da fé cristã. Diante da construção de pequenas cidades, ao analisar seu surgimento e progresso, percebe-se que as primeiras edificações erguidas, normalmente, são casas de fazenda e templos religiosos. São práticas que acabam por definir a identidade cultural de um conjunto de pessoas, e com isso, também fomenta o seu desenvolvimento urbano.

Nathália Diniz, em seu trabalho de mestrado intitulado “Velhas fazendas da ribeira do Seridó” aborda a formação e desenvolvimento do território do Rio Grande do Norte. Diante da sua pesquisa, Diniz (2008, p. 37) descreve o processo de colonização e ocupação do espaço anterior ao estado no início do século XVI com a construção do Forte dos Reis Magos pelos portugueses em 1598, na cidade de Natal. Marcada por uma série de conflitos e disputas territoriais, envolvendo portugueses, indígenas potiguares e holandeses, deixou um legado histórico e cultural significativo, entretanto não comprometeu a expansão geográfica, como entendido que os holandeses ignoraram a ocupação do sertão do estado (DINIZ, 2008, p. 38).

Segundo Diniz (2008, p. 43), a interiorização do estado ocorreu principalmente a partir do século XIX, quando se iniciou um processo de expansão da fronteira agrícola e pecuária para o interior. Esse processo de interiorização foi motivado pela busca por novas áreas de

cultivo e pastagem, bem como pela necessidade de expandir o comércio de produtos agrícolas e pecuários. Além disso, foi marcada por uma série de desafios e obstáculos, tais como a escassez de água, a falta de infraestrutura e a resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais. No entanto, ao longo do século XIX e XX, a região foi se desenvolvendo e se consolidando como um importante centro produtor de algodão, cera de carnaúba, castanha de caju e outros produtos agrícolas.

2.2 Comparativos entre bens tombados no eixo nacional e regional em detrimento das pequenas cidades.

Marcada por um processo de formação diferente do litoral nordestino, o sertão por muitas vezes é tratado com uma visão estereotipada e desvalorizada do restante do país. Muitos documentos e notícias relatam episódios acerca da região de forma aversiva, ignorando ou menosprezando a cultura sertaneja.

A divisão do território em detrimento das faces da cultura brasileira é percebida diariamente. Há a dinâmica de “separação” do que é urbano e o que é sertanejo em muitos espaços midiáticos, como em novelas, filmes, obras literárias e em situações de rede sociais, dependendo do contexto que se é abordado. Normalmente cidades e espaços menores são desconectados da observação e do tratamento relacionado a demais esferas urbanas, principalmente as metrópoles, figurando - por muitas vezes - no seu oposto. Essa percepção se torna comum e natural quando se verifica seus aspectos únicos e característicos. A metrópole tem dimensão e ocupação de espaço em proporções maiores que a de pequenas cidades, dito pelo seu desenvolvimento econômico, político e social. Enquanto as pequenas cidades estão em nível menor, entretanto, também são determinados pelo desenvolvimento econômico, político e social do seu espaço ocupado (MOREIRA, 2012, p. 3).

Tais aspectos em conjunto sintetizam o significado de cidade. Dentro dela, a população faz sua rotina e vive seus elementos. Constroem histórias e promovem a memória. A formação das cidades interioranas do sertão brasileiro é construída através da sua própria população. O indivíduo vive seu cotidiano diretamente com a origem da cidade. Entretanto, como dito, a disparidade de importância dada pela mídia quanto a cidades pequenas ou interioranas, especialmente do sertão nordestino são determinantes para o olhar nacional às zonas de menor porte populacional.

Moreira (2012, p. 3) descreve as problemáticas envolvendo o antagonismo no tratamento da cidade-sertão. Dentro dessa observação, o autor faz considerações sobre o início do século XX em Fortaleza (CE). É descrito que no período citado a capital estava em fase de potencialização da representação sertaneja, e a maneira que ela poderia estar sendo vinculada com a modernização da cidade estava sob pauta. O debate foi intensificado, principalmente, por ter partido da elite cearense que planejava promover uma imagem própria de sociedade como “civilizada e urbana”. O autor reforça a contraposição em que os integrantes da alta sociedade gostariam de ter com, por exemplo, a cidade de Juazeiro, no interior do Ceará.

Percebe-se então, que existe um antagonismo histórico no tratamento das cidades grandes e das cidades do sertão. No momento em que as cidades grandes são vistas como centros de desenvolvimento e modernidade, as zonas urbanas do sertão são frequentemente estereotipadas como atrasadas e subdesenvolvidas. Essa dicotomia entre cidade grande e cidades interioranas do sertão desconsidera as particularidades e diversidades regionais do Brasil, assim como a importância das cidades do interior para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país. Visto isso, essa comparação também é refletida no patrimônio protegido no Brasil.

A interferência dos padrões franceses após o romantismo da Revolução Francesa no Brasil foi determinante para que as políticas públicas de manutenção cultural definissem um estilo arquitetônico modelo. A resolução que manipulava uma identidade nacional fez com que o mapa de distribuição patrimonial no território brasileiro sofresse uma grande discrepância entre as regiões (PEREIRA, 2012, p. 21).

O que tonifica a problemática sobre as atividades em densidades discrepantes são os dados encontrados na “Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento” pelo Iphan. Até o ano de 2022, o estado do Rio de Janeiro encontrava-se com um total de 247 bens com significância patrimonial, Minas Gerais compreendia 207 e a Bahia com 192 bens. A junção dos três estados soma mais da metade do total de bens tombados no país pelo órgão.

Esses dados não são tratados como uma “injustiça”, todos os bens tombados nas regiões listadas são de extrema importância para a cultura nacional. Entretanto, são colocadas como parâmetro aqui ao comparar com a limitação do conhecimento e propagação da ideia do patrimônio nas cidades interioranas.

A negligência da gestão nacional ao patrimônio histórico e cultural do sertão perpetuou por muitos anos. Com a atualização da agenda de prioridades da UNESCO, nos anos 2000, houve a valorização no âmbito internacional com as propostas para sua proteção como um instrumento de diálogo entre culturas. Existem inúmeros bens patrimoniais que mereciam valorização por parte das políticas públicas. Carmo e Vieira (2020, p. 39) citam o exemplo do Santuário de Bom Jesus da Lapa, na cidade de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. O registro de tombamento do templo religioso foi solicitado por ter sido palco de um possível milagre, desse modo, fundamental para a cultura da cidade. Porém negado em 1958, ao não se encaixar aos requisitos históricos e artísticos do período. Contudo, as autoras explanam a elaboração de inventário do bem em 1928 e pontuam que com isso não há acordo entre os âmbitos estaduais e federais sobre os requisitos de salvaguarda por meio das políticas públicas ao seu serviço (CARMO, VIEIRA, 2020, p. 40).

Diversas produções literárias e midiáticas centradas no Nordeste, principalmente na região do sertão reforçaram uma ideia reducionista da cultura sertaneja. Junto a isso, muitos bens ainda enfrentam dificuldades para serem protegidos. Isso se deve em parte à falta de recursos financeiros e técnicos, bem como à falta de conscientização política da gestão e da população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Portanto, é fundamental que haja um esforço conjunto de órgãos governamentais, sociedade civil e comunidade local para garantir a proteção e valorização do patrimônio cultural do sertão.

3. Percurso metodológico

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar as significâncias patrimoniais no contexto urbano da cidade de Alexandria/RN. Diante disso, é adotada uma abordagem multimetodológica, englobando áreas do campo da Arquitetura e Urbanismo, da Psicologia Ambiental e do Patrimônio Histórico. É desempenhado um conjunto de métodos iniciados pela análise do conteúdo histórico.

A etapa de início do processo metodológico da pesquisa se deu pelo levantamento bibliográfico. A busca primordial por fontes de estudo, artigos, TCCs, dissertações e demais trabalhos referentes ao tema. Contando, também, com a busca por informações documentais sobre a área.

Estuda-se o contexto histórico escrito e oral do município como unidade urbana, assim como o levantamento dos bens patrimoniais urbano-arquitetônico. Por meio da seleção de conteúdo preliminar do patrimônio cultural, visita-se acervos e documentos locais para auxiliar no levantamento de informações sobre a história da cidade, com a busca por mapas, cartas, desenhos e fotografias.

Para com a resposta sobre a perspectiva dos usuários quanto aos bens culturais de Alexandria se faz necessário a elaboração de questionários para grupos sociais definidos, obtendo as considerações sobre a memória e individual da área. Atrelado a isso, a solicitação do significado do sítio através de esboços da área como instrumento de conquista da percepção da população. A identificação das características e atributos dos elementos construtores da significância cultural, através da coleta de dados sobre as fachadas e demais aspectos patrimoniais.

3.1 Análise Morfológica

A produção do homem como ser social dentro de um meio faz com que a existência da cidade coexista dentro de um aglomerado urbano baseado nas relações humanas, diante dos aspectos sociais, culturais e históricos de seu contexto. Assim, é notável que a materialidade da cidade é vista por meio da diversidade de acontecimentos, como as condições e características que a descrevem morfológicamente, a sua formação histórica. Lencioni (2008, p. 115) disserta sobre a dinâmica de cidade, a qual é transformada diariamente pela complexa estruturação urbana. A cidade é formada e compreendida por um agrupamento de pessoas, serviços e

edifícios, que contribuem para a existência do cotidiano. A autora, entretanto, relata que ela não deve ser estudada como um elemento único.

A cidade se modifica diariamente, comportando definições de malha urbana distintas umas das outras – na grande parte dos casos – definidos pela ocupação de momento, como por exemplo, zonas residenciais, comerciais, de serviços entre outros, separados pelas quadras e vias.

As metrópoles, conhecidas por apresentarem aglomerados com acentuada densidade demográfica e alta concentração de lotes ocupados e prestações de serviços, compartilham junto com cidades de menor escala, a possibilidade de serem estudadas morfologicamente quanto ao seu processo ocupacional. Visto que, a primeira por manifestar uma economia mais forte, modifica quanto sociedade a estrutura da malha urbana de maneira mais rápida. As cidades de menor volume territorial também se desenvolvem a partir do crescimento populacional, entretanto de forma gradual. Ambas são necessárias para a compreensão e trabalho urbano, ao justificar os avanços que podem ser potencializados e problemas que podem ser atenuados ou resolvidos (BERNARDI, 2006, p. 16).

Lamas (1993, p. 38) entende que a morfologia urbana é o estudo da estrutura urbana nas suas características externas, nas transformações do seu produto com o passar dos tempos. Ainda reflete que a análise da morfologia urbana separa a cidade como elemento único em camadas, que podem incluir vias, lotes construídos e não construídos – cheios e vazios –, equipamentos públicos e privados, gabarito das edificações. A divisão permite que as camadas se façam compreendidas durante a construção do produto da pesquisa sobre um local baseado na diferença entre elas. Além disso, a percepção sobre a estrutura formal do conjunto urbano se desenvolve por meio da concepção do processo de formação histórica da cidade.

Esses elementos de estudo da identidade urbana estão diretamente interligados por meio de contrastes e aproximações. Sendo assim, entende-se que uma fachada de uma edificação histórica está interligada com a rua que ela se insere. Nesse caso, acontece além do contraste entre a os dois elementos – a edificação e a rua –, como a aproximação dos indivíduos que reconhecem o elemento erguido como peça fundamental para a memória e compreensão da estrutura da cidade. Com isso, Diniz (2017, p. 12) explica que as unidades de fachadas, vias, lotes, equipamentos urbanos, vegetações e demais outros, complementam o traçado da malha urbana.

O progresso da construção dos aglomerados urbanos deve ser compreendido e analisado visando a maneira como ela foi formada, ou seja, para intervir na malha urbana é necessário entender como ela funciona diante de seu contexto fundador, para que quaisquer transformações não acarretem a quebra da identidade e memória construída da cidade.

Del Rio (1990, p. 83) diante da noção da compreensão coletiva, explana que a cidade é concebida em três níveis organizacionais: o coletivo, individual e comunitário. Contribui ao dizer que a compreensão da cidade como senso coletivo leva em consideração um conjunto completo e diverso de ideias, formando a população como um todo. Já a dimensão comunitária faz parte do pertencer de um grupo restrito, diferente da compreensão coletiva, este se caracteriza por grupos sociais bem definidos, como por exemplo a população de um bairro ou conjunto habitacional da cidade. Diante dessa lógica, o senso individual corresponde e trata do discernimento único e pessoal do morador ou visitante através das residências, por exemplo, o que pode ser mutável quando comparado às outras divisões organizacionais.

Desse modo, o estudo da morfologia urbana pode ser subdividido na lógica de estruturação da cidade, ou seja, baseado no crescimento, traçado e parcelamento do solo, as tipologias dos elementos urbanos e suas articulações. O crescimento está relacionado com a análise da intensidade das modificações de sua estrutura, o traçado e parcelamento corresponde à ordem e separação do espaço, envolvendo circulações, caminhos e distâncias percorridas diariamente dentro do contexto de funcionamento da cidade – pela sua população (DEL RIO, 1990, p. 83).

Os elementos urbanos dentro de sua tipologia abrangem categorias de edifícios construídos com foco nos seus exatos tipos, ou seja, edificação residencial, comercial, mista, entre tantas. Identifica-se, também, os aspectos formais dos lotes, praças, quadras e quarteirões. Quando no que se refere ao estudo dos elementos de articulações urbanas, fala-se da hierarquia da malha urbana, objetivando-se no entendimento da ocupação pública e privadas, a relação entre cheios e vazios, logo observando a densidade populacional por meio destes. Portanto, o propósito da morfologia urbana é identificar e compreender as transformações, evoluções e formações do conjunto de cidade (DEL RIO, 1990, p. 85).

Panerai (2006, p. 51) aborda que o crescimento de uma malha urbana se refere ao processo de expansão de um ponto material no território da urbe, que modifica a percepção morfológica. O autor analisa o ajuste demográfico em: crescimento espontâneo, crescimento dirigido, polo e linha de crescimento, barreira e limite. Para além, destaca-se o crescimento contínuo e descontínuo. Dando continuidade, Panerai (2006, p. 51) afirma que o tecido da

cidade é constituído da junção dos aspectos morfológicos urbanos, a formação das vias, parcelamento fundiários e pelas edificações. O estudo da morfologia urbana leva em consideração esse conjunto e separação de ideias com foco na relação entre elas. Dessa maneira, a totalidade das vias forma o traço urbano e o parcelamento fundiário e o conteúdo erguido complementam a cidade.

Dentro do estudo de identificação e organização de inventário para a caracterização das edificações pertencentes ao eixo patrimonial, o conhecimento sobre a cidade é de fundamental importância. Neste caso, se faz relevante a utilização dos mapas temáticos que apresentam e especificam todos os itens e aspectos morfológicos discutidos no capítulo.

A apreciação da significação histórica dentro do tecido urbano relaciona-se diretamente com os conceitos e aspectos difundidos pelas escolas inglesas. Ao conectar as relações pessoais e experiências compartilhadas pelos usuários do espaço a compreensão do tecido urbano passa a ser representada pela ideia do apego e memória como recorte da história.

Dessa forma, no período entre fim de dezembro de 2022 e o início de fevereiro de 2023 foram realizadas atividades de campo com a identificação da área e registro fotográfico preliminar para capturar as observações sobre os bens patrimoniais da região central da cidade. Definida a poligonal do estudo, a análise morfológica foi acompanhada com a ajuda da ferramenta Google Earth, a qual auxiliou na demarcação de ruas, lotes e quadras do trecho. Além da informação visual possibilitada por alguns caminhos com o uso limitado do instrumento de Street View - da própria plataforma.

3.2 Perspectiva do usuário

A perspectiva do usuário acerca do patrimônio erguido de uma área é fundamental para a compreensão da importância dada a ela. A população vive na cidade diariamente e por isso é vinculada diretamente à identidade e memória do local, a fim de reconhecê-lo como ambiente protegido.

Neste tópico serão abordados os caminhos para a compreensão da percepção dos usuários da área de estudo da pesquisa, o centro da cidade e a região correspondente ao trecho ferroviário do município. Como visto, a inserção do ponto de vista da comunidade é crucial para a associação da área como uma referência de identificação patrimonial, já que estes presenciam e vivem o cotidiano e entendem os fluxos e memória presentes no setor. Para isso, a pesquisa em campo é gerada por meio dos estudos e análises embasados na percepção

ambiental, principalmente no âmbito da Psicologia Ambiental atrelada à Arquitetura e Urbanismo. O resultado do processo será acompanhado por diversos métodos de procura pela percepção dos usuários, ao utilizar uma abordagem multimetodológica empregando questionário, mapa mental dos locais.

Assunção (2014, p. 95) diz que ao passo que se entende sobre a importância da presença do ponto de vista da população quanto a determinações sobre valores patrimoniais, explana que por meio de pesquisas desenvolvidas pelo Getty Conservation Institute de Los Angeles (GCI) e estudos de Susan Macdonald (2009), o conceito de patrimônio está sendo transformado, frisando o crescimento de comunidades e o afeiçoamento dos significados sociais da cidade.

Elali (2007, p. 4) discute que a representação de uma imagem urbana, seja ela como cidade, bairro ou vizinhança, tem sido entendida por meios tradicionais através do conceito de legibilidade ambiental. Essa maneira de compreender a área urbana relaciona-se de duas formas: a primeira está ligada aos aspectos físicos e espaciais deste local e a outra é relacionada à percepção social e psicológica, com foco no ponto de vista e significância ambiental de acordo com sua comunidade.

Os valores patrimoniais, dentro do campo sobre patrimônio cultural, servem como parâmetro de tomadas de decisão, sabendo que a ação dos processos de sua manutenção é ditada por aspectos e interesses mais complexos que envolvem diversos atores. Recentemente, após os estudos realizados pelo GCI (*Getty Conservation Institute*), o patrimônio material que detinha de seus atributos avaliados por critérios estéticos e artísticos passa em anos recentes, a debater motivações para além do aspecto visual, atrelando interesses econômicos e políticos ao fator de influência dentro da gestão patrimonial. O que se faz entender que, principalmente diante das sociedades contemporâneas de avançado capitalismo, o fator econômico determina uma nova maneira de valorização ao patrimônio, afetando a tomada de decisão sobre o que conservar, preservar e tomba (ARAÚJO, 2012).

A abordagem social do patrimônio é fundamental para o início de trabalho perante a área de estudo. Dentro da gestão patrimonial, a aproximação entre a população e o patrimônio é exercida por meio da educação patrimonial, visto como um processo democrático que tem por meta, a valorização e fomentação de uma herança cultural do local. Com isso, a busca pelo ponto de vista da população motiva o encontro de debate sobre materiais fundamentais para a construção de uma gestão patrimonial eficaz (ASSUNÇÃO, 2014, p. 96). Ao tratar do

patrimônio através de mecanismo sociais, os métodos de aproximação com os usuários foram possibilitados pelo questionamento quanto a representação da área, ou seja, que concepções da relação pessoa-ambiente se faziam presente no cotidiano da população.

A abordagem multimetodológica também é empregada em estudos de diversos autores que entendem que interdisciplinaridade auxilia na interpretação da relação pessoa-ambiente, sabendo que a junção do produto de um ou mais métodos assiste o benefício de englobar e incluir diversos pontos de um problema. Cita-se autores como Gleice Elali (2007), Assunção (2014), Sâmia Medeiros (2005) e Miriam Rodrigues (2010).

Para Kuhnen (2011, p. 250) a definição de percepção ambiental está diretamente ligada a maneira como os indivíduos vivenciam os elementos do espaço ao seu redor, ultrapassando a importância dos aspectos físicos, conectando-se para além dos elementos sociais, culturais e históricos que formam a área. A autora ainda relata que por meio da construção de significados, a relação pessoa-ambiente desempenha função essencial no processo de identificação e adaptação desses espaços.

Assim, Elali (2007, p. 3) relata que dentro dos pressupostos da psicologia ambiental, não existe ambiente físico que seja isento da participação de um sistema social e que este não seja diretamente relacionado a ele. Além disso, por o ambiente ter um valor simbólico, ele é organizado pela cognição do usuário, formando um acervo de imagens mentais.

Vicente Del Rio, entende a análise visual como a idealização do entendimento da qualidade estética urbana pelo relacionamento entre os elementos urbanos e as emoções e sentimentos que são transmitidos ao ser humano. A capacidade de observação e interpretação do sujeito determina seu significado como paisagem urbana (DEL RIO, 1990, p. 91).

Na visão de Kevin Lynch, a imagem da cidade é resultado do sentimento gerado pela memória de vivências anteriores, e nisso as orientações dos elementos são geradas através da interpretação dessas lembranças (LYNCH, 1997).

Para ele, uma cidade planejada corresponde a um espaço ao qual os indivíduos pudessem se orientar e identificar aspectos do próprio ambiente. Diante disso, dar-se o destaque a importância dos mapas mentais na compreensão e desenvolvimento da imagem da cidade. Ao ser realizado a composição dos mapas mentais tem-se a ideia individual e subjetiva da paisagem urbana baseado nas experiências e interações dentro do contexto. Ou seja, os mapas mentais designam as noções cognitivas que os sujeitos exprimem para colaborar com a dinâmica urbana.

São formadas pela percepção sensorial, os caminhos frequentemente utilizados, áreas de interesse que são marcas para aqueles que observam a cidade. Tal ferramenta promove a sensação de identidade e conexão com o ambiente (LYNCH, 1997).

Os mapas construídos pelo estudo de Lynch se tornaram peça-chave para o método de análise da psicologia ambiental partindo do entendimento que apesar de serem meras abstrações, os esboços criados representam a realidade criada pela relação entre o espaço e seus usuários, conectando a paisagem urbana com a imaginação e memória do indivíduo.

A ideia de atrelar a cidade ao seu patrimônio cultural edificado pode passar como o emprego desmedido de ações de intervenção da paisagem urbana, ou até mesmo a exploração para com o capital de parte da população. O pensamento de atribuir valor econômico ao patrimônio como forma de chamar atenção de grandes empreiteiras para a destruição e/ou alteração da imagem da cidade não faz parte da defesa deste trabalho. Para a cidade de Alexandria/RN vê-se como crucial a manutenção das relações espaciais existentes como maneira de promover o bem querer e cuidado da população quanto a sua história erguida. Dessa maneira, os elementos de identidade da população possam ser mantidos, reforçando a memória local e partilhando para com gerações futuras e diversos grupos afetivos.

É de fundamental importância a manutenção e perpetuação da identidade social urbana, a memória se mostra como resposta de influência para o processo de identificação e reconhecimento de bens culturais, colaborando com o que deve ser mantido e preservado, e o que precisa ser rejeitado e esquecido. A defesa dessas áreas de patrimônio ou significância cultural fortalece a perspectiva social da cidade. A promoção da continuidade de referenciais de identidade urbana permite a garantia de noção de pertencimento, colaborando com o apego e cuidado com a cidade.

O ponto de vista da população se relaciona com a dinâmica social que estão inseridos. Dessa forma, a análise dos resultados da perspectiva dos usuários quanto ao patrimônio erguido permite amplas possibilidades e estratégias para a gestão patrimonial como um todo, tendo em vista que os indivíduos são o ponto chave para a identificação e experiência dos seus valores históricos, sociais e identitários.

Através do questionário desenvolvido dentro da ferramenta *Google Forms*, são solicitadas ao usuário perguntas quanto a características de si próprio como idade e tempo de conhecimento da área, com intenção de entender em ordem cronológica a ação e percepção do indivíduo sobre o centro da cidade. Procura-se compreender o vínculo dele com o local, caso seja

morador ou tão somente visitante. Além disso, se faz necessário entender a frequência com que o indivíduo utiliza a área para que com o resultado disso, se avalie a ambiência do local, com julgamento quanto à limpeza, segurança, acesso, serviços e manutenções da área. Assim como a percepção positiva ou negativa sob alguns pontos do espaço.

Há a seleção de imagens que o indivíduo recorde da área, bem como a memória de trechos da cidade que o usuário tenha. Por fim, se discute a opinião popular quanto a importância da proteção e de seus prédios históricos, além do debate sobre a escolha e sugestão dos bens patrimoniais de valor imaterial da cidade.

A aplicação do questionário (apêndice 01) foi iniciada no meio do mês de abril de 2023 até o início do mês de maio do mesmo ano. Os desenhos e mapas mentais foram adquiridos em diferentes momentos, entre novembro de 2022 a maio de 2023. Além de atingir múltiplas faixas etárias, o processo se deu por seleção de indivíduos de forma aleatória para esboço da compreensão sobre os caminhos, marcos, nós e limites identificados por estes; e, pela elaboração em conjunto da instituição educativa do município. A Escola Municipal Manoel Emídio, foi ponto central para o auxílio e perpetuação da proposta de entender a percepção das crianças no que diz respeito à cidade em que vivem. Em novembro de 2022, a professora Jaiane Dantas - como homenagem ao aniversário da cidade -, aplicou uma atividade lúdica para sua turma de Ensino Infantil III, em que os alunos (de 4 a 6 anos) desenharam e coloriram seus desenhos relacionados a memória e entendimento do município de Alexandria.

Novamente foi solicitado, para com a mesma instituição educativa, agora para alunos do 2º ano do ensino fundamental para expressar por meio de desenho e pinturas os lugares favoritos dessas crianças na cidade. O exercício foi aplicado no dia 20 de março de 2023. Foi possível realizar uma nova atividade, com o pedido de esboço da área direcionado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma categoria do ensino designado a pessoas que não completaram, abandonaram ou não obtiveram acesso à educação no período de formação adequada.

3.3 Elaboração de inventário de fachadas

A coleta de informações sobre imóveis tem por finalidade a reprodução de um levantamento quantitativo e qualitativo do patrimônio de uma área. Ou seja, por meio desse método é possível identificar os bens patrimoniais para serem protegidos.

A Declaração de Amsterdã, de 1975, defende que a conservação das edificações

favorece a economia de recursos, sabendo que imóveis antigos podem receber novas formas de ocupação, atendendo às necessidades da sociedade contemporânea. Assim, estabelece que a conservação do patrimônio deve ser difundida por todos os exercícios educacionais e de desenvolvimento da cultura. Por isso, também garante a elaboração de inventários como base para o emprego da conservação. Assim, a catalogação de edifícios ou espaços urbanos precisa ser transmitida em larga escala para que entidades locais, estaduais, e bem como a população, sejam acordadas sobre as zonas que necessitam de proteção (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4).

A elaboração do inventário de fachadas da presente pesquisa foi realizada através de referências de trabalhos feitos anteriormente relacionados ao tema, principalmente pela análise ao Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU. Houve a adaptação para o contexto da cidade de estudo, a qual pode ser consultado individualmente pelo apêndice 02.

Consistiu na coleta de informações sobre o proprietário - ou se o prédio é de registro público ou privado -, o endereço da edificação, ano de construção, estilo arquitetônico, estado de conservação e uso atual. Todos esses aspectos estão associados ao fator histórico da edificação/paisagem urbana. Cumprindo com o objetivo do preparo de informações sobre os imóveis.

4. Memória de Alexandria: origem e particularidades arquitetônicas

O presente capítulo aborda a origem e formação da cidade de Alexandria, sua delimitação espacial e principais acontecimentos. Apresenta seus fatos históricos, socioeconômicos e políticos. Além de indicar as primeiras edificações e sua importância dentro do contexto da época.⁵

Alexandria é um município brasileiro que se encontra localizado no interior do Rio Grande do Norte, na zona do Alto Oeste Potiguar (Figura 01), fazendo fronteira direta entre demais cidades do Rio Grande do Norte e municípios do estado da Paraíba, como Bom Sucesso (PB) e Santa Cruz (PB). De clima semiárido quente, o período chuvoso se concentra no primeiro semestre de cada ano. Registra-se uma população de 13.529 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2021. A cidade tem uma dimensão territorial de 381,205 km², em que 2,774 km² são de área urbana (MANIÇOBA, 2021, p. 36). O brasão do município é representado por dois bens de valor cultural para a cidade, a Serra Barriguda e a antiga Capela, aos quais significâncias serão abordadas no capítulo.

Figura 02 – Vista panorâmica da cidade de Alexandria/RN.



Fonte: Acervo Viva Alexandria (2023)

⁵ Os conteúdos descritos neste capítulo partem da mesma fonte: o trabalho de documentação histórica de Alexandria desenvolvido por George Veras, intitulado “*Alexandria: retratos de uma história*” de 2007.

Figura 03 – Bandeira do município de Alexandria/RN.



Fonte: Prefeitura de Alexandria (2011)

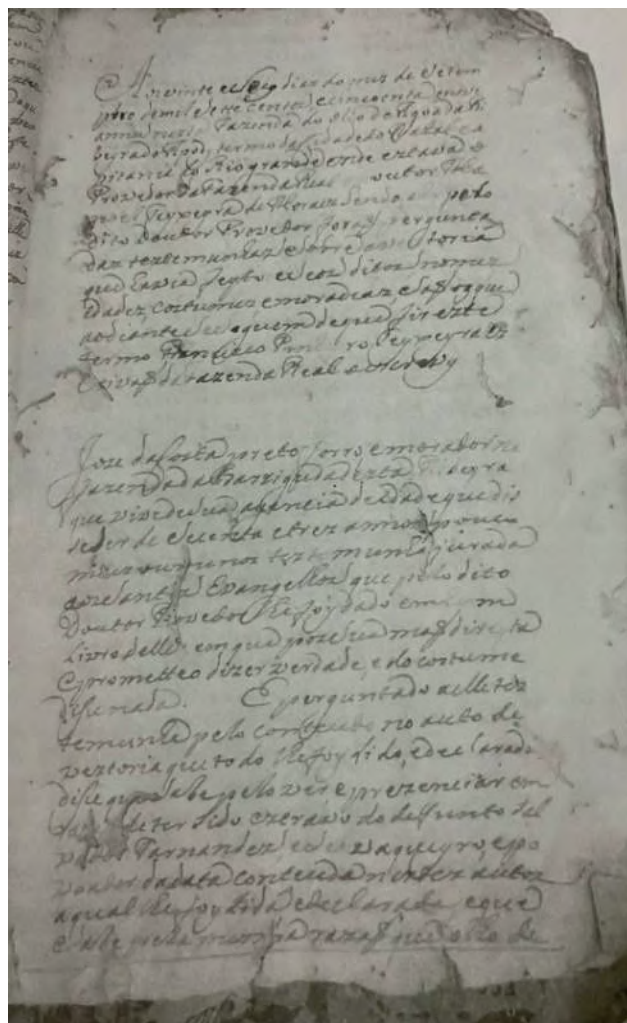
A Barriguda⁶, como era conhecida antes de se tornar município, tem suas primeiras fontes de identificação como lugar datadas do século XVIII. O historiador Luís da Câmara Cascudo, em sua obra “Nomes da Terra”, informa que, em 1737, o então Tenente Coronel Antônio da Rocha Bezerra possuía alguns terrenos na Serra da Barriguda. Informações documentais mencionam que, no ano de 1744, Bento Ferreira de Lima recebeu data de sesmaria em Barriguda, Ribeira do Apodi (VERAS, 2007, p. 27).

Ainda constam registros no nome da Barriguda em Cartas de data de sesmaria em livros da Secretaria do Governo e da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande do Norte. No entanto, dados referentes à existência humana nas proximidades da Serra da Barriguda apenas se deu no ano de 1759. Segundo documento que pertenceu ao líder político da época, o ex-Deputado Provincial João Crisóstomo Bezerra Cavalcante, registrava um velho tombo de demarcação na fazenda de Barriguda, apresentado na figura 04. O sítio é mencionado em diversos documentos de inventários de bens, principalmente no início do século XIX, como na Comarca de Assú (RN) e em arquivos do Fórum da Comarca de Martins (RN). Informações de anos como 1807,

⁶ Existem algumas versões para a justificativa de nomenclatura da conhecida cidade da Barriguda. A primeira, e mais aceita pela população, está diretamente relacionada à forma de um serrote que lembra uma mulher grávida, sendo ele conhecido por Serra Barriguda. A segunda versão, não tão reconhecida pela população, é da existência perto da serra de uma árvore de nome popular Pé da Barriguda, pertencente à família das bombacáceas (*Cavanillesia arborea*), de flores vermelhas, reserva abundante de água e de tronco grosso, que tem seu fruto caracterizado por uma grande cápsula alada. Defensores da segunda teoria relatam que boiadeiros que caminhavam por perto tinham suas atenções prendidas pela árvore e o olho d'água, servindo como descanso, devido à sombra proporcionada pela Pé de Barriguda.

1815 e 1817 revelam a existência e delimitação de terras e bens na região da Serra da Barriguda, assinadas por diferentes pessoas que habitavam o espaço (VERAS, 2007, p. 27).

Figura 04 – Tombo de demarcação, identificado como documento mais antigo sobre a existência humana na Barriguda.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Com relação aos vestígios da criação de gado, achados de um grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), da cidade de Mossoró, identificou no Sítio Arqueológico do Fidalgo, uma grande variedade de símbolos de ferro de gado com as letras iniciais da fazenda ou freguesia de procedência dos vaqueiros.

Figura 05 – Marcas de ferro encontradas no Sítio do Fidalgo



Fonte: Acervo George Veras (2007)

O território – hoje pertencente à cidade de Alexandria - foi identificado em registros documentais relacionados à economia da criação de gado, assim como ocorreu na formação de outras zonas dos sertões do Nordeste.

Ainda dentro dessa perspectiva, como prova disso, encontra-se em livros de Câmara Cascudo referências sobre a antiga Barriguda ao dizer que ela “fixava um centro de povoamento numa zona esparsa de criação de gado”(CASCUDO, 1984, p. 345).

No ano de 1866, o território já era reconhecido como Povoação da Barriguda e contava com uma população total de 1.702 habitantes, 816 dos indivíduos sendo do sexo masculino e 886 do sexo feminino (VERAS, 2007, p. 29). A Comissão Censitária do Distrito da Barriguda foi criada em 1890, justamente com o objetivo de fazer o levantamento da população que morava no local. Infelizmente, a pesquisa não encontrou dados posteriores a isso.

Entretanto, é de fato comentado que a Barriguda foi uma povoação próspera que sofreu um período de baixa populacional, e voltou ao crescimento nas primeiras décadas do século XX. Esse período foi marcado por um considerável progresso econômico do local, graças à localização geográfica que favorece a implementação de postos comerciais, considerando que o território faz fronteira com o estado da Paraíba.

Diante do progresso econômico e demográfico, a povoação da Barriguda passa, no ano de 1913, a se chamar Alexandria⁷, e é instituída como Vila em 1923, dez anos depois de

⁷ Homenagem realizada na data de 12 de novembro de 1913, para com a senhora Alexandrina Barreto Ferreira Chaves, nascida no sítio de Curral Velho – integrante de área pertencente a Barriguda. Esposa do até então

mudança toponímica. A elevação à categoria de vila deu à população fundamental reconhecimento por parte de demais regiões do Alto Oeste Potiguar, do Ceará, Paraíba e do próprio estado, fazendo com que houvesse o investimento na construção de residências e de outras edificações significativas (VERAS, 2007, p. 40).

Figura 06 – Fotografia da Serra Barriguda, ano de 2023.



Fonte: Autora (2023)

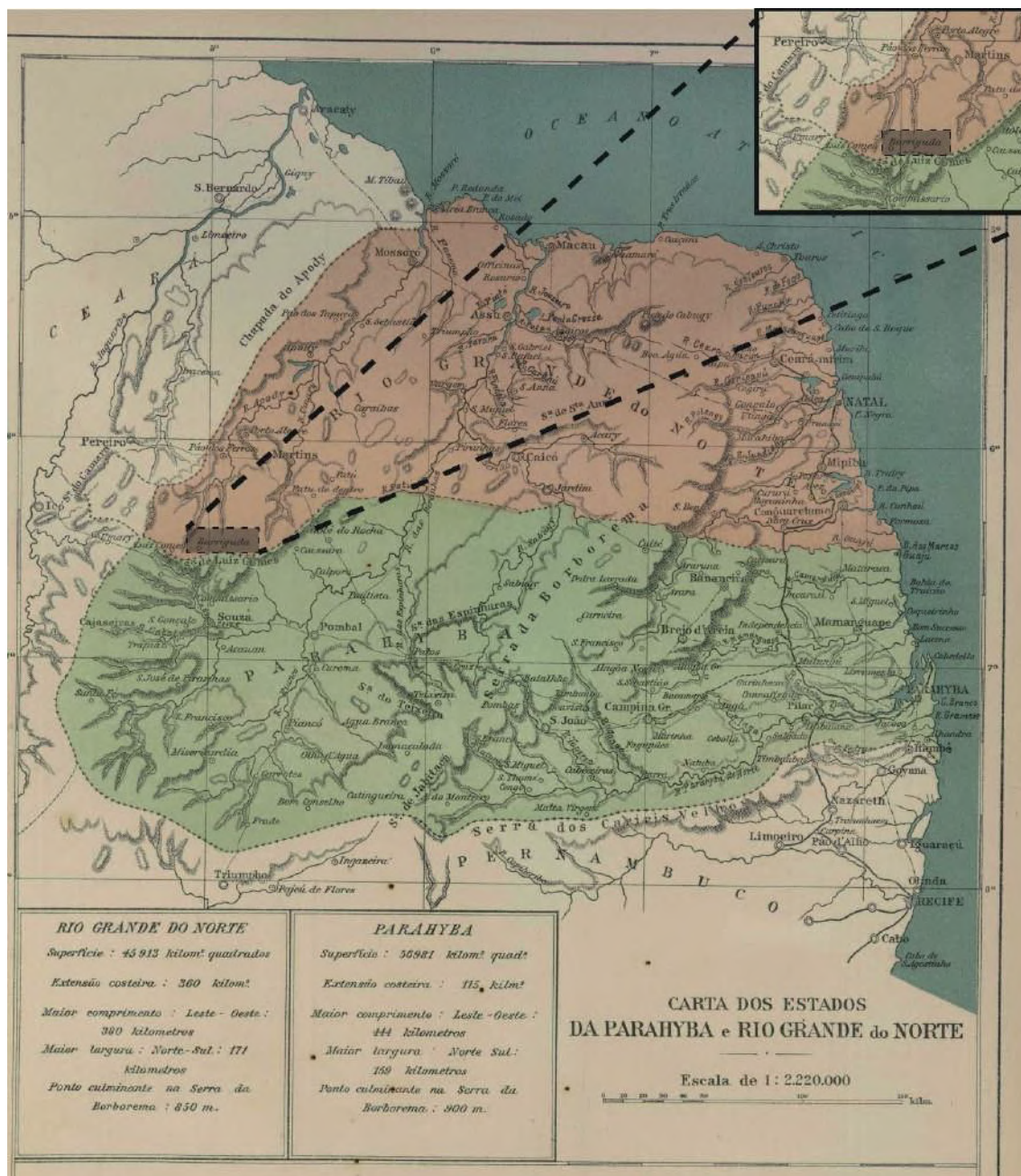
É possível identificar a presença do território de Alexandria em alguns documentos cartográficos do estado do Rio Grande do Norte no século XX. Menciona o uso toponímico da

Desembargador e Senador Joaquim Ferreira Chaves Filho, Alexandrina era conhecida por ser uma senhora de coração precioso e que dedicava sua experiência de vida à prática do bem.

É relatado ainda que a mudança toponímia de Barriguda para Alexandria ocorreu por, além de servir como consideração e admiração pela senhora Alexandrina Barreto, se deu pela alusão à cidade histórica e comercial do Egito.

cidade em detrimento dos anos de 1908 e 1929, períodos que medeiam a transição de Barriguda para Alexandria (Figuras 7 e 8).

Figura 07 – Cartas dos estados da Parahyba e Rio Grande do Norte.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (1908). Editado pela autora (2023).

Figura 08 - Mapa da viação dos estados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (1929). Editado pela autora (2023).

O município de Martins teve considerável importância para a continuação do progresso da vila de Alexandria, principalmente no que diz respeito ao setor imobiliário. A Lei Municipal de nº 34, de 05.09.1925, responsável pelo orçamento e administração de despesas da cidade para o investimento financeiro do ano seguinte, cooperou com as licitações para a construção

de casas em Martins, na vila de Alexandria e nas povoações vizinhas. Nesse aspecto, quaisquer edificações erguidas nesse período estariam isentas de qualquer taxa ou imposto obrigatórios.

Soares (1930, p. 15) relata que, no começo do ano de 1930, a vila de Alexandria apresentava um contagiante comércio, com ótima sede de mercado e com feira semanal intensa. Já se encontrava na vila, até aquela época, um distrito policial, agência telefônica, agência postal, cartório, uma escola rudimentar pertencente ao Estado, e duas outras instituições educativas pertencentes ao município de Martins.

Considerando o desenvolvimento do local e o empenho de figuras representativas, parte da elite local requereu a emancipação política da vila em cidade. Então, Irineu Joffily, Presidente Interino Revolucionário do Rio Grande Do Norte, editou o Decreto nº 10, de 7 de novembro de 1930 com a criação do município, denominado João Pessoa como maneira de homenagear o líder político da Paraíba.

Figura 09 - Título e trecho da notícia sobre a instalação do Município, publicada em 23.09.1930 pelo Jornal “Correio do Povo”, de Mossoró.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

4.1 Origem de Alexandria: de capela à cidade

Em 7 de novembro de 1930, foi dado à então vila de Alexandria a designação de cidade. Denominada João Pessoa⁸, ela continuava sendo integrante da Comarca de Martins. Teve como primeiro administrador da cidade o prefeito Noé Muniz Arnaud, celebrado em procissão cívica que acompanhava a presença da população e de fotografias de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, líder político da Paraíba homenageado com a toponímia do município – falecido poucos meses antes, em julho de 1930 (VERAS, 2007, p. 40).

O nome da cidade retornou ao topônimo de Alexandria seis anos após sua emancipação política. A cidade estava sendo constantemente confundida com a capital paraibana de mesmo nome, causando diversos conflitos entre envios de correspondências e mercadorias e atrapalhando o setor postal e comercial da região. Dessa forma, por iniciativa do deputado João Marcelino de Oliveira, foi realizada a proposta de retomada ao nome de Alexandria, idealizada na Lei de nº 19, de 24 de outubro de 1936, sancionada pelo governador Rafael Fernandes. Optou-se pelo resgate do título que portava como vila para relembrar homenagem à filha da terra, senhora Alexandrina Barreto, já falecida na época (VERAS, 2007, p. 40).

De acordo com Veras (2007, p. 40), a mudança foi palco de discussões dentro da esfera do governo paraibano, considerada por muitos líderes da classe política do estado um desrespeito e desconsideração a João Pessoa. A confusão só foi contornada por meio de um telegrama enviado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para seu cognato na Paraíba, que explicava as razões pelas quais optou-se pela alteração toponímica do município.

⁸ De fato, o motivo da homenagem veio por parte do intervencionista paraibano Irineu Joffily que comandava o estado do Rio Grande do Norte na época, entendendo por conveniente o prestígio ao conterrâneo.

Figura 10 – Fração de artigo do jornal “*A República*” publicado em 11 de novembro de 1936, justificando amudança de João Pessoa a Alexandria.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

O que se compreende por território da cidade de Alexandria foi formado, a princípio, dentro das proximidades da capela do Sagrado Coração de Jesus (igrejinha). Tem-se conhecimento de sua existência antes mesmo do ano de 1862 – informações anteriores apontavam como construída nesta data. Sabe-se que desde o início do século XIX, a povoação da Barriguda detinha uma capela para celebrações religiosas. Em documentos de Soares (1930, p. 15) é dito que no local onde se encontra a igrejinha existia uma casa de orações que também tinha função de cemitério.

O aglomerado urbano de Alexandria teve início, como explanado, em torno da capela do Sagrado Coração de Jesus. Na rua Ananias Emídio de Sousa, chamada de “Rua de Baixo”, a população construiu as primeiras edificações da cidade. Além desta, a avenida Dr. Gregório de Paiva localizava-se nas proximidades da capela e hoje, via central da cidade, mantém parte de suas casas de teor patrimonial.

Situada na dita avenida, a atual residência de Francisco Abrantes de Oliveira, “Chico Buga”, é considerada uma das mais antigas casas da cidade, atualmente permanece preservada.

Vale citar que a residência do antigo prefeito interino do município, Pedro Lobo da Costa, localizada em terreno de lote de esquina, próxima à atual igreja matriz da cidade, conserva suas características arquitetônicas originais, sem alterações em sua fachada.

Ainda antes de sua emancipação, no começo dos anos 1900, a vila de Alexandria expandiu-se a leste, sendo construído o mercado público da cidade por particulares de forma privada. Essa edificação passou por diversos reajustes formais, sendo reformada e ampliada até ter o que se conhece hoje (VERAS, 2007, p. 53).

Figura 11 – Fotografia do ano de 1955, antes da pavimentação da rua e construção da Praça Maria Cavalcante



Fonte: Acervo George Veras (2007)

De acordo com o historiador alexandriense George Veras (2007, p. 53), até a data de concretização de Alexandria como cidade, sua vila, como aglomerado urbano, alcançava apenas o que hoje está implantado nos arredores da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição (vista ao fundo na figura 12). Poucos anos após a criação do município, o local registrava pequenos bairros chamados de “Cangalhos” e “Escaramuça”, ou “Sete Pecados”, áreas atualmente situadas nas ruas Professor José Osias e Padre Isidro Gomes. A cidade passou por um processo de terraplanagem das ruas e rebaixamento de calçadas no ano de 1935.

Figura 12 – Aspecto parcial da Avenida Dr. Gregório de Paiva, ano de fotografia corresponde a 1966.



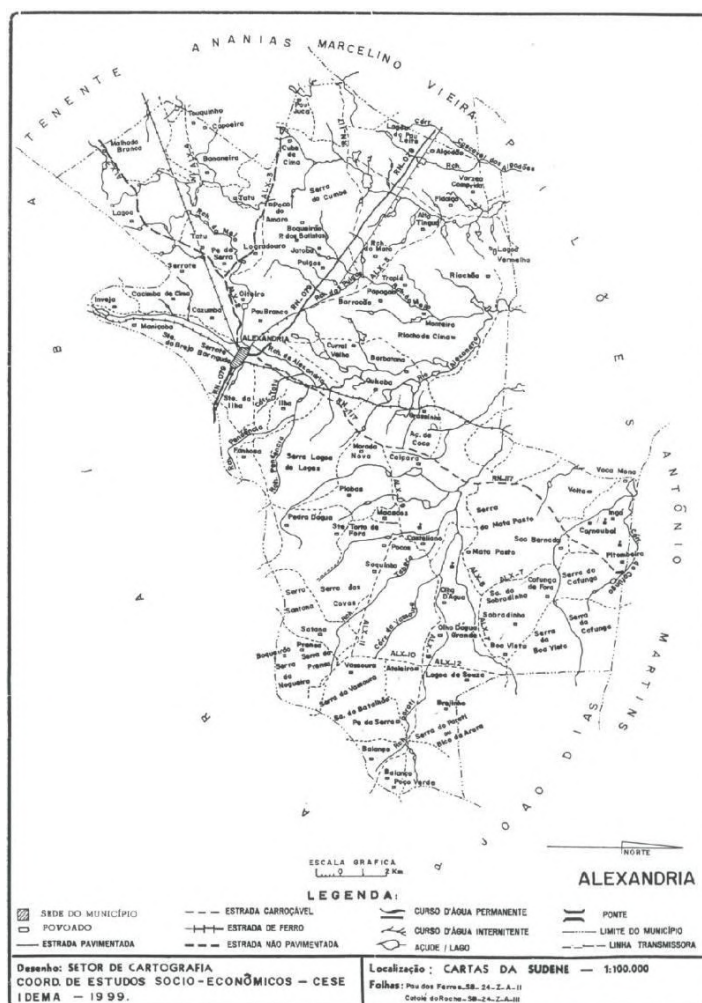
Fonte: Acervo George Veras (2007)

Nos anos de 1940, a zona urbana do município lidou com um expressivo crescimento demográfico, configurando-se em treze ruas e 234 edificações. Responsabiliza-se esses fenômenos à instalação da usina de beneficiamento de algodão da firma Alfredo Fernandes & Cia – atualmente desativada, e ao prolongamento e construção da ferrovia Mossoró-Sousa.

Câmara (1948, p. 20) relata que no início da década de 1940, Alexandria era considerada “*uma cidade florescente*”. Raimundo Nonato em sua obra “Roteiros da Zona Oeste”, de 1952, refere-se à urbanização de Alexandria na década de 1950 como “*a cidade, a-pesar-de pequena, é florescente e apresenta construção moderna*” (VERAS, 2007, p. 54).

Veras (2007, p. 54) declara que após comentários feitos a respeito da cidade por grandes intelectuais do estado, por volta de 1959, Alexandria contava com 17 logradouros, cinco deles parcialmente pavimentados e um concluído. Afirmar-se que foi a primeira cidade do Alto Oeste a empregar melhorias nos passeios públicos por meio da pavimentação das ruas com paralelepípedo. Assim, conta com a primeira praça pública edificada no mesmo ano, sendo a mais antiga e partindo de ponto inicial de urbanização e crescimento do município, próxima a igrejinha (atual Capela do Sagrado Coração de Jesus).

Figura 13 – Mapa cartográfico da cidade de Alexandria do ano de 1999.



Fonte: Idema (2013)

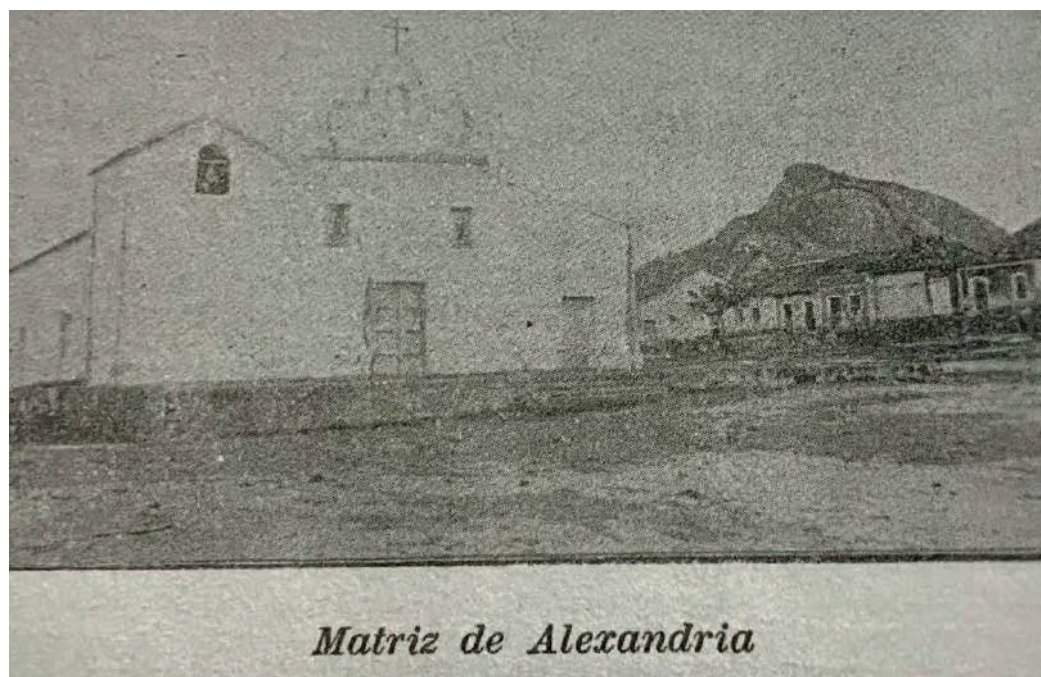
De fato, a história de origem e desenvolvimento da cidade de Alexandria conta com significativa importância para a população, municípios vizinhos e poderes do Estado. Iniciada a partir de terras, plantações e criações de gado, pessoas que se admiravam do serrote em formato de mulher grávida, pela fé na construção da capela e casa de oração, a implementação das primeiras residências, setores comerciais. Com isso, são criadas às memórias introdutórias de uma cidade.

4.2 Primeiras edificações e suas funções

4.2.1 Capela do Sagrado Coração de Jesus

Como antes explicado, o que se entende por territorialidade da cidade de Alexandria formou-se a partir da capela do Sagrado Coração de Jesus. Informações antigas relatam que a edificação foi concluída no ano de 1862. Contudo, o historiador alexandriense Veras (2007, p. 75) relata que existe o conhecimento da capela antes mesmo dessa data, comprovada através de Soares (1930, p. 15), pois, desde a primeira década do século XIX, a povoação da Barriguda possuía uma capela para celebrações de missas e realização dos sacramentos. Tem-se ainda que, no local onde se situa a capela, encontrava-se uma casa de orações, igualmente com função de cemitério.

Figura 14 – Imagem da Igrejinha, ano desconhecido.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Veras (2007, p. 75) frisa que Luiz Silvestre Maniçoba, nascido em 1856 e falecido em 1953, contava que seu pai, Francisco Pereira Maniçoba, patriarca da tradicional família Maniçoba, tinha lembranças de infância do senhor André Ferreira, residente da Barriguda, morando ao lado de uma capelinha em completo estado de abandono. Por esse motivo, quando algum padre visitava a povoação, celebrações eram realizadas na casa do “Seu André”.

Entre os anos de 1866 e 1867, no Sítio Outeiro vivia o Sr. Luís Alves da Silva, pai do padre Isidro Gomes, que relatado pelo senhor Francisco Maniçoba havia convidado um grupo

de moradores por perto para reformar a capela, tornando possível a realização das celebrações católicas. E assim como à herança

A restauração da igrejinha e o retorno dos atos religiosos da comunidade possibilitaram a construção das primeiras casas do povoado. Cita-se algumas casas que continuam com os detalhes arquitetônicos originais preservados: a do próprio Luiz Alves, que se estabeleceu numa casa de uso misto, residência e comércio para compra e venda de algodão, couro e peles, importantes itens do mercado da época –, a de Afonso Ferreira da Silva e a de José Osias Gomes da Silva.

As reformas foram feitas por diversos anos e por diferentes razões em 1898 e em 1980. Nesse último ano, a igrejinha já detinha o nome de capela do Sagrado Coração de Jesus. Recebeu alterações físicas que a comprometeram e a transformaram interna e externamente, perdendo grande parte das composições arquitetônicas originais, principalmente as esquadrias (VERAS, 2007, p. 75). Esses fatos foram arrolados em documentos do Livro de Tombo nº 1 da paróquia, reproduzidos também na plaquete “História da Igrejinha Velha” (Coleção Mossoroense 1989 – Série B – Número 731, 1990).

Figura 15 – Capela do Sagrado Coração de Jesus, fotografia do ano de 2007.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

A igrejinha permaneceu como matriz da paróquia de Alexandria entre os anos de 1936 e 1947, quando ocorreu a inauguração da atual igreja matriz da cidade dedicada à Nossa Senhora da Conceição.

Figuras 16 e 17 – Fotografias do estado atual da Capela do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Autora (2023)

4.2.2 Casa do Sítio Curral Velho

O que se conhece por zona rural de Alexandria, teve fração de sua área como tema da Comissão de Câmaras Municipais no ano de 1865. Consta-se em registros documentais da época que, por meio de parecer do padre Francisco de Paula Soares da Câmara e Vicente Ferreira de Carvalho – sobre ações da Câmara da Cidade de Imperatriz (antiga Martins) –, proibiu-se a criação de cabras e ovelhas nos locais de Saco do Cedro e Santa Ana. Com o objetivo de resguardar os terrenos, destinados à agricultura do povoado da Barriguda, com restrição fixada em pagamento de multa para aqueles que descumprissem com a determinação, junto da retirada dos animais (VERAS, 2007, p. 63).

Na zona rural de Alexandria encontram-se as residências mais antigas da cidade. A casa no sítio do Curral Velho é hoje propriedade de Roberto Veríssimo. Encontra-se à esquerda da RN-117, percurso no sentido de Antônio Martins – RN. Além de moldar a história como umas

das primeiras casas da cidade, foi possivelmente local de nascimento de Alexandria Barreto, em 1854, quando a moradia pertencia a seu pai, Domingos Velho Barreto.⁹

Figura 18 – Casa na zona rural, sítio Curral Velho, fotografia de 2007.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Atualmente, a residência permanece com sua estrutura de arquitetura popular rural – apesar de não portar alpendres ou áreas extensas –, construída com tijolo adobe, mantém algumas de suas esquadrias de madeira originais, com telhado de duas águas e calçadas com batentes de pedra.

Figura 19 – Casa na zona rural, sítio Curral Velho, fotografia de 2023.



Fonte: Autora (2023)

⁹ Alexandria Barreto Ferreira Chaves homenageada através da denominação toponímia do município em virtude de sua vida.

4.2.3 Casa do Sítio de Olho D'água Grande

A casa do sítio de Olho D'água Grande chama atenção pela arquitetura exuberante. Erguida no ano de 1862 como residência do deputado provincial João Crisóstomo Bezerra Cavalcante de Albuquerque e sua família. A residência hoje pertence a Paulo de Tarso Veríssimo, ex-prefeito da cidade de João Dias – RN. A edificação foi incluída no projeto “Inventário dos Bens Imóveis do Estado”, pela Fundação José Augusto nos últimos anos da década de 1980, dentro da gestão do jornalista Paulo Macedo, conveniado com o Ministério da Cultura.

O arquiteto Paulo Heider Forte Freijó comentou sobre a antiga residência na matéria intitulada “Estado começa a conhecer bens culturais imóveis que possui”, assinada por Auricéia A. Lima e publicada pelo jornal “A República”, em 1987. O conteúdo jornalístico do texto informa que a edificação foi erguida em decorrência da situação socioeconômica da época (VERAS, 2007, p. 63).

O arquiteto ainda comenta que a casa não era passível de comparação com nenhuma residência vizinha, tanto pelo aspecto tectônico, como pela elegância da decoração. A matéria relatava que a platibanda da casa apresentava pequenos relevos em escaiola – revestimento em cal liso, tão liso e resistente quanto os azulejos comuns. Ressalta que esse tipo de adorno é encontrado em poucas edificações no estado do Rio Grande do Norte, realizada excepcionalmente por mestres vindos de Recife (PE) – cuja técnica executada acabou por se perder no tempo (VERAS, 2007, p. 63).

Figura 20 - Residência do sítio Olho d'água Grande, considerada uma das mais antigas do município, construída em 1862. Fotografia de janeiro de 1987



Fonte: Acervo George Veras (2007)

A descrição de Paulo Heider foi elaborada a partir das condições físicas da casa como retratada na figura 20. Na imagem, apesar de comentários sobre a riqueza decorativa da edificação, são perceptíveis algumas patologias. Foram realizadas algumas reformas em anos seguintes para conservar sua matéria, assim como para expandi-la (Figura 21).

A residência da fotografia de 2007 apresenta essas alterações. Com ambas as imagens, mesmo que uma delas tenha sido registrada em filtro preto e branco (pela data da imagem), percebe-se que reparações em determinados setores foram realizadas, sobretudo na manutenção da pintura e das esquadrias, como também adornos da platibanda da casa.

Figura 21 - Residência do sítio Olho d'água Grande, considerada uma das mais antigas do município, construída em 1862. Fotografia do ano de 2007.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Nota-se igualmente alterações na estrutura da residência, como a adição de um pavimento e a introdução de um alpendre na entrada. No pavimento superior, repara-se na varanda com guarda-corpo de alvenaria adornado. O bloco edificado tem telhado aparente em duas quedas d'águas, e esquadrias referentes a do térreo, com o cuidado de não fugir com a identidade da edificação em sua originalidade.

A residência mantém suas características originais e anexas de maneira a preservar sua essência. Com cores fortes e marcantes, destaca-se sobretudo a manutenção da pintura, esquadrias e adornos.

Figura 22 - Residência do sítio Olho d'água Grande, considerada uma das mais antigas do município, construída em 1862. Fotografia recente, do ano de 2023.



Fonte: Autora (2023)

4.2.4 Escola Waldemar de Sousa Veras

Em 1870, a povoação da Barriguda possuía uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino. Em 1884, coube ao presidente da Província do Rio Grande do Norte, Francisco de Paula Salles, a restauração da cadeira para a Barriguda com a troca de professores. Então, em 1886 era apresentado o movimento das aulas no setor público contando com a presença de 19 alunos do sexo masculino. No ano de 1914, há indícios da existência de uma escola de ensino municipal, cedida pelo município de Martins, havendo 35 alunos de ambos os sexos. Então, com a participação popular na educação da cidade, decide-se por instaurar no ano de 1921, a primeira escola rudimentar por decreto do governador Antônio de Sousa. Após 10 anos, em

1931 outra escola rudimentar foi criada, agora em Alexandria, como município de João Pessoa¹⁰ (VERAS, 2007, p. 117).

Alexandria, detinha assim na década de 30, de acordo com Soares (1930, p. 15) por uma escola rudimentar pertencente ao Estado, e duas outras escolas custeadas pela cidade de Martins.

Apenas em 1934, a primeira instituição escolar do município foi concebida. A Escola Waldemar de Sousa Veras foi inaugurada como Grupo Escolar João Bernardino (Figura 23), em homenagem ao chefe político de mesmo nome, deputado estadual e coronel da Guarda Nacional, nascido na Barriguda e falecido na cidade de Pau dos Ferros no ano de 1912. Através de recursos empregados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a edificação escolar foi erguida pela Prefeitura Municipal e inaugurada sob o comando do então prefeito Manoel Emídio de Sousa. O evento se deu com a presença de múltiplas personalidades de autoridade política, do Interventor Mário Câmara, o Diretor Geral de Educação, Anfilóquio Câmara e de Luís da Câmara Cascudo, este último qualificando a instituição como “o mais bonito da província” (VERAS, 2007, p. 118).

De acordo com Veras (2007, p. 118), o grupo escolar passou por diversas alterações quanto à denominação de Escola. Durante o governo de Silvio Pedrosa, no ano de 1952 substituiu-se o título de Grupo Escolar João Bernardino, sem justificativa aparente, para Escola Normal Regional e, logo depois, passou a se chamar Ginásio Normal de Alexandria¹¹. Em 1970, houve a mudança para o Ginásio Estadual de Alexandria. Em 1976, era denominada de Escola Estadual de Alexandria. Em 1996, veio a se chamar de Centro Escola Waldemar de Sousa Veras e assim, por fim, no ano de 1999, recebe sua toponímia que permanece até a atualidade, intitulada de Escola Estadual Waldemar de Sousa Veras.

¹⁰ Denominação toponímia da cidade no início de formação municipal, por motivo de homenagem ao político paraibano João Pessoa por parte do intervencionista paraibano Irineu Joffily que comandava o estado do Rio Grande do Norte na época, entendendo por conveniente o prestígio ao conterrâneo.

¹¹ A escola é conhecida popularmente por *Ginásio*, pela toponímia dada nos anos de 1952 a 1970.

Figura 23 – Fotografia do início da década de 1940. Alunos do Grupo Escolar posam para foto com o retrato de João Bernardino.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Figura 24 – Fotografia do início da década de 1940. Alunos do Grupo Escolar posam para foto com o retrato de João Bernardino.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Em censo do ano de 1950 constatou na cidade um total de 9.504 pessoas analfabetas. Já 2.913 habitantes afirmavam saber ler e escrever. De acordo com dados analisados pelos órgãos municipais, nas décadas seguintes de 1960 e 1970 foram erguidas edificações para uso educacional que atendesse a população local e de cidades vizinhas (VERAS, 2007, p. 118).

A Escola Waldemar de Sousa Veras foi tombada pelo Governo do Estado em 2005.

Figura 25 – Fotografia da fachada da escola no ano de 2007



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Figura 26 – Situação atual da Escola Waldemar de Sousa Veras



Fonte: Acervo Autora (2023)

Figura 27 – Situação atual da Escola Waldemar de Sousa Veras, fachada tomada por árvores Nim que acabam por dificultar a visualização do indivíduo que passeia pelas principais ruas do centro



Fonte: Autora (2023)

4.2.5 Açougue Público

O ano de 1937 foi marcado pela construção do açougue público da cidade de Alexandria. Este erguido devido à necessidade de ampliação do comércio de carnes, que antes acontecia em estabelecimentos particulares não acessíveis a todos os comerciantes. O açougue permaneceu em funcionamento no mesmo prédio por frações de anos, interrompido após interdições causadas pelas péssimas condições higiênicas e sanitárias do local (VERAS, 2007, p. 154).

Figura 28 – Retrato da fachada principal do açougue público de Alexandria



Fonte: Autora (2023)

Figura 29 – Retrato da fachada posterior do açougue público de Alexandria



Fonte: Autora (2023)

A edificação configura-se no estilo *Art Decó*, pois seus ornamentos geométricos e lineares (Figura 28). O prédio hoje está em desuso. É possível pontuar diversas patologias quanto ao seu estado atual, desde manchas de umidade e fissuras a crostas negras e descolamento de placas, praticamente em estado de ruínas. Existe nos planos da prefeitura da cidade (provavelmente arquivados) a intenção de restaurar ou reformar completa do órgão público de serviço comercial, tão importante para a história edificada da cidade quanto para seu funcionamento mercantil.

4.2.6 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Alexandria tem sua mais antiga irmandade, o Apostolado da Oração, desde 1919, quando a cidade ainda possuía o foro de vila. Diante da estruturação vigente, o grupo religioso requereu à diocese de Mossoró a formação da paróquia de Alexandria.

A criação da paróquia ocorreu de fato no dia 25 de novembro de 1936, por decreto de Dom Jaime Câmara, registrado no livro de atos oficiais da Diocese de Mossoró e no livro de tombo da paróquia (VERAS, 2007, p. 79). Até o ano de 1947, a principal instituição católica da cidade era a capela do Sagrado Coração de Jesus. Pelo alto crescimento demográfico do município das décadas de 1930 e 1940 – principalmente pela emancipação política do território –, foi vista a necessidade da construção de uma igreja de maiores dimensões para abrigar a nova igreja matriz da comunidade. Iniciou-se a elevação do edifício católico no ano de 1937, em

ponto estratégico que simbolizaria a igreja como ponto focal do centro da cidade. Ainda nesse ano, as obras foram paralisadas por falta de recursos pecuniários destinados à sua construção. A continuação do projeto retomou em 1941, a partir da campanha de arrecadação financeira realizada durante a festa da padroeira.

Figura 30 – Fotografia do ano de 1946, durante a construção da Igreja Matriz.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Liderado pelo prefeito Manoel Emídio de Sousa, o movimento para conclusão da obra tinha como objetivo direto presentear a cidade de Alexandria com uma casa religiosa “maior e mais moderna” (VERAS, 2007, p. 79). Entretanto, no momento de busca e empenho de apoios e patrocínios para a construção do bem patrimonial vigente, Dom Jaime Câmara – que na época era bispo da diocese de Mossoró – entendia que os recursos ali solicitados e arrecadados deveriam ser aplicados na “igrejinha velha”. Para discussão aprofundada do tema e para ter uma tomada de decisão sobre a situação foi criada uma comissão composta pelo Padre Luiz Klur e demais personalidades do município que, junto ao bispo, concordavam com a interrupção da e aplicação dos recursos financeiros na reforma da capela do Coração de Jesus.

Veras (2007, p. 79) conta que, apesar de negações, depois de diversas reuniões e discussões divergentes, Dom Jaime revisou as motivações da construção da igreja matriz e decidiu acatar o plano da comunidade local – a qual persistiu na procura por apoios financeiros – assim foram retomados os trabalhos de elevação da matriz no ano de 1941. A inauguração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição se deu em 2 de novembro de 1947, contando com a visita dos missionários frei Damião de Bozano e frei Crisólogo. Sendo realizada a benção da nova

Matriz no dia 14 do mesmo mês por Dom João Portocarrero Costa, bispo diocesano (VERAS, 2007, p. 79).

Figura 31 – Retrato do ano de 1960, durante a realização das Santas Missões Populares, comandadas por FreiDamião, visto ao centro e topo da multidão. Ao lado direito da Igreja, a Casa Paroquial



Fonte: Acervo GeorgeVeras(2007)

Figura 32 – Igreja Matriz, 2023.



Fonte: Autora (2023)

4.2.7 Estação ferroviária de Alexandria

Uma das edificações responsáveis pelo crescimento demográfico de Alexandria na metade do século XX, a passagem do trem pela começou a ser construída no início da década de 1910. O ramal Mossoró/Sousa, inicialmente, estabelecia meta de expansão da estrada de ferro até a povoação da Barriguda – quanto à limitação do estado do Rio Grand e do Norte, ligando a Paraíba- ainda pertencente ao município de Martins.

Veras (2007, p. 145) afirma que anos depois da consolidação do projeto viário foi proposto alteração no projeto para que a ferrovia fosse construída até a cidade de Pombal, dessa vez passando pelo município de Catolé do Rocha, retirando a vila de Alexandria do planejamento do ramal. Negociações foram realizadas com propostas que tentavam incluir ambas as cidades no plano ferroviário, sem sucesso.

Alexandria, vencedora nas negociações quanto ao trajeto da estrada de ferro idealizada pelo suíço John Ulrick Graf em 1876, tem sua estação ferroviária inaugurada em 29 de dezembro de 1951, coincidindo com a abertura da estação de Sousa, meta final do ramal. Todavia, meses antes da inauguração do edifício, o trem já passava pela cidade apenas na transição de cargas, posteriormente abrangendo o cargueiro e o transporte de passageiros (VERAS, 2007, p. 145).

Figura 33 – Fotografia do ano de 1957. Uma das passagens do trem pela cidade.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Figura 34 – Fotografia capturada na década de 1960 de populares aguardando a chegada do trem.

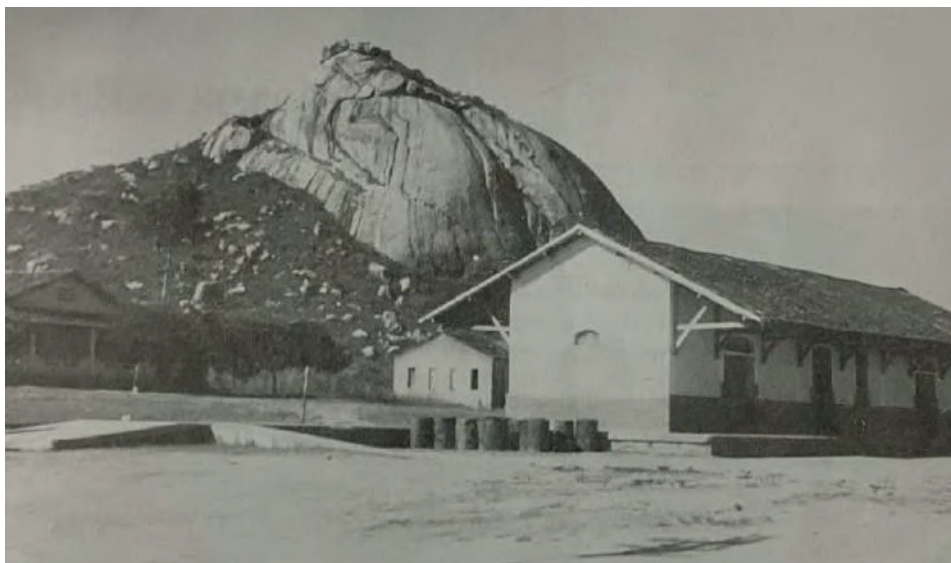


Fonte: Acervo George Veras (2007)

De fato, a introdução de Alexandria nos planos de linha ferroviária impulsionou o crescimento nos âmbitos econômicos, sociais e políticos, beneficiando a população como um todo. Entretanto, o Governo Federal deixou de aplicar recursos no setor, causando o desligamento das atividades do ramal ferroviário de Mossoró para Sousa. A estação de Alexandria foi desativada no início de outubro de 1991.

Medeiros (2007, p. 157) faz paralelo entre as estações da cidade de Patú (1936) e Alexandria (1948, ano de funcionamento de cargueiros), afirmando que ambas possuem o mesmo partido arquitetônico, de estilo não específico, ambas variando somente quanto a implantação de suas plataformas de embarque. A motivação do estilo arquitetônico adotado pode ser justificada pela construção ter sido realizada sob o mesmo ímpeto de prolongamento desta.

Figura 35 – Fotografia capturada na década de 1960 da Estação Ferroviária de Alexandria, com a Serra Barriguda ao fundo



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Após seu desligamento, a Estação de Alexandria foi utilizada como casa de outros órgãos municipais na metade da primeira e segunda década dos anos 2000, como Casa de Cultura e Biblioteca Municipal. Hoje, no ano de 2023, a edificação é mantida por aluguel municipal.

Figuras 36 – Fotografias do estado atual da Estação Ferroviária.



Fonte: Autora (2023)

4.2.8 Antigo Quartel Municipal

Diante da segurança pública da cidade de Alexandria, ainda como povoado da Barriguda na metade do século XIX, o território detinha uma subdelegacia de polícia por meio de decreto de lei de 1859. A Divisão Policial da Província do Rio Grande do Norte em 1876 indicava a Barriguda como um dos distritos de Imperatriz – antiga Martins (VERAS, 2007, p. 131).

De acordo com Anfilóquio Câmara (1948, p. 23) Alexandria, já emancipada, contava com três distritos policiais, tendo sede no próprio local e outras duas nas povoações de João Dias e Pilões. Entretanto, o primeiro quartel/delegacia a se fazer funcionar na cidade foi completamente desativado por despesas de aluguel e iluminação. Tendo assim a necessidade da fundação de um novo Quartel de Polícia através de recursos do Governo do Estado, no ano de 1952. Interrompido em 1984, hoje o prédio identifica-se como sede da Secretaria de Culturado município. O Quartel Velho, como era conhecido, foi tombado por ato da governadora do estado em novembro de 2004, Wilma Maria de Faria, a pedidos formais de alexandrienses que solicitaram a utilização do prédio para servir de Casa de Cultura Popular, conforme consta no trâmite da Fundação José Augusto escrito no processo de nº 49116/2004 (VERAS, 2007, p. 132).

O Antigo Quartel Municipal junta-se à Escola Waldemar de Sousa Veras como as únicas edificações históricas da cidade de Alexandria reconhecidas como patrimônio pela esfera estadual. A edificação discutida neste tópico apresenta características do estilo arquitetônico de *Art Decó*, dada a geometrização de seus adornos e letreiro de apresentação do local, característico de diversas obras do estilo.

Figura 37 – Quartel de polícia da cidade, fotografia do ano de 1965.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Figura 38 – Fotografia atual do que se configura a Secretaria de Cultura de Alexandria, no antigo prédio do Quartel Municipal.



Fonte: Autora (2023)

No concerne à segurança pública municipal, Alexandria é sede da 3ª Companhia de Polícia Militar, relacionada ao 7º Batalhão de Pau dos Ferros. Além de no setor de polícia civil, dispõe de uma Delegacia Municipal e 8ª Delegacia Regional.

4.2.9 Mercado Público e setor comercial

A vila de Alexandria, antes mesmo de sua emancipação política, nas primeiras décadas do século XX teve expansão comercial, principalmente por interesse do público privado quanto a implementação de prédios comerciais no que se entende hoje como centro da cidade. Em 1903, o mercado público da cidade foi erguido pela administração vigente em conjunto com comerciantes particulares. No ano de 1939, o mercado passou por reformas como também em 1949, seguindo seu aspecto de hoje. O mercado público de Alexandria tem suas fachadas voltadas para dois logradouros da cidade, duas entradas no eixo do Trecho Luiz Gonzaga e outras duas na rua Desembargador Ferreira Chaves.

Figura 39 – Situação atual de uma das fachadas do Mercado Público de Alexandria.



Fonte: Autora (2023)

Rodeada por edificações comerciais, o interior do mercado público é utilizado para o exercício da feira livre, – apesar da mesma ser também realizada no meio das ruas que compreendem todo o conjunto comercial do município – servindo de acesso às lojas e pontos comerciais que possuem suas fachadas viradas para demais ruas. Não conservado como se espera que estivesse, o prédio apresenta diversas patologias em sua estrutura, desde manchas de umidade e fissuras a crostas negras e descolamento de placas, além de esquadrias enferrujadas.

Figura 40 – Fotografia do atual conjunto de mercado público.



Fonte: Autora (2023)

Figura 41 – Fotografia de uma das edificações comerciais mais antigas do território, era sede de uma das farmácias da cidade.



Fonte: Autora (2023)

Figura 42 – Imagem de outras edificações comerciais no trecho do mercado, ambas em estado de abandono.



Fonte: Autora (2023)

As edificações encontradas nas ruas citadas não pertencem a um estilo arquitetônico definido, sua maioria conta com fortes indicativos de *Art Decó*. No entanto, também há nos

mesmos prédios adornos característicos da arquitetura neoclássica e eclética. Forte evidência do conhecimento tardio (ou não) de tendências estéticas, algo que deixa a criatividade de seus construtores ou idealizadores em cheque, possibilitando que a arquitetura encontrada na cidade não seja classificada como algo único, mas sim como algo próprio.

4.2.10 Casas de valor patrimonial

Como foi relatado em tópicos anteriores, Alexandria iniciou a formação de sua paisagem urbana nos arredores da Capela do Sagrado Coração de Jesus (Igrejinha), principalmente nas atuais Rua Ananias Emídio de Sousa – a “rua de baixo” – e na Avenida Dr. Gregório de Paiva, tendo as primeiras edificações residenciais do município.

Com o crescimento demográfico da cidade, Alexandria foi se expandindo e assim compondo mais de oito bairros e diversos logradouros.

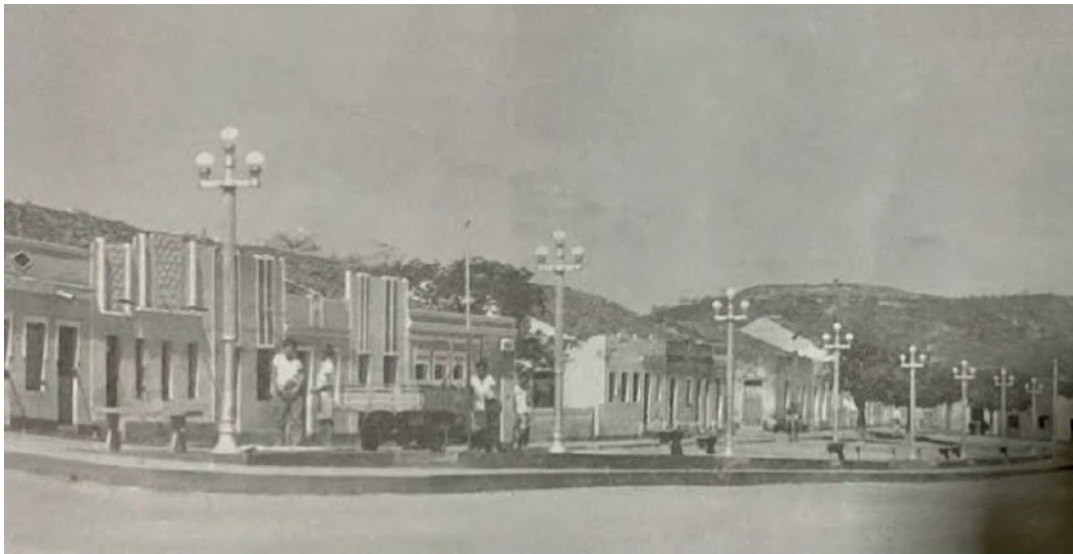
Figura 43 – Fotografia da rua Professor José Osias na década de 1960.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

A figura 43 apresenta a rua Professor José Osias antes de sua pavimentação de paralelepípedo. Percebe-se a boa quantidade de prédios residenciais que compunham a paisagem de uma das principais ruas de Alexandria. Nos dias atuais, em razão do comércio local, algumas edificações não estão com suas aparências originais, enquanto outras são mantidas, mas pouco conservadas.

Figura 44 – Fotografia da década de 1960, Avenida Dr. Gregório de Paiva.



Fonte: Acervo George Veras (2007)

Figura 45 – Edificação residencial na Avenida Dr. Gregório de Paiva



Fonte: Autora (2023)

Figura 46 – Edificação residencial na Avenida Dr. Gregório de Paiva.



Fonte: Autora (2023)

As residências com representativo valor patrimonial passeiam, em análise geral, em diversos estilos arquitetônicos. É notável a presença de características do estilo *Art Decó*, pelo desenho simples, mas pontual de algumas casas, assim como das evidências materiais de detalhes que se encontram em adornos neoclassicistas e ecléticos. Além da presença, em alguns casos, de residências do estilo moderno na cidade.

Figura 47 – Edificação residencial na Travessia Benício de Paiva.



Fonte: Autora (2023)

Figura 48 – Edificação residencial na Rua Ananias Emídio de Sousa.



Fonte: Autora (2023)

Contudo, Alexandria detém de significativos bens patrimoniais que se relacionam diretamente com a estética – tardia para alguns especialistas – dos sertões nordestinos. De claro apego à criatividade de seu povo, bebendo na fonte daquilo que encantam aos olhos.

Para dar continuidade a análise sobre a cidade, o entendimento sobre sua formação com base na morfologia urbana é crucial para a compreensão da construção do patrimônio edificado do município.

5. Análise morfológica do centro de Alexandria: mapas temáticos como tradução do desenvolvimento da malha urbana

Diante da compreensão da importância da análise morfológica da cidade dentro do contexto de entendimento urbano e patrimonial, destaca-se a cidade de Alexandria, situada na região semiárida do Rio Grande do Norte – e principal objeto de estudo.

Figura 49 – Vista aérea da cidade entre dois de seus bairros e a definição da poligonal de estudo.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023).

5.1 Mapa de traçado e parcelamento

O traçado das vias auxilia no parcelamento e composição das quadras e seus respectivos lotes. Por meio desse instrumento de organização urbana, a cidade se forma de maneira hierarquizada, afetando a mobilidade e acesso da população à área urbana. Normalmente, o desenho urbano nasce a partir da interpretação topográfica da região, ao qual - por muitas vezes -, apresenta formações irregulares ou quando em plano, um desenho de linhas retilíneas que segue uma ideia consciente de continuidade.

No caso da cidade de Alexandria, principalmente a área de estudo representada pela imagem abaixo (Figura 50), o traçado evidencia um processo de crescimento ordenado e regular, seguindo uma linha lógica de movimentação urbana. É visto, entretanto, que novas implantações são vistas de forma irregular, com o vazio de alguns lotes.

Como campo inicial de formação da cidade, a área é preenchida por diversos lotes, corroborando com a participação e manutenção da população no espaço preliminar.

Figura 50 – Mapa de traçado e parcelamento da cidade.



MAPA: TRAÇADO E PARCELAMENTO SEM ESCALA

Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023).

5.2 Mapa de cheios e vazios

O mapa temático abaixo (Figura 51) detalha a ocupação inicial encontrada no bairro central da cidade. São poucos espaços livres dentro das quadras criadas, explanando a necessidade do desenvolvimento de mais espaços para a ocupação.

Figura 51 – Mapa de cheios e vazios.

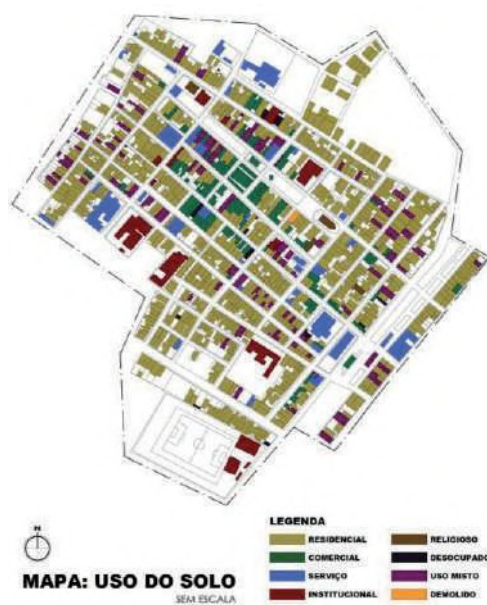


Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023).

5.3 Mapa de uso do solo

A poligonal de estudo apresenta uma área vasta da concentração de edificações residenciais e comerciais, com algumas situações de uso do solo misto, setores de serviço e instituições (Figura 52).

Figura 52 – Mapa de uso do solo.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023).

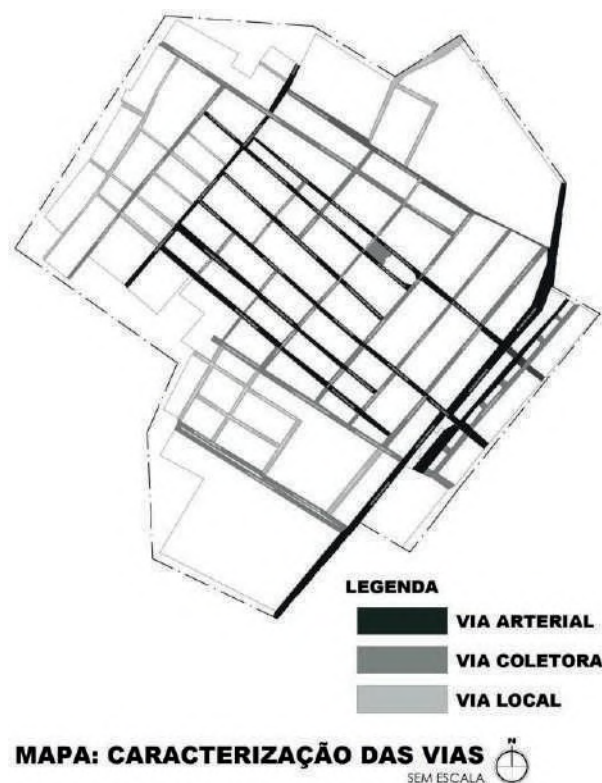
Por ser também região de grande influência comercial, onde acontece a feira pública semanal da cidade. A região na cor verde, corresponde a atuação mercantil na área. Ocorrendo sempre no fim de semana, precisamente em dias de sábado, o espaço tende a ter um maior volume de mobilidade urbana.

Além disso, as principais instituições e serviços estão concentradas na área central de Alexandria. Ou seja, a cidade conta com postos de saúde, edificações que sediam a administração pública, hospitais e maternidades, escolas públicas e particulares, como também prédios religiosos, todas as ocupações se fazem presentes no campo central da zona urbana.

5.4 Mapa de caracterização das vias

Percebe-se, pelo mapa da Figura 53, a caracterização do traço viário e o suporte dado pelas múltiplas vias coletoras para a conexão com as principais vias da cidade. As ruas arteriais correspondem a implantação das edificações fundamentais para a população, logo, de maior mobilidade.

Figura 53 – Mapa de caracterização das vias.

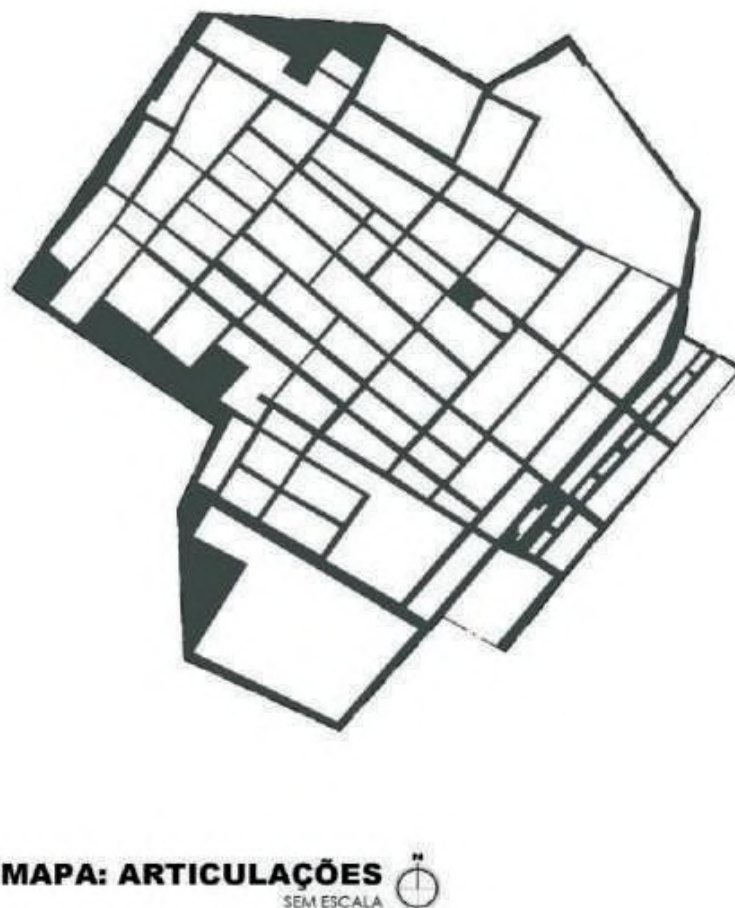


Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023)

5.5 Mapa de articulações

O mapa de articulações justifica o exemplo da determinação das vias no tópico anterior. A divisão de quadras e sua relação com as ruas fica em evidência na imagem da Figura 54. A importância de algumas edificações é evidenciada ao ocuparem, sozinhas, uma “quadra” completa. São exemplos disso, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Estação Ferroviária.

Figura 54 – Mapa de articulações.

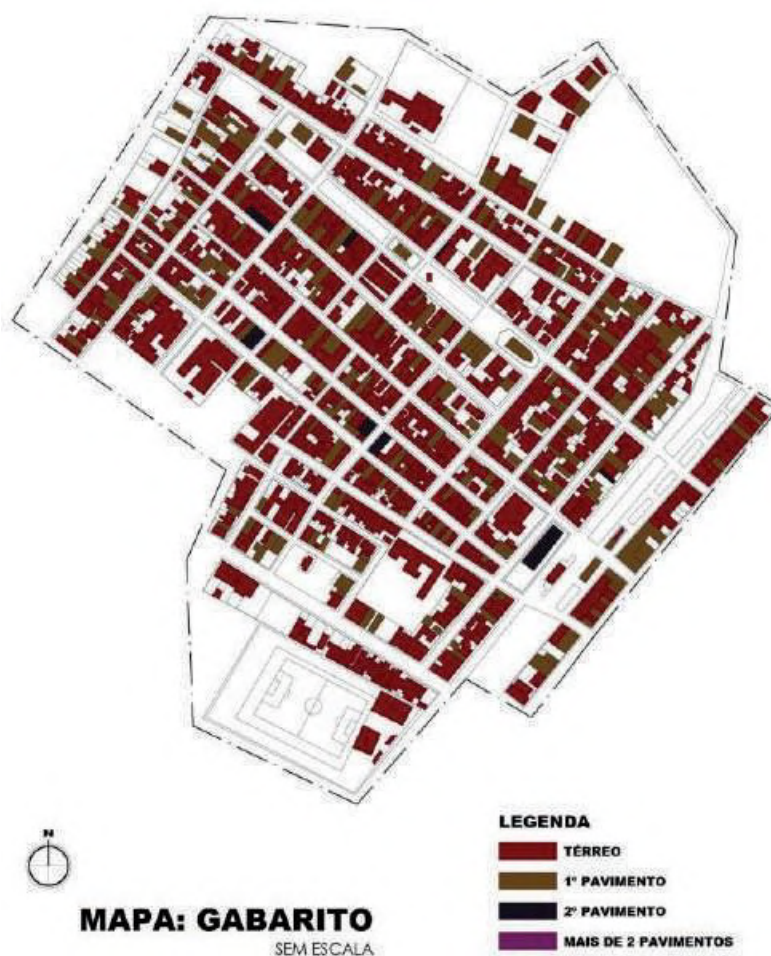


Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023)

5.6 Mapa de gabarito

O gabarito corresponde ao aspecto visual da cidade, principalmente em relação à altura das edificações. O mapa abaixo apresenta a marcação dos imóveis de construção térrea, com a adição de um ou mais pavimentos.

Figura 55 – Mapa de gabarito.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023)

Nota-se então pela predominância de edificações térreas, com significativa presença de imóveis que compreendem até um pavimento a mais, enquanto são poucos os bens que ultrapassam essa medida. O resultado desses dados é relevante para apreciação da paisagem natural da cidade, principalmente ao que diz respeito à visão das áreas verdes e relevos, em especial a Serra Barriguda.

5.7 Mapa de equipamentos de uso coletivo

O mapa abaixo está relacionado com a implantação dos equipamentos de uso coletivo da zona estudada. Percebe-se a quantidade marcada de edifícios e praças que a área é bem arranjada quanto a isso. Existem duas praças, instituições públicas, educativas e de saúde, além de espaços recreativos.

Figura 56 – Mapa de equipamentos de uso coletivo.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023)

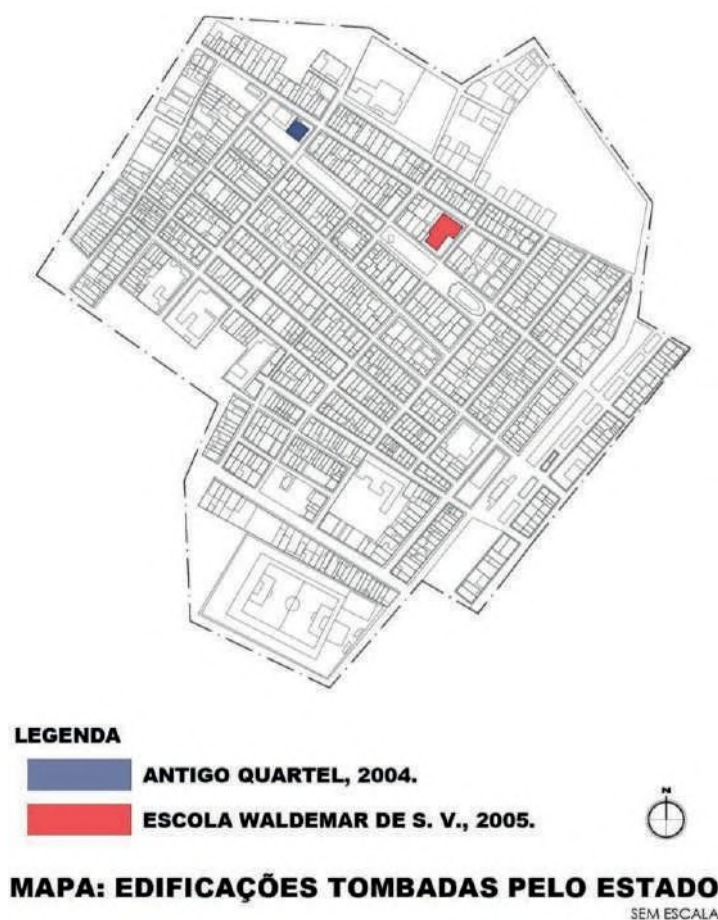
5.8 Mapa de edificações tombadas a nível estadual

Alexandria possui duas edificações tombadas a nível estadual. O antigo Quartel Municipal e a Escola Waldemar de Sousa Veras foram selecionados para proteção do estado pela Fundação José Augusto em 2004 e 2005, respectivamente.

O mapa abaixo (Figura 57) trata da implantação dos imóveis tombados, ambas as edificações ficam alocadas na área central da cidade, dividindo ruas paralelas. Atualmente, o antigo quartel é ocupado e utilizado pela administração pública, servindo de sede para a

Secretaria de Cultura do município. Enquanto a escola estadual, continua sendo uma das principais instituições educativas da cidade, vindo a receber reformas para a melhoria da sua edificação, ao passo que preserva e conserva suas características originais.

Figura 57 – Mapa de localização das edificações tombadas pelo estado no município.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2023).

Analisada a morfologia dos aspectos urbanos que permeiam o centro de Alexandria/RN, é de suma importância encontrar as respostas para as motivações do apego popular. Como os habitantes identificam a área e como externam suas percepções sobre o espaço.

6. Apego e Memória Alexandriense: participação da população na sua vivência

A participação da população em qualquer assunto dentro de um contexto, revela a vontade e a determinação de um grupo de indivíduos de enfrentar e buscar resoluções para uma situação, o que objetiva o desejo pelo controle daquilo que reflete no seu cotidiano.

A inserção da população dentro do contexto urbano é sobretudo uma atividade política. De maneira individual ou coletiva, o envolvimento dos habitantes em eleições, engajamento em ações de militância em denúncias ou sobre conscientização política são cruciais para o desenvolvimento do planejamento urbano. Partindo do princípio de que o usuário vive e experiencia a urbe, as ações de participação dentro dela realçam a definição de direito humano.

A lei federal que institui capítulo sobre as políticas urbanas dentro da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, determina e regulariza normativas quanto ao uso e ocupação do solo no país. O documento legislativo indica a participação da população como um dos principais fortalecedores da gestão democrática nas cidades, fundamental para a garantia das decisões urbanas de maneira clara e inclusiva.

A participação popular, de acordo com o Estatuto, deve ser assegurada em todas as fases do sistema de planejamento urbano, a cooperação dos habitantes deve ser executada na realização de consultas populares, debates, audiências e fóruns de discussões públicas, além de diversas outras formas de colaboração. Além disso, o Estatuto da Cidade determina que entidades administrativas do planejamento urbano têm de divulgar dados e informações técnicas sobre o tema para o público, para que estes participem de forma consciente de todo o processo de gestão urbana. Os conselhos das cidades são compostos por representantes dos poderes públicos e da sociedade civil, e têm a função de propor diretrizes, avaliar e fiscalizar a execução das políticas e projetos urbanos, além de participar da elaboração e revisão do plano diretor (BRASIL, 2001, p. 15).

De acordo com Pozzobon (2008, p. 20), entende-se por participação popular um processo de tomada de decisão acessível ao povo, sobre assuntos que afetam o cotidiano de grupos e indivíduos - direta ou indiretamente -, no emprego de uso e adaptação de um espaço urbano. Ou seja, é compreendida pela força de uma população sobre o poder público político com intenção de gerar resultados para o coletivo.

Antes de muitas medidas, a Carta de Atenas, elaborada em 1931, foi determinante para os princípios do urbanismo moderno, conforme fortalece e esclarece a importância da participação social na cidade e o dever de servir aos pedidos de sua população (Carta de Atenas, 1931, p. 2).

Ademais, a Declaração de Amsterdã, de 1975, corrobora com a importância da presença pública nas decisões sobre o patrimônio histórico. Ao passo que afirma que a métrica sobre a conservação deve ser medida não apenas pela sua significância estética, como também sobre seu valor de utilização, logo, as políticas de proteção precisam ser incorporadas à vida cotidiana (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 6).

A abordagem do tema também é vista dentro dos Princípios de La Valletta de 2011, responsável por tratar da salvaguarda e gestão urbana e de aglomerados históricos. O documento em questão contém um conjunto de diretrizes para a proteção do patrimônio cultural, assim como a promoção da participação ativa das comunidades locais na sua salvaguarda e a documentação das tradições culturais (Princípios de La Valletta, 2011, p. 12).

Portanto, a relação criada entre órgão público e comunidade precisa ser idealizada como ferramenta diária, e não apenas eventual. Um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma cidade, a memória coletiva preserva as experiências e histórias vividas pela sua população, é importante para a construção da identidade de uma comunidade. Assim, há diversos instrumentos de estímulos ao exercício da atuação popular no contexto de homenagens a sua história, com destaque aos desfiles cívicos.

6.1 Memória coletiva e sua importância para o desenvolvimento da cidade: desfiles cívicos como instrumentos de apreciação.

Como discutido anteriormente neste trabalho, a memória coletiva pode ser compreendida como agrupamento de representações e imagens que são compartilhadas por um grupo social, através da conexão das pessoas com seu passado, presente e futuro. A cidade se desenvolve a partir da prática da memória coletiva, a valorização da cultura, das tradições, do patrimônio material e imaterial.

Seguindo este raciocínio, por meio da memória é possível o resgate e o enaltecimento da história da cidade e de seus habitantes, ao identificar e reconhecer seus personagens, tradições, eventos, lugares, contribui-se para a formação e o desenvolvimento urbano. Há com

isso, a transformação social dentro da evolução da cidade, mediante ao fornecimento de subsídios para a construção de políticas públicas e de projetos que respeitem e valorizem as necessidades da população.

Um exemplo da participação coletiva da sociedade é a promoção e execução de desfiles cívicos. Ao ser realizado em datas importantes e específicas para a trajetória da cidade, a população manifesta interesse na participação das homenagens ao ambiente urbano que habitam. A presença da população e a percepção da existência de diferentes grupos étnicos, culturais e religiosos, demonstra a diversidade da cidade e a tolerância entre seus habitantes. Os desfiles cívicos também podem ser uma oportunidade para a promoção da história e da cultura da cidade. Consegue destacar aspectos importantes da vida local, como a fundação da cidade ou figuras históricas importantes. Além disso, destaca-se a cultura local, como a culinária, a música e as artes, sendo pensado no contexto e tema escolhido.

Determinado o tema, diversos tópicos são representados por componentes das principais instituições do município. Escolas municipais e estaduais - públicas e privadas -, grupos musicais, teatrais e do esporte, além de muitos outros são responsáveis pelo espetáculo da história contada do surgimento e desenvolvimento de um local.

A cidade de Alexandria utiliza dentro de seu cronograma de comemoração ao dia de aniversário do município, o típico desfile cívico alexandriense. No dia 07 de novembro, anualmente, é realizada uma passeata com a população de telespectadores diante das apresentações que contam o trajeto histórico da cidade. Os desfiles em alusão a emancipação política do município percorrem trechos pela cidade de maneira bem definida. Por muitas vezes, entre um bairro e outro. Entretanto, como exemplo da última edição do evento, em 2022, a caminhada foi iniciada na rua Rafael Fernandes, com ponto de partida na edificação correspondente à antiga Estação Ferroviária. Pelo trajeto feito, a chegada se deu à Avenida Dr. Gregório de Paiva, no centro da cidade.

Através da gestão da atual prefeita, Jeane Saraiva, o tema foi intitulado como “BRAVA GENTE, ALEXANDRIENSE! UMA VIAGEM NO TEMPO – DE FAZENDA, VILA À CIDADE”. Como descrito pela organização do evento, a escolha da temática foi atribuída a oportunidade de representar a história e cultura da cidade, agregando presença ao seu povo, alcançando méritos artísticos e participativos com apresentações de bandas marciais, escolas das redes municipal e estadual, secretarias municipais e demais instituições.

Figura 58 – Desfile cívico em Alexandria, ano de 2022.



Fonte: Acervo da Prefeitura de Alexandria (2022)

Figura 59 – Desfile cívico em Alexandria, ano de 2022.



Fonte: Acervo da Prefeitura de Alexandria (2022).

Figura 60 – Desfile cívico em Alexandria, ano de 2022.



Fonte: Acervo da Prefeitura de Alexandria (2022)

Por fim, esses eventos são projetados para a população apreciar o desenvolvimento da cidade, já que permite analisar seu progresso. É importante lembrar que esses eventos dependem da participação da comunidade e das autoridades locais para que possam ser bem-sucedidos. Consequentemente, é fundamental que as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento urbano considerem a memória coletiva como um aspecto fundamental para a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

6.2 Abordagem quanto a perspectiva do usuário sobre a área de estudo

Este tópico é responsável por analisar e discutir os resultados obtidos na busca pela percepção dos usuários da cidade sobre a área de estudo. O público-alvo é restrito aos moradores, trabalhadores e visitantes. As discussões realizadas objetivam-se na representatividade dos símbolos culturais e históricos do município para com sua população.

Dentro dos caminhos encontrados para o contato com os indivíduos que desfrutam da área, estão a aplicação de questionário com relação a percepção da área central e seu entorno, mapas mentais e exercícios lúdicos envolvendo a esfera educativa no contato com estudantes da educação infantil e do ensino de jovens e adultos.

6.2.1 Questionário

Perante a ferramenta de formulário da plataforma Google, se fez o agrupamento de questões relacionadas a percepção dos usuários da cidade de Alexandria/RN em relação aos seus bens patrimoniais e ao seu entorno. Com a divulgação do questionário, 32 pessoas participaram do que se faz resultado no progresso da leitura.

Foram realizadas perguntas referentes as características individuais de cada usuário e o vínculo existente entre o público e objeto de estudo. Foi verificado um alto percentual de pessoas na faixa etária de 18 e 30 anos de idade, resultando em 15 respostas (46,9%). A porcentagem foi dividida entre 4 pessoas com menos de 18 anos (12,5%), 5 entre 31 e 45 anos (15,6%), 4 de 46 a 60 anos (12,5%) e igualando o número de pessoas com mais de 60 anos (12,5%). Diante da identificação de gênero, 19 dos usuários se identificam com o sexo feminino (59,4%) enquanto 12 são representados pelo sexo masculino (37,5%). Um único usuário não se identifica com nenhum dos dois gêneros. A maioria (62,5%) se encontra como indivíduos solteiros, enquanto o número é dividido para demais categorias de estado civil - 21,9% para pessoas casadas, 9,4% para divorciados (as) e 6,3% viúvos (as).

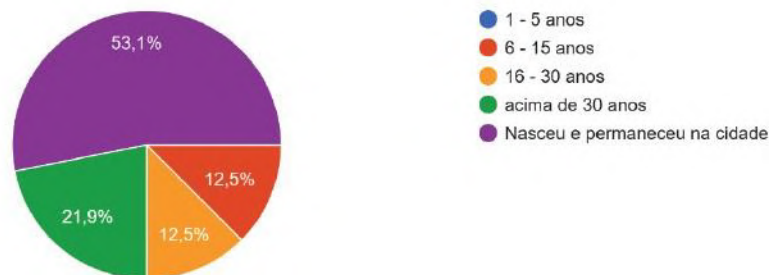
No que se refere a escolaridade, a maior parte dos entrevistados se encaixa na categoria de ensino médio completo, de alfabetização finalizada atingindo média de 51,6% dos participantes. Aos que frequentaram apenas o ensino básico somam-se 3 pessoas (9,4% do total). Dos 32 usuários que responderam ao questionário, 16 moram no bairro que corresponde ao centro da cidade, configurando 53,1% do total. Os outros resultados comportaram moradores do Cascalho (28,1%), Santo Antônio (9,4%), Alto Boa Vista (6,3%) e Novo Horizonte (3,1%).

São usuários que tem vínculo majoritariamente de moradores (96,9%) que se caracterizam como estudantes e trabalhadores na cidade. E, que utilizam a área diariamente (65,6%), semanalmente (25%) e mensalmente (9,4%). Como mostra o gráfico 01, o público-alvo se divide a partir do tempo de vínculo com a área de estudo. Mais da metade das respostas configuram cidadãos que nasceram e permaneceram no município. Demais participantes se distribuem em diversos períodos, acima de 30 anos (21,9%), entre 16 e 30 (12,5%), como também entre 15 e 6 anos (12,5%).

Gráfico 01 – Resultado sobre tempo de vínculo.

Há quanto tempo reside em Alexandria?

32 respostas

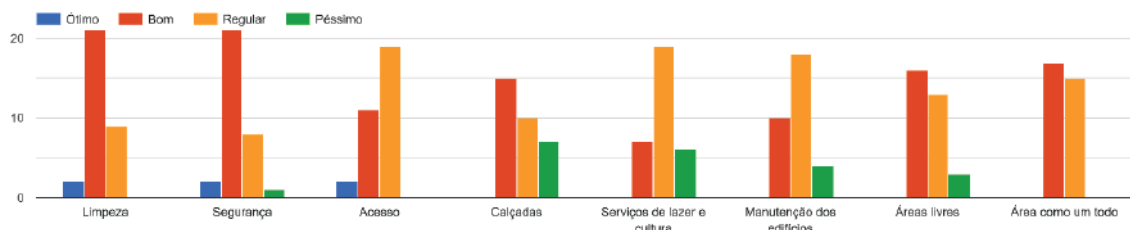


Fonte: Formulário do Google (2023)

A busca por respostas quanto ao período de vínculo do morador a área de interesse representa a noção de tempo de memória e apego que o usuário guarda. Aqueles que denotam uma maior idade e que estão a mais momentos presentes no cotidiano da cidade, possuem tendência a ter um percentual de reconhecimento maior que seu oposto.

Gráfico 02 – Resultado sobre a avaliação dos usuários aos aspectos abaixo.

Avalie a área de acordo com as características abaixo

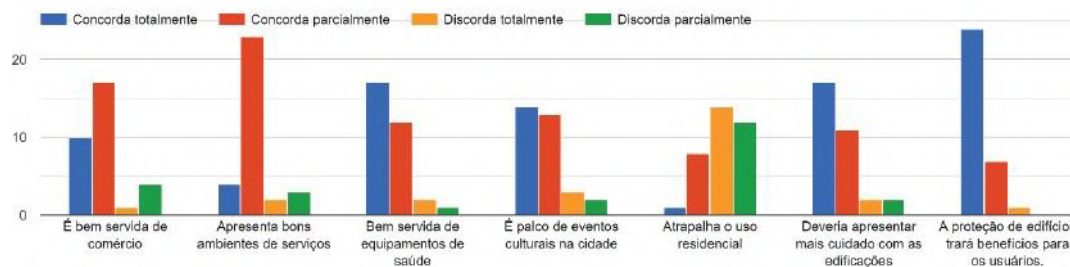


Fonte: Formulário do Google (2023)

Diante da avaliação dos usuários quanto a eficácia de determinados aspectos urbanos do entorno, percebe-se que a opinião popular pondera entre “bom” e “regular” em relação à limpeza, segurança, acesso, tratamento de calçadas, manutenção de edifícios, áreas livres e o espaço por completo. Algumas observações são feitas referentes a seleção de “péssimo” nos campos de serviços e lazer, áreas livres, supervisão dos imóveis e tratamento do passeio.

Gráfico 03 – Resultado sobre a avaliação da percepção dos usuários aos aspectos abaixo.

Marque as afirmações sobre a área com sua percepção positiva ou negativa.



Fonte: Formulário do Google (2023)

O gráfico 03 traz o ponto de vista sobre a ocupação do solo na região. O setor comercial, de serviços (saúde e educação) são assistidos com bons olhos pela população. Assim como, a observação sobre a área central da cidade ser o grande palco de eventos culturais e artísticos do município, e a discordância sobre o ambiente comercial atrapalhar a área quanto a ocupação residencial. Há um equilíbrio, dentro da opinião pública sobre a importância da salvaguarda dos municípios e necessidade de apresentar melhor cuidado quanto as edificações, quando a maior parte destes concorda que a proteção dos bens patrimoniais trará benefícios para todos.

A figura 61 apresenta as opções de seleção quanto a memória dos participantes diante do centro da cidade.

Figura 61 – Imagens presentes no questionário



Fonte: Acervo pessoal. Editado pela autora (2023)

Gráfico 04 – Resultado sobre a opinião dos usuários quanto aos elementos de memória.

Selecione as edificações que mais recorda da área.

32 respostas



Fonte: Formulário do Google (2023)

Figura 62 – Imagens presentes no questionário



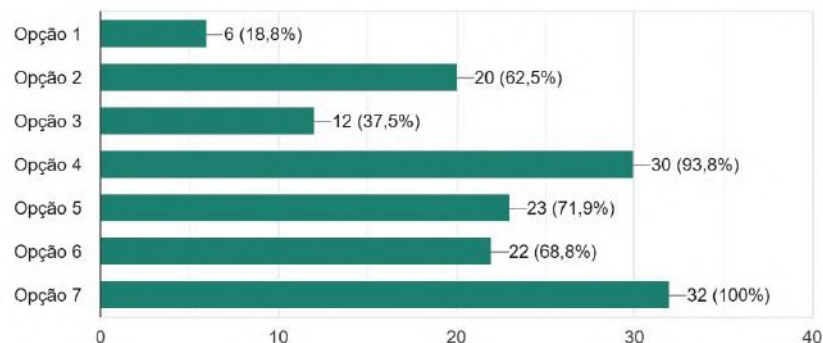
Fonte: Acervo George Veras. Editado pela autora (2023)

As imagens acima correspondem a fotografias registradas no século XX, na década de 1960. Foram incluídas no questionário com o objetivo de identificar nos moradores e participantes da pesquisa a memória e reconhecimento sobre a paisagem urbana da cidade naquele período

Gráfico 05 – Resultado da seleção de edificações através de imagens antigas.

Reconhece a paisagem de alguma das imagens abaixo? Se sim, selecione-as.

32 respostas



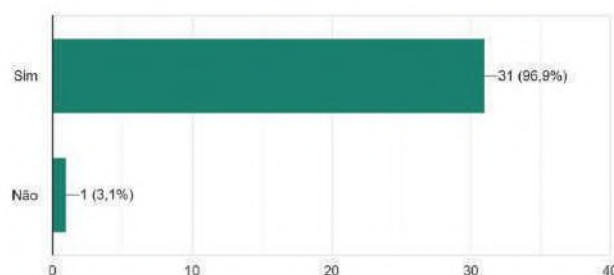
Fonte: Formulário do Google (2023)

Os gráficos 04 e 05 respondem sobre a recordação da área central da cidade através de suas edificações. Dentro da questão é possível a seleção de uma ou mais imagens que evoque lembranças da zona. É notado que os indivíduos participantes do questionário possuem múltiplas recordações do trecho, quando o percentual de escolhas se mostra igual ou semelhante. As opções 01 e 10 no gráfico 04 receberam a maior quantidade de votos, imagens correspondem a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ao Mercado Público da cidade, ambas ultrapassando a porcentagem de 90% das afirmações. Enquanto as respostas do gráfico 05 diante das imagens antigas da área, há o reconhecimento total das opções 04 e 07, a Igreja Matriz e a Estação Ferroviária.

Gráfico 06 – Resultado sobre a opinião dos usuários quanto aos elementos de memória .

Você considera que Alexandria possui características que fazem com que seja possível recordar de seu passado?

32 respostas

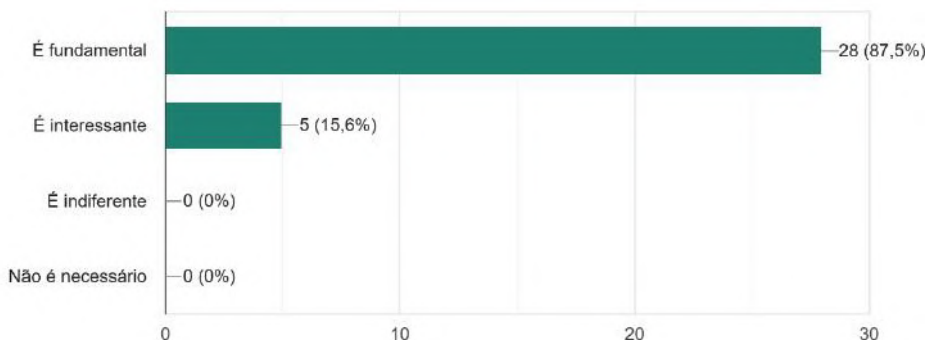


Fonte: Formulário do Google (2023)

Gráfico 07 – Resultado sobre a opinião dos usuários quanto a proteção de prédios históricos.

Na sua opinião, a preservação de prédios históricos é...

32 respostas



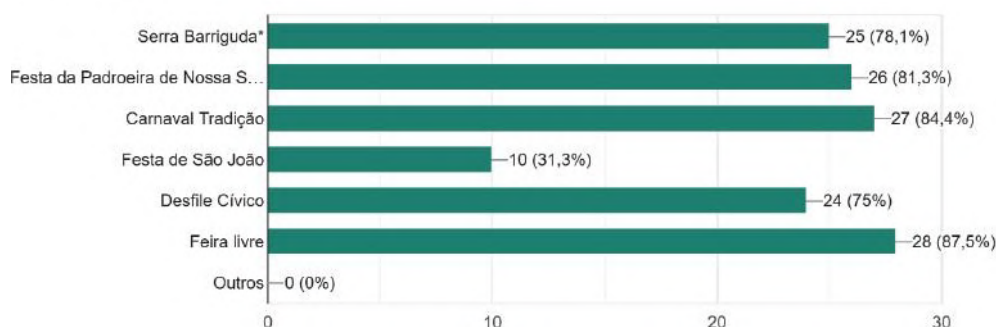
Fonte: Formulário do Google (2023)

No tangente a questão do corpo de importância da proteção ao patrimônio de prédios históricos da cidade e na percepção sobre características da cidade que podem ser avaliadas como cabíveis de apego e memória, a parcela da população que participou dos questionários vê como positiva a aceitação do tema.

Gráfico 08 – Resultado sobre a opinião quanto a salvaguarda imaterial.

Selecione abaixo os itens que merecem, no seu ponto de vista, a salvaguarda imaterial da cidade (mais de uma opção): *A salvaguarda da Serra Barri...do RN pela lei Nº 11.184, de 29 de junho de 2022.

32 respostas



Fonte: Formulário do Google (2023)

O último pedido do questionário referia-se, dentro do ponto de vista individual de cada um, aos bens patrimoniais de significância imaterial da cidade. As opções cabiam a Serra Barriguda (selecionada como patrimônio municipal, a qual já é protegida a níveis estaduais como bem paisagístico), a Festa da Padroeira de Nossa Senhora da Conceição, o Carnaval

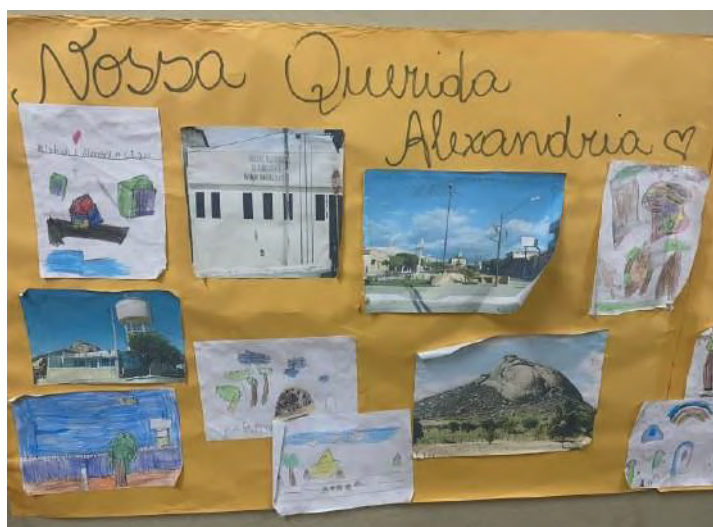
Tradição, a Festa de São João, o Desfile Cívico e a Feira livre, que ocorre todos os sábados. Como é notável pelo esquema do gráfico 08, os usuários sentem apego e veem importância em grande parte dos títulos descritos.

6.2.2 Mapas mentais e exercícios para com instituições de ensino

A construção do estudo através dos mapas mentais são ferramentas fundamentais para o trabalho da psicologia ambiental na esfera urbanística. Mesmo considerando a resposta por esboços ou desenhos, estes são considerados fundamentais para a compreensão da relação pessoa-ambiente, unindo o entendimento da paisagem urbana com a imaginação e criatividade da memória da população.

Visto isso, o apego e a memória atreladas a uma região ou espaço são exercidas desde os primeiros anos de vida. O cotidiano diário e o trabalho educativo são fortes apresentadores do espaço para uma criança. Desse modo, o pedido da aplicação do exercício lúdico e educativo a uma turma de Ensino Infantil III (crianças entre 4 e 5 anos) e a uma turma de 5º do ensino fundamental (crianças de 9 a 11 anos) de escola municipal da cidade - Escola Municipal Coronel Manoel Emídio de Sousa-, para responderem em forma de desenho o que entendem pela imagem da cidade (Figura 63 e 64).

Figura 63 – Exposição em sala de aula sobre a percepção de crianças sobre a cidade.



Fonte: Autora (2023)

Pela figura exposta, nota-se imagens de referências utilizadas pela Professora Jaiane Dantas e os desenhos de seus alunos. Percebe-se que a imagem da cidade de Alexandria, é

representada pelo seu atributo natural e paisagístico. Em algumas das respostas, é visto os esboços coloridos de casas residenciais.

Figura 64 – Exposição em sala de aula sobre a percepção de crianças sobre a cidade.

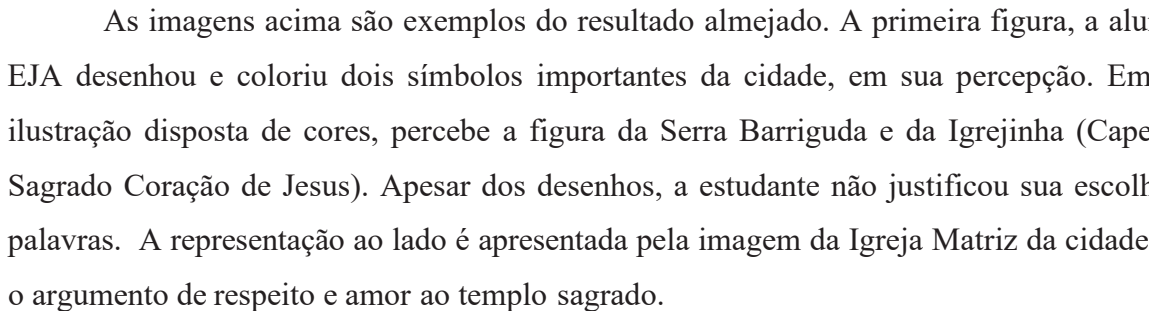


Fonte: Autora (2023)

A segunda aplicação ocorreu em meados de março de 2023. Com uma única questão, esta solicitava que as crianças desenhassem seus lugares favoritos na cidade. Pelas imagens geradas como resultado do exercício, nota-se um apego a paisagem natural do município.

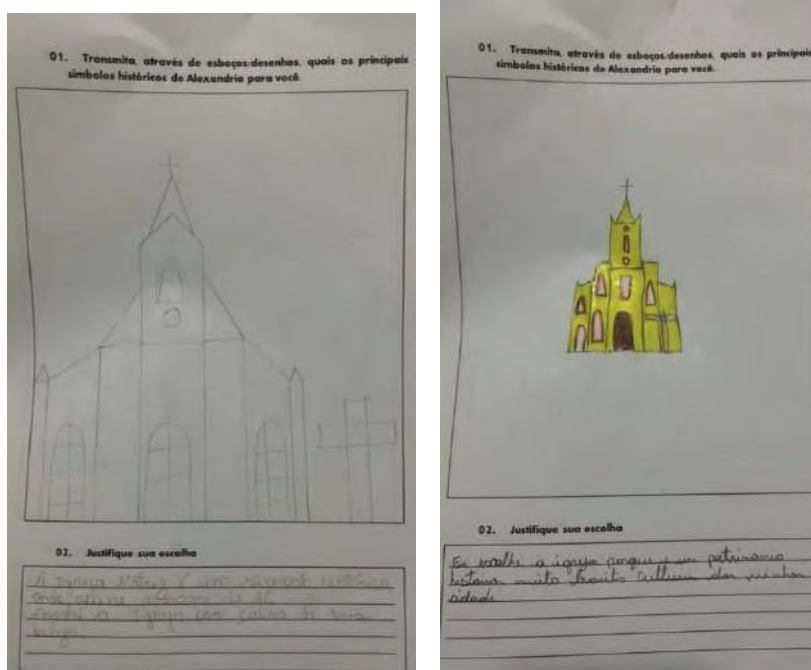
Para a turma do ensino de jovens e adultos, do 5º período foi aplicado no início de maio de 2023. Elaboradas duas questões, em que a primeira também solicitava desenhos e esboços dos principais símbolos históricos de Alexandria. Em seguida, também se pediu para que os estudantes justificassem com suas palavras, as motivações das escolhas pelos bens patrimoniais.

Fonte: Autora (2023)





Figuras 67 – Exercícios realizados com turma do EJA.



Fonte: Autora (2023)

Os exercícios seguintes compreenderam os “mesmos resultados”. Todas as conclusões capturam a imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. As justificativas também são parecidas. Motivações quanto a beleza da edificação, pela reunião de fé e pelo legado histórico para com a cidade.

Para agregar ao material de busca pela percepção dos habitantes ao trecho central da cidade, verifica-se as imagens referente ao mapa mental de funcionamento do espaço.

Figura 68 – Mapas mentais N° 01 e N° 02.



Fonte: Autora (2023).

Os caminhos, marcos, nós e limites delineados pelos desenhos da área central do município se fazem entender a mobilidade e representatividade da forma urbana. As vias marcadas contornam os caminhos trilhados pelos seus habitantes, os limites da transição entre as ocupações do solo, marcos como a igreja, as praças, o mercado público e as escolas. Diante do mapa mental acima, nota-se a importância da paisagem natural para a identidade e memória do indivíduo, quando a Serra Barriguda se faz presente e lembrada nos esboços.

Para tanto, com a coleta de informações a respeito do ponto de vista da população alexandriense, se faz necessário a visualização das mudanças ocorridas com o passar do tempo na cidade.

6.3 Paralelo temporal: contraposição de fotografias

A fotografia é um excelente meio de estabelecer paralelos temporais entre diferentes períodos da história. Por meio dessa ferramenta, é possível comparar e contrastar imagens de diferentes épocas, identificando semelhanças e diferenças, compreendendo como as mudanças ocorreram ao longo do tempo, com a urbanização e a situação do patrimônio edificado. No caso de Alexandria, a possibilidade de fazer o paralelo temporal, ao contra-posicionar fotografias de épocas anteriores com imagens atuais, dá a dimensão do impacto da paisagem urbana da cidade ao longo do tempo.

Figura 69 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960 e 2023.



Fonte: Acervo George Veras (2007) e Autora (2023)

Figura 70 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960 e 2023.



Fonte: Acervo George Veras (2007) e Autora (2023)

Figura 71 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 2006 e 2023.



Fonte: Ronaldo Diniz (2006) e Autora (2023)

As imagens acima notificam as mudanças ocorridas em um espaço de tempo de 63 e 17 anos, respectivamente. Percebe-se que a Igreja Matriz se mantém como principal ponto de visualização do centro da cidade. Sua implantação não foi alterada, entretanto seu entorno teve leves mudanças ao comparado com o ano de 2006, e grandes diferenças quando deixa paralelo a visão da década de 1960.

Figura 72 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960 e 2023.



Fonte: Acervo George Veras (2007) e Autora (2023)

Nota-se, pela figura acima, a diferença entre a manutenção dos imóveis. Percebe-se a não alteração da sua fachada original em algumas edificações. Existem características de edificação prestes ao abandono e desuso. Diversas patologias são identificadas, comprometendo a vida útil das residências.

O paralelo da imagem é dificultado pelo acréscimo e expansão de arborização encontrada na cidade.

Figura 73 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, anos de 1960, 1990 e 2023.



Fonte: Acervo George Veras (2007), Acervo Viva Alexandria (2023) e Autora (2023)

Figura 74 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, ano desconhecido e 2023.



Fonte: Acervo Viva Alexandria (2023) e Autora (2023)

Figura 75 – Paralelo de fotografias de área central de Alexandria, ano desconhecido e 2023.



Fonte: Acervo Viva Alexandria (2023) e Autora (2023)

Percebe-se que apesar da ausência de parte da sua composição histórica, a cidade mantém grande parte do seu material de significância patrimonial. A paisagem urbana dada como símbolo da cidade permanece em seus componentes de maior força.

Entendendo os pontos e a importância da memória construída no progresso histórico urbano, mostra-se o capítulo final, com a indicação das diretrizes de gestão do patrimônio alexandriense.

7. Projeto sobre a existência patrimonial da cidade: identificação e intervenção pela sua salvaguarda

O processo de identificação e delimitação espacial de um setor histórico urbano não é ordenado somente pelos bens materiais erguidos da paisagem urbana, como também nas particularidades imateriais que o envolvem. A importância dada à salvaguarda de um local, é fruto da existência da ambiência justificada pela qualidade da manifestação de vida da população. É uma condicionante natural e precisa, a relação pessoa-ambiente em harmonia agrada e corrobora as vinculações sociais, históricas, de ocupação, economia e cultura de um povo. Como visto nos capítulos iniciais, a compreensão sobre o processo de valorização do patrimônio cultural e do seu significado quanto instrumento de consciência coletiva é de suma relevância.

A Constituição Federal de 1988, define em seu art. 30, do inciso IX, a autonomia dos municípios, cabendo por medidas legislativas a proteção ao patrimônio histórico-cultural, por meio de ações normativas e de fiscalização federal e estadual. Assim, as cidades passam a administrar e coordenar seu limite patrimonial com objetivo primordial, ao estímulo do desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade (BRASIL, 1988, p. 34).

O conjunto de determinações para a salvaguarda de um local ligado aos principais meios de poder colocam na administração municipal a responsabilidade de cuidado e proteção na gestão patrimonial. Não significa que demais órgãos não estão isentos de tomar providências quanto a atribuição de controle nesses quesitos, porém que também existem símbolos e elementos que representam a memória da nação por completa e que merecem processos maiores por medir um número maior de pessoas. São pontos que se fazem questionar a importância dada aos municípios e que atribuição devem ocupar no alcance de medidas de proteção adequadas para os símbolos históricos da população.

Nesse caso, o município de Alexandria ainda não possui Plano Diretor registrado, contando apenas com a Lei Orgânica da cidade. Ainda assim, baseado na seção II do Plano Diretor de Pau dos Ferros, referindo-se às Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP), orientam-se e reconhecem bens materiais e imateriais dentro do seu escopo, prevendo a partir de normas, a preservação e conservação dos aspectos culturais, históricos e arquitetônicos do contexto paufferense.

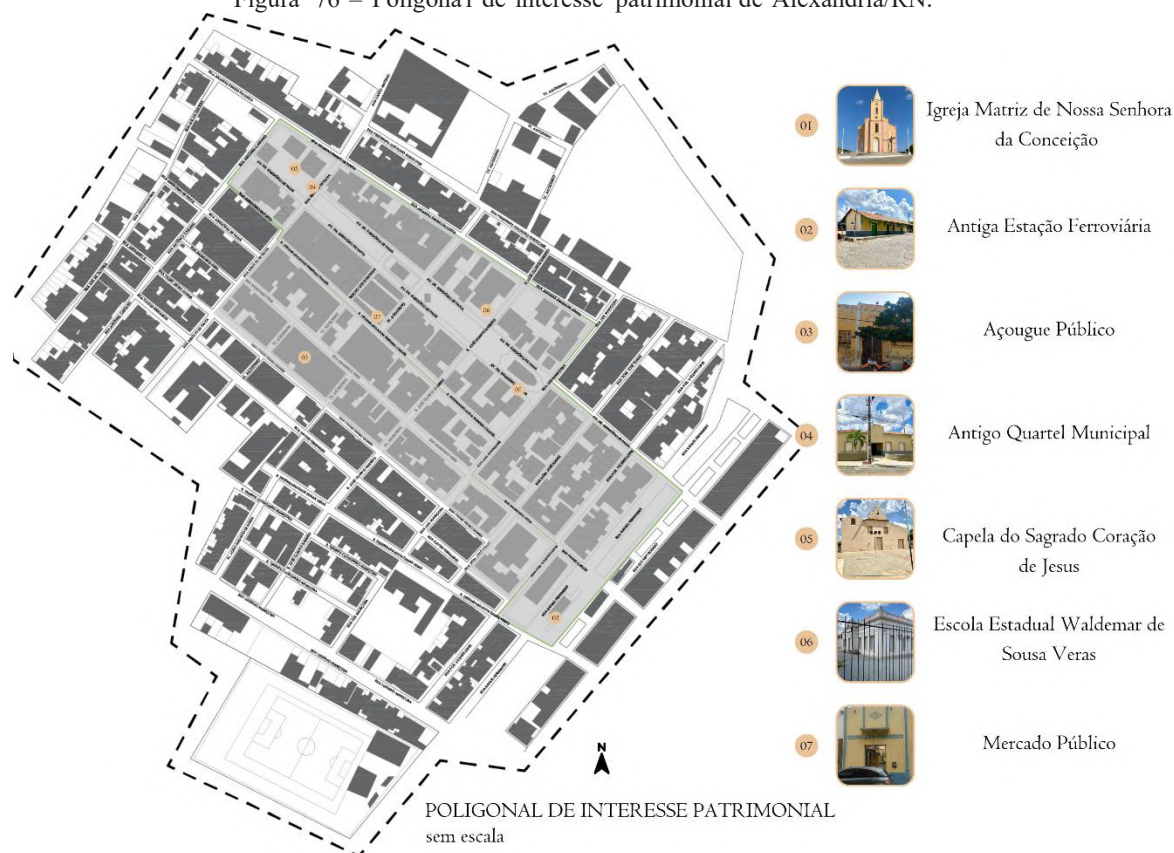
Utiliza-se dentro do trabalho, a leitura e entendimento do projeto “Entre a forma e a memória: análise e mapeamento do patrimônio edificado da cidade de Patos, Paraíba” dos organizadores Fernanda de Castro Farias, João Paulo da Silva e Priscila de Sousa Maciel, que tem como principal objetivo compreender e prestigiar a memória da cidade paraibana, a partir da crítica as políticas públicas que concernem ao patrimônio de Patos.

Baseado nas principais diretrizes patrimoniais, a seguinte sugestão de ações para um futuro plano de salvaguarda atende a critérios permitidos pelas cartas patrimoniais. São elas: Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964); Declaração de Amsterdã (1975); Carta de Washington (1986) e o Princípio de La Valetta (2011). Assim como os inventários de fachada elaborados com base no Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU. O plano de gestão deste trabalho verifica as seguintes diretrizes iniciais para a conservação, restauração e tombamento da área central da cidade.

Visto os aspectos formadores da paisagem urbana e da historicidade do município de Alexandria (RN), de modo preliminar deve-se salvaguardar: a forma e as características dos edifícios marcados pelo estilo arquitetônico, o significado da memória pela população, sua escala e proporção, estrutura, materiais, cores e adornos; o desenho da malha urbana, principalmente no que diz respeito a rede viária - lembrando do traço ferroviário existente na cidade; a ligação entre a cidade e os bens paisagísticos tidos como símbolos identitários - Serra Barriguda; sua história de origem; a proteção de desmantelo ou ameaça a autenticidade e integridade da área histórica de Alexandria.

Dentro da poligonal de interesse estipulada no trabalho perante a área comercial da cidade, tem-se diversas edificações que podem ter seu registro de tombamento realizado a parte, considerando as características patrimoniais vinculadas a historicidade no contexto da paisagem urbana da cidade.

Figura 76 – Poligonal de interesse patrimonial de Alexandria/RN.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora (2023).

Em relação a conservação de edificações de maneira parcial ou total:

- I. A ação de conservação requer supervisão dos edifícios listados de forma definitiva;
- II. Para fins de uso, a edificação deve ser aproveitada com destino útil para a sociedade, enquanto não alterar ou danificar a implantação e ornamentos do patrimônio edificado;
- III. Não deve ser permitida a remoção ou alteração de um artefato da fachada, a menos que seja justificado por razões de interesse municipal ou quando está registrada a permissão dentro do documento de salvaguarda do imóvel;
- IV. Elementos ou adornos que fazem parte do monumento não devem ser infringidos;
- V. O gabarito original da edificação e de seu entorno deve ser mantido. Quaisquer modificações que incluem a alteração da escala e volume do patrimônio devem ser contidas.

A ação do restauro tem por foco principal, conservar e evidenciar os aspectos estéticos e históricos de um bem. É guiado pela manutenção do original e da autenticidade, logo se caracteriza por uma atividade de condição excêntrica.

- I. Para a restauração de um monumento ou imóvel, toda e qualquer intervenção deverá ser

ministrada e acompanhada por uma análise minuciosa sobre os aspectos arqueológicos e históricos do bem.

- II. Em momentos em que os instrumentos técnicos tradicionais não forem adequados ou recomendados para a tarefa especificada, o bem poderá ser confiscado através da técnica contemporânea. Essa que deve ser provada por campos científicos e testada de modo eficaz para a execução do método de conservação do monumento.
- III. No que se refere a bens patrimoniais que estejam com parte de seus elementos faltantes, é necessário que sua reposição colabore e esteja em consonância com a obra completa.
- IV. Os elementos de colaboração formados na edificação ou monumento, independente da época de implantação, devem ser mantidos.
- V. Mesmo fundamental para a catalogação de um bem, a unidade estética não se relaciona como objetivo central para a resolução do restauro. O descarte de algum aspecto só poderá ser realizado quando este não dispor de significância cultural e histórica.
- VI. Por fim, as adições serão aceitas quando elas estiverem em harmonia com a obra por completa, além de estar relacionada a ambiência da área.

Figura 77 – Edificações a serem restauradas em Alexandria/RN.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora (2023).

A título de registro de tombamento, para com bens, artefatos e obras, é preciso a identificação de critérios como: historicidade; estilo arquitetônico; aspecto atual da obra; representação; raridade arquitetônica e seu significado cultural.

A historicidade, como visto, necessita ter ligação do elemento com a ambiência do local. Ou seja, o quão representativo o bem a ser tombado se verifica em detrimento a outros aspectos do contexto urbano. Assim como a caracterização do estilo arquitetônico, ao ser relacionado ao período que se faz a historicidade. A necessidade de reparação ou não do monumento é avaliada, baseando-se por meio da corrente situação da edificação, por exemplo. O valor cultural e a representatividade do bem cultural são critérios que andam juntos. Ambos são referentes à significância diante dos processos de urbanização e desenvolvimento da memória coletiva de uma comunidade. Enquanto a raridade arquitetônica é estabelecida através dos aspectos visuais e estéticos do patrimônio. Principalmente a estilos que não são tão comuns na área.

Com isso, se destacam dentro da linha do interesse ao patrimônio material, as edificações: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1947), Antiga Estação Ferroviária (1948), Açougue Público (1937), Capela do Sagrado Coração de Jesus (primeira década do século XIX), Antigo Quartel Municipal (1952), Escola Waldemar de Sousa Veras (1934) e Mercado Público (1949). Para com o patrimônio imaterial da cidade, sugere-se a salvaguarda de: Festa da Padroeira de Nossa Senhora da Conceição; Carnaval Tradição; Feira livre; Desfile Cívico e a significância do patrimônio natural da Serra da Barriguda.

Ademais que a projeção do significado ecológico e paisagístico também são fundamentais para colaborar com os critérios da salvaguarda. Estes pela conexão entre fatores naturais, permitindo o equilíbrio do ecossistema com o valor cultural da paisagem urbana. Da mesma maneira que a qualidade paisagística se forma por elementos da natureza que representam valoroso significado para um grupo populacional. Como é o caso da Serra Barriguda, em Alexandria (RN).

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo a procura por bases fornecedoras de estratégias para a salvaguarda da paisagem urbana de Alexandria/RN. A construção escrita da pesquisa foi realizada através de fundamentos teóricos compreendidos por estudos da área da Arquitetura, Urbanismo e da História. A investigação e a abordagem cultural da cidade foram desenvolvidas a partir da documentação histórica de livros e informações acerca da cidade. A proteção do patrimônio histórico e cultural é uma questão fundamental para a preservação da identidade e memória de um povo.

Assim, as ações de salvaguarda de uma área deve ser uma atividade conjunta entre o Estado, a sociedade civil e a comunidade local. É necessário que haja investimentos em recursos financeiros e técnicos para garantir a manutenção e conservação dos bens culturais, bem como a conscientização da população sobre a importância da preservação do patrimônio. A promoção de políticas públicas que incentivem a educação patrimonial, o turismo cultural e a valorização das manifestações culturais locais é essencial para que identidade e o apego de uma população seja efetivada. Essas ações contribuem para o fortalecimento da memória coletiva, bem como para o desenvolvimento social e econômico da região.

Referências

Fontes secundárias impressas

VERAS, George Antonio de Oliveira . *Alexandria: retratos de uma história* . Alexandria, RN: Biblioteca Pública Câmara Cascudo, 2007. 262 p.

Fontes secundárias: artigos, livros, teses, dissertações e monografias

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX* / Damião Esdras Araújo Arraes. – São Paulo, 2012. 512 p.

ASSUNÇÃO, Gabriela de Andrade Lira Mota. *Percepção ambiental do patrimônio cultural: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal – RN* / Gabriela de Andrade Lira Mota. – Natal, rn, 2014. 181f.:il.

AZEVEDO, Gabriela, et al. Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. In: XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado / A dimensão cotidiana do patrimônio e desafios para sua preservação. Bauru - São Paulo, 2014.

BERNARDI, Jorge Luiz. *Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos*. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Urbana, Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000951.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRAGA, Emanuel Oliveira. *Memória, patrimônio e cidadania*. In: Caderno Temático – orientações ao professor. João Pessoa: Iphan/PB, 2011

BRASIL, Lei 5788/90. Estatuto da Cidade. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

BRASIL. Ministério da Viação e obras públicas. Inspeção Federal das Estradas. **Mappa da viação dos estados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. 1929. 1 mapa, 0,581 x 0,738. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart42261/cart42261.jpg. Acesso em: 6 jan. 2023.

CÂMARA, Anfilóquio. Cenários Municipais - 1941-1942. Natal: Departamento Estadual de Estatística, 1948.

CARMO, Sura Souza; VIEIRA, Flávia Cristina Costa. INTERSECÇÕES ENTRE LITERATURA E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS OLHARES SOBRE O SERTANEJO NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL. **IV Simpósio Nacional Sobre Patrimônio e Práticas Culturais**, 2020, p. 36.

CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014. 306 p.

DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990. 201 p.

DINIZ, Mariana Pizzo. *Aproximações teóricas: morfologia urbana como instrumento de análise da evolução das cidades*. In: Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais, 5., 2017, Paraná. **Anais**. Paraná: [S.I.], 2017. p. 1 - 16.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. 205 p.: II. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2008.

ELALI, G. A. Imagem sócio-ambiental de áreas urbanas: um estudo na Ribeira, Natal, RN - Brasil. *Psicologia para América Latina*, n. 10, jul. 2007.

GOMES, Maria Gabriela Numeriano de Sá. *Um olhar sobre a preexistência: o Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural* / Maria Gabriela Numeriano de Sá Gomes. – Recife, 2021. 222 f.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. 192p.
- IDEMA. *Alexandria*. 2013. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000014299.PDF>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Atenas*, 1931.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Atenas*, 1933.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Veneza*, 1964.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Washington*, 1986.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Declaração de Amsterdã*, 1975.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Princípios de La Valletta*, 2011.
- KÜHL, B. M. (org.) — Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos. São Paulo: Ateliê Editorial, col. Artes&Ofícios, 2013. [Cf. GIOVANNONI: 1931.]
- KUHLEN, Ariane. Percepção Ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- LAMAS, José Manuel Rossa no Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 2. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 592 p.
- LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. **Geosp**, São Paulo, n. 24, p.109-123, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.s.usp.br/geosp/article/view/74098/77740>>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo. Martins Pontes, 1997.
- MANIÇOBA, Maria Maíra. **(IR)REGULARIDADE DE IMÓVEIS URBANOS: O CASO DA ENFITEUSE DE ALEXANDRIA/RN**. 2021. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa - PB, 2021.
- MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos: resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*. 2007. 180 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- MEDEIROS, Sâmia T. B. Feijó de. Um lugar para chamar de “meu”: um estudo sobre a relação efetiva com o lugar dos moradores da praia de Pipa -RN. 2005. 169f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MOREIRA, Harley Abrantes. A construção do sertão de Padre Cicero a partir de um discurso urbano -moderno. v. 4 n. 1 (2012): Edição 07 - Temporalidades, Belo Horizonte, Vol. 4, n.1(Jan./Jul. 2012)
- OLIVEIRA, Tony César de Sousa *et al.* *O apego ao lugar: uma abordagem no semiárido nordestino*. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 181-189, dez. 2019.
- PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p.
- PENHA, Jessica Fidelis da. Edifício de uso misto: proposta de um centro comercial e moradia flexível no município de Alexandria/RN / Jessica Fidelis da Penha. - 2021. 132 f. : il. Orientador: Antonio Carlos Leite Barbosa. Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2021.
- PEREIRA, Danilo Celso. *Cidades Patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil* / Danilo Celso Pereira; orientadora Simone Scifoni. – São Paulo, 2015. 188 p.
- PEREIRA, Vanessa Maria; AMARAL, Felipe Decrescenzo Andrade. *A patrimonialização dos sítios urbanos da Chapada Diamantina: as abordagens patrimoniais entre os séculos XX e XXI*. In: SANT'ANNA, Marcia; REZENDE, Marco Antônio Penido de (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernácula/popular*. Salvador: EDUFBA; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 243-266.
- PICCOLO, Rosane. PONTUAL, Virgínia. Identificação do Patrimônio Cultural. In: Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / Norma Lacerda e Sílvia Mendes Zancheti / Olinda : Centro de

- Estudos Avançados da Conservação Integrada. p. 128-147. 2012
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, (3), 2006. p. 4-14.
- POZZOBON, R. M. Participação e planejamento urbano: O processo de elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - PROPUR, UFRGS, Porto Alegre, 297 f, 2008.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio* – Rio de Janeiro:IPHAN/COPEDOC. 2007. 152 p.
- RODRIGUES, Miriam Sartori. A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana. 2010. 290f. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVA, Giuslane Francisca da. *A memória coletiva. Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016.
- SOARES, Antonio. Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vol. 1. Natal, 1930.
- VIEGAS, C. C. L.; TEIXEIRA, R. B. O papel da ambiência histórica nos processos de tombamento de Sítios Históricos Urbanos. *Cadernos de História*, v. 18, n. 28, p. 28-48, 13 maio 2017.
- VIEGAS, Cíntia Camila Libera lino. *Em busca de uma ambiência histórica: transformações na forma urbana e percepção da historicidade do sítio histórico de Natal - RN* / Cintia Camila Libera lino Viegas. - Natal, 2018. 241f.: il.

Fontes secundárias: sítios consultados

- ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Os valores do patrimônio cultural**: uma contribuição teórica para as políticas de conservação, uma contribuição teórica para as políticas de conservação. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.145/4387>. Acesso em: 18 fev. 2023
- AUGUSTO, Fundação José. **Sobre a Fundação**. 2020. Disponível em: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=3523&ACT=&PAGE=0&PARM=&LB=L=A+secretaria>. Acesso em: 14 mar. 2023.

APÊNDICES



Formulário sobre a percepção dos usuários da cidade de Alexandria/RN

Questionário para fins acadêmicos, seu produto e resultado será utilizado na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFERSA). As perguntas aqui presentes visam compreender o ponto de vista da população e demais indivíduos que utilizam as áreas centrais de Alexandria, principalmente no que se refere a sua paisagem urbana e seus bens patrimoniais.

***Obrigatório**

1. Nome

2. Idade *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Menos de 18 anos
- ☐ 18 - 30 anos
- ☐ 31 - 45 anos
- ☐ 46 - 60 anos
- ☐ acima de 60 anos

3. Sexo *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outro

4. Estado civil *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Casado (a)
- ☐ Divorciado (a)
- ☐ Viúvo (a)

5. Escolaridade *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Analfabeto
- ☐ Ensino básico
- ☐ Ensino médio
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação

6. Bairro de residência *

7. Há quanto tempo reside em Alexandria? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 - 5 anos
- ☐ 6 - 15 anos
- ☐ 16 - 30 anos
- ☐ acima de 30 anos
- ☐ Nasceu e permaneceu na cidade

8. Qual vínculo você possui com a cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Morador
- ☐ Estudante
- ☐ Trabalhador
- ☐ Visitante/turista

9. Você utiliza a área com que frequência? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Diariamente
- ☐ Semanalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Anualmente

10. Avalie a área de acordo com as características abaixo *

Marque todas que se aplicam.

	Ótimo	Bom	Regular	Péssimo
Limpeza	☐	☐	☐	☐
Segurança	☐	☐	☐	☐
Acesso	☐	☐	☐	☐
Calçadas	☐	☐	☐	☐
Serviços de lazer e cultura	☐	☐	☐	☐
Manutenção dos edifícios	☐	☐	☐	☐
Áreas livres	☐	☐	☐	☐
Área como um todo	☐	☐	☐	☐

11. Marque as afirmações sobre a área com sua percepção positiva ou negativa. *

Marque todas que se aplicam.

	Concorda totalmente	Concorda parcialmente	Discorda totalmente	Discorda parcialmente
É bem servida de comércio	☐	☐	☐	☐
Apresenta bons ambientes de serviços	☐	☐	☐	☐
Bem servida de equipamentos de saúde	☐	☐	☐	☐
É palco de eventos culturais na cidade	☐	☐	☐	☐
Atrapalha o uso residencial	☐	☐	☐	☐
Deveria apresentar mais cuidado com as edificações	☐	☐	☐	☐
A proteção de edifícios trará benefícios para os usuários.	☐	☐	☐	☐

12. Selecione as edificações que mais recorda da área. *

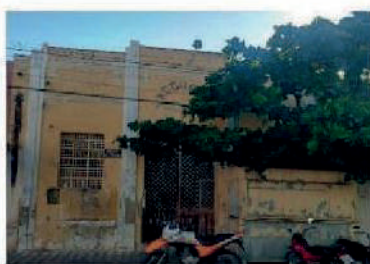
Marque todas que se aplicam.



☐ Opção 1



☐ Opção 2



☐ Opção 3



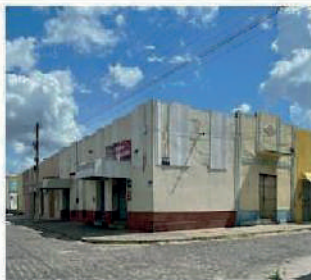
☐ Opção 4



☐ Opção 5



☐ Opção 6



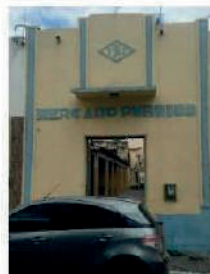
☐ Opção 7



☐ Opção 8



☐ Opção 9



☐ Opção 10



☐ Opção 11



☐ Opção 12

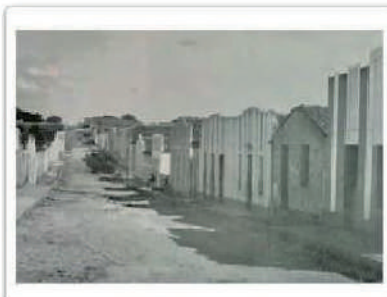
13. Você considera que Alexandria possui características que fazem com que seja possível recordar de seu passado? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Sim
☐ Não

14. Reconhece a paisagem de alguma das imagens abaixo? Se sim, selecione-as. *

Marque todas que se aplicam.



☐ Opção 1



☐ Opção 2



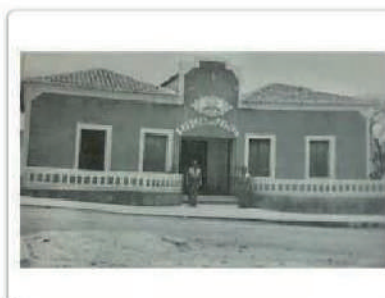
☐ Opção 3



☐ Opção 4



☐ Opção 5



☐ Opção 6



☐ Opção 7

15. Na sua opinião, a preservação de prédios históricos é... *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ É fundamental
- ☐ É interessante
- ☐ É indiferente
- ☐ Não é necessário

16. **Selecione abaixo os itens que merecem, no seu ponto de vista, a salvaguarda imaterial da cidade (mais de uma opção):**

**A salvaguarda da Serra Barriga seria destinada ao âmbito *municipal*, visto que esta já está contemplada como patrimônio imaterial do RN pela lei Nº 11.184, de 29 de junho de 2022)*

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Serra Barriguda*
- ☐ Festa da Padroeira de Nossa Senhora da Conceição
- ☐ Carnaval Tradição
- ☐ Festa de São João
- ☐ Desfile Cívico
- ☐ Feira livre
- ☐ Outros

17. Se selecionado a opção "Outros" na pergunta anterior, preencha com sua sugestão:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

FICHA DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE FACHADAS HISTÓRICAS EM ALEXANDRIA-RN

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO E PREENCHIMENTO: Maria Eduarda Ferreira de Melo

IDENTIFICAÇÃO: Capela do Sagrado Coração de Jesus

ENDEREÇO: Rua Antônio Caetano

ANO DE CONSTRUÇÃO: primeira década do século XIX

USO ATUAL: Edificação Religiosa

CARACTERÍSTICAS GERAIS

01. TIPO DE LOTE

- ☐ ESQUINA ☒ CABEÇA DE QUADRA
- ☐ GAVETA ☐ SEM LIMITAÇÃO
- ☐ QUADRA INTEIRA
- ☐ OUTRO: _____

02. FECHAMENTO DE LOTE

- ☒ NÃO TEM ☐ CERCA VIVA
- ☐ ARGAMASSA ☐ PEDRA
- ☐ TIJOLO APARENTE ☐ MADEIRA
- ☐ CONCRETO APARENTE ☐ OUTRO: _____

03. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NO LOTE?

- ☐ SIM ☒ NÃO
- ☐ NÃO SABE INFORMAR

SE SIM, DE QUE USO? _____

04. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

05. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

06. GABARITO

- ☐ TÉRREO ☒ 1 PAVIMENTO ☐ MAIS DE UM PAV.; Nº

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS

- ☐ BOM ☒ REGULAR ☐ PRECÁRIO ☐ RUÍNAS ☐ NÃO SE APLICA

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

- ☐ PRESERVADO ☐ POUCO MODIFICADO ☐ MUITO MODIFICADO
- ☒ PRESERVADO SOMENTE A FACHADA ☐ DESCARACTERIZADO

CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

01. FILIAÇÃO ESTILÍSTICA

- | | |
|-----------------------------------|--|
| ☐ COLONIAL | ☐ NEOCLÁSSICA |
| ☐ ECLÉTICA | ☐ NEOCOLONIAL |
| ☐ ART DECÓ | ☐ MODERNA |
| ☐ BARROCO | ☒ DESCARACTERIZADO |

☐ NÃO IDENTIFICADO, MOTIVO:

Elementos da arquitetura barroca, porém a “falta de adornos” dificulta sua identificação exata

02. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

- | | | |
|---|---|-----------------------------------|
| ☒ ARGAMASSA | ☐ CHAPISCO | ☐ CANTARIA |
| ☐ AZULEJO NOVO | ☐ AZULEJO ANTIGO | |
| ☐ MADEIRA | ☐ VIDRO | ☐ OUTRO: |

03. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

- | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------------------|
| ☐ NÃO TEM | ☒ ARGAMASSA | ☐ CANTARIA |
| ☐ MADEIRA | ☐ CONCRETO | ☐ AZULEJO |
| ☐ CHAPISCO | ☐ RUÍNA | ☐ OUTRO: |

04. ESTILO DE COBERTURAS

- | | | |
|-----------------------------------|--|--------------------------------|
| ☐ FRANCESA | ☒ COLONIAL | ☐ FIBRA |
| ☐ LAJE | ☐ METAL | ☐ RUÍNA |
| ☐ OUTRO: | | |

05. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO

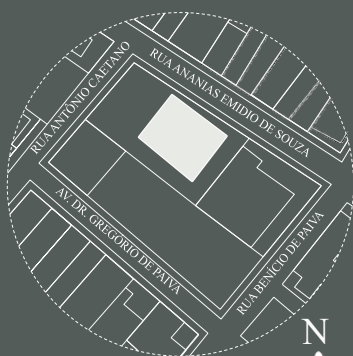
- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| ☐ 2 | NÚMERO DE ÁGUAS DO CORPO PRINCIPAL |
| ☒ | CUMEEIRA PARALELA À RUA |
| ☐ | CUMEEIRA PERPENDICULAR À RUA |
| ☐ | COM TORREÃO |
| ☐ | ÁGUA FURTADA |
| ☐ | TIPO CHALÉ |

06. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

- | | |
|---|---|
| ☒ NÃO TEM | ☐ ACRÉSCIMO VERTICAL |
| ☐ | ACRÉSCIMO HORIZONTAL |
- IDENTIFICADO A PARTIR DE:
- | | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| ☒ | EVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO |
| ☐ | DEPOIMENTO DE USUÁRIOS |

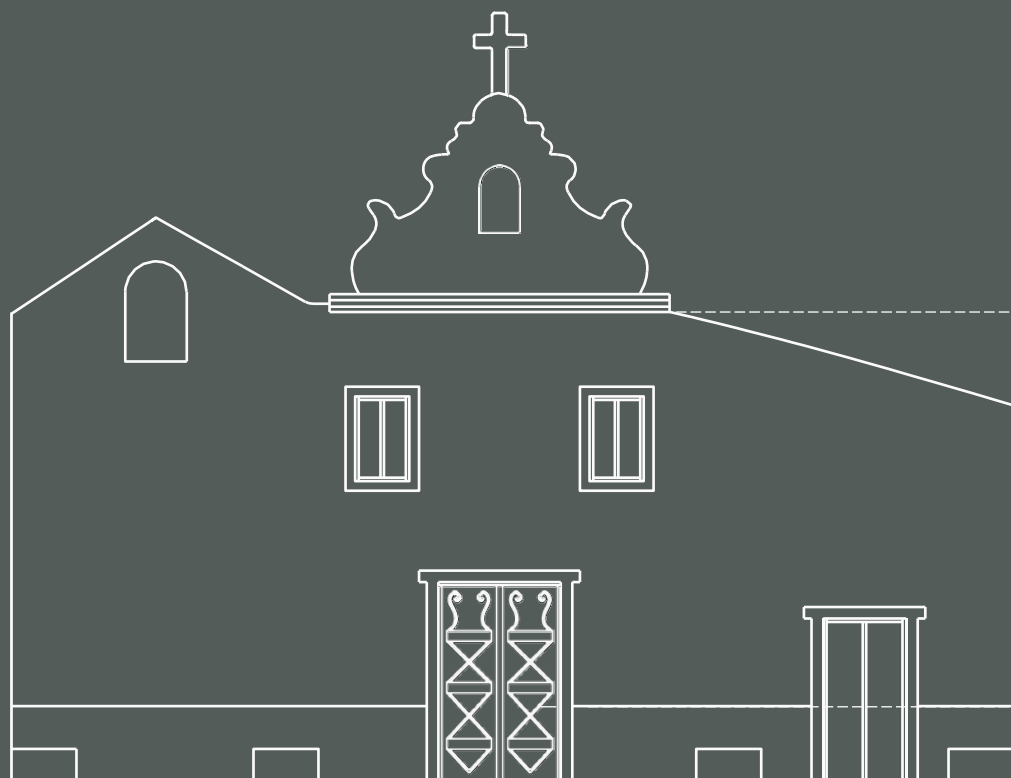
IGREJINHA VELHA

Capela do Sagrado Coração de Jesus



FACHADA PRINCIPAL
rua antônio caetano





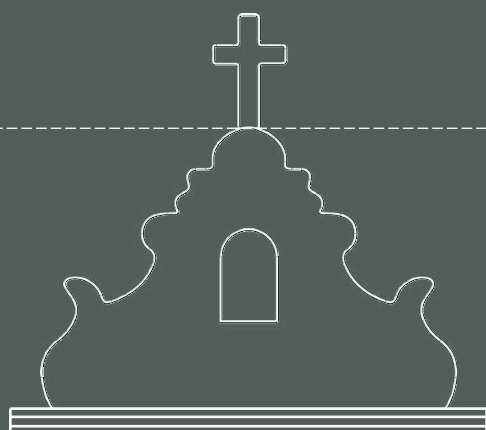
COROAMENTO

CORPO

EMBASAMENTO

FACHADA PRINCIPAL

rua antônio caetano

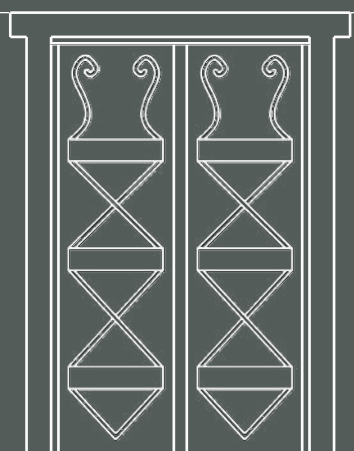


CRUZ LATINA

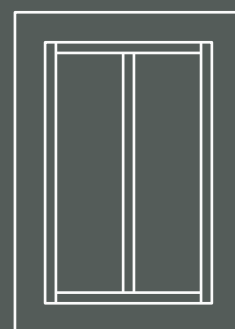
FRONTÃO



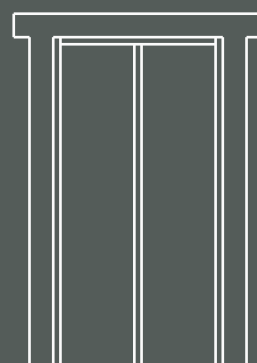
SIMETRIA



PORTA PRINCIPAL



ALMOFADAS



ALMOFADAS

IGREJINHA VELHA

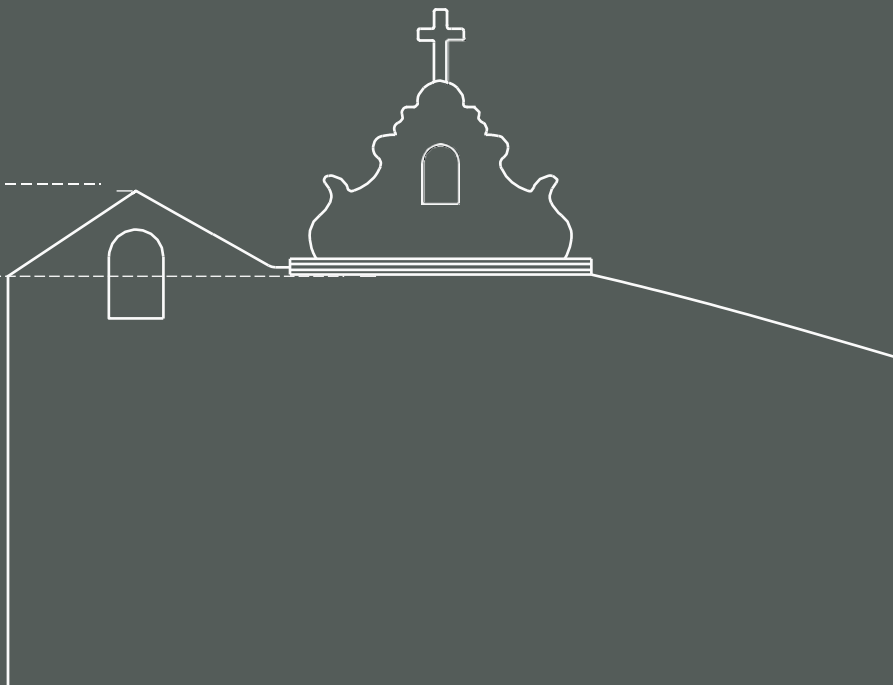
Capela do Sagrado Coração de Jesus

primeira década do século XIX

CAMPANÁRIO

COROAMENTO

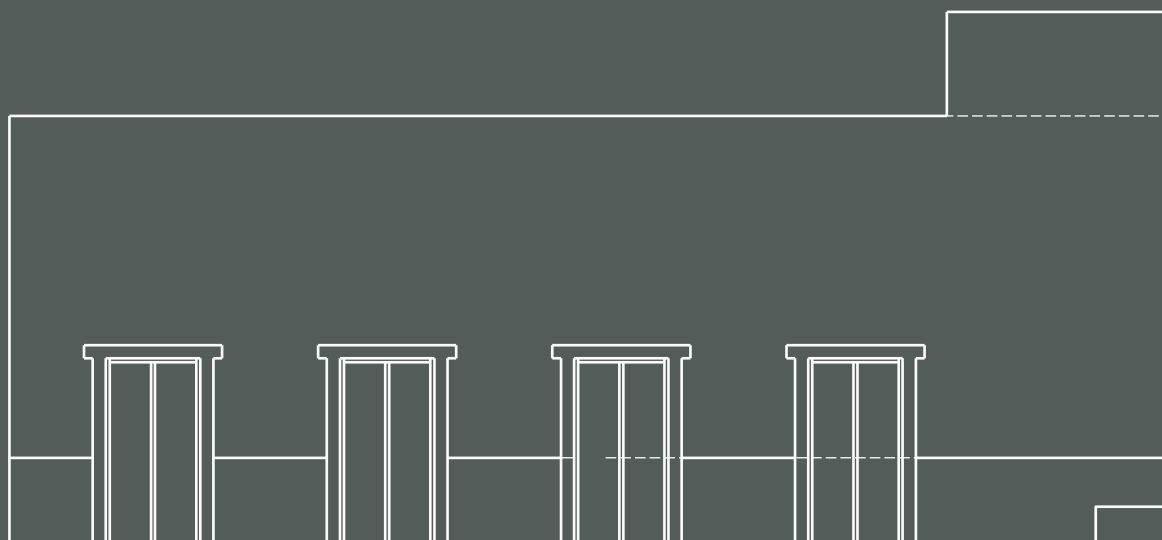
EMBASAMENTO



COROAMENTO

CORPO

EMBASAMENTO

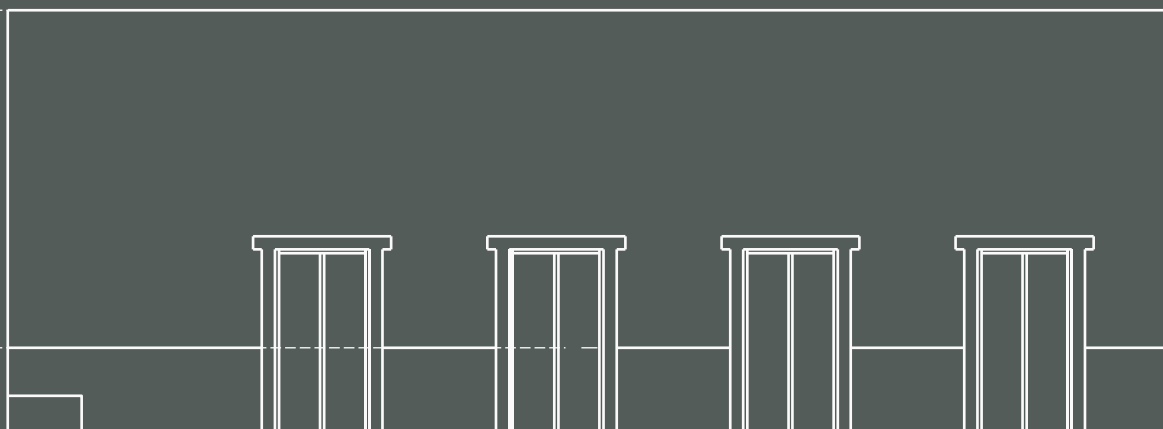


FACHADA LATERAL DIREITA

rua ananias emidio de souza

CORPO

EMBASAMENTO



FACHADA LATERAL DIREITA

av. dr. gregório de paiva

IGREJINHA VELHA

Capela do Sagrado Coração de Jesus

primeira década do século XIX

FICHA DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE FACHADAS HISTÓRICAS EM ALEXANDRIA-RN

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO E PREENCHIMENTO: Maria Eduarda Ferreira de Melo

IDENTIFICAÇÃO: Açogue Público

ENDEREÇO: Rua Raimundo Pires

ANO DE CONSTRUÇÃO: 1937

USO ATUAL: Edificação Pública

CARACTERÍSTICAS GERAIS

01. TIPO DE LOTE

- ☐ ESQUINA ☐ CABEÇA DE QUADRA
- ☒ GAVETA ☐ SEM LIMITAÇÃO
- ☐ QUADRA INTEIRA
- ☐ OUTRO: _____

02. FECHAMENTO DE LOTE

- ☒ NÃO TEM ☐ CERCA VIVA
- ☐ ARGAMASSA ☐ PEDRA
- ☐ TIJOLO APARENTE ☐ MADEIRA
- ☐ CONCRETO APARENTE ☐ OUTRO: _____

03. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NO LOTE?

- ☐ SIM ☒ NÃO
- ☐ NÃO SABE INFORMAR

SE SIM, DE QUE USO? _____

04. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

05. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

06. GABARITO

- ☒ TÉRREO ☐ 1 PAVIMENTO ☐ MAIS DE UM PAV.; Nº

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS

- ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ PRECÁRIO ☒ RUÍNAS ☐ NÃO SE APLICA

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

- ☐ PRESERVADO ☒ POUCO MODIFICADO ☐ MUITO MODIFICADO
- ☐ PRESERVADO SOMENTE A FACHADA ☐ DESCARACTERIZADO

CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

01. FILIAÇÃO ESTILÍSTICA

- ☐ COLONIAL ☐ NEOCLÁSSICA
☐ ECLÉTICA ☐ NEOCOLONIAL
☒ ART DECÓ ☐ MODERNA
☐ CONTEMPORÂNEO ☐ DESCARACTERIZADO
☐ NÃO IDENTIFICADO, MOTIVO:

02. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

- ☒ ARGAMASSA ☐ CHAPISCO ☐ CANTARIA
☐ AZULEJO NOVO ☐ AZULEJO ANTIGO
☐ MADEIRA ☐ VIDRO ☐ OUTRO:

03. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

- ☐ NÃO TEM ☒ ARGAMASSA ☐ CANTARIA
☐ MADEIRA ☐ CONCRETO ☐ AZULEJO
☐ CHAPISCO ☒ RUÍNA ☐ OUTRO:

04. ESTILO DE COBERTURAS

- ☐ FRANCESA ☒ COLONIAL ☐ FIBRA
☐ LAJE ☐ METAL ☐ RUÍNA
☐ OUTRO:

05. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO

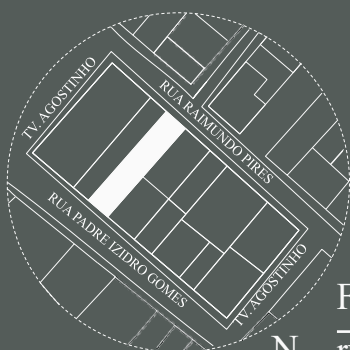
- ☐ 4 NÚMERO DE ÁGUAS DO CORPO PRINCIPAL
☐ CUMEEIRA PARALELA À RUA
☒ CUMEEIRA PERPENDICULAR À RUA
☐ COM TORREÃO
☐ ÁGUA FURTADA
☐ TIPO CHALÉ

06. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

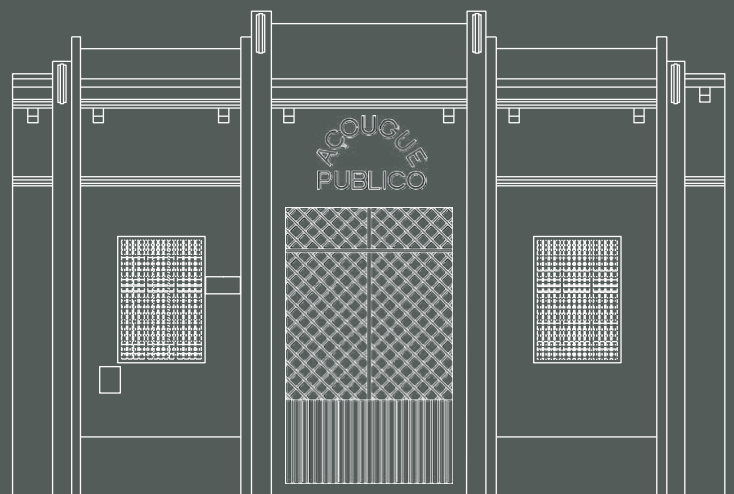
- ☐ NÃO TEM ☐ ACRÉSCIMO VERTICAL
☒ ACRÉSCIMO HORIZONTAL
IDENTIFICADO A PARTIR DE:
☒ EVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO
☐ DEPOIMENTO DE USUÁRIOS

AÇOUGUE PÚBLICO

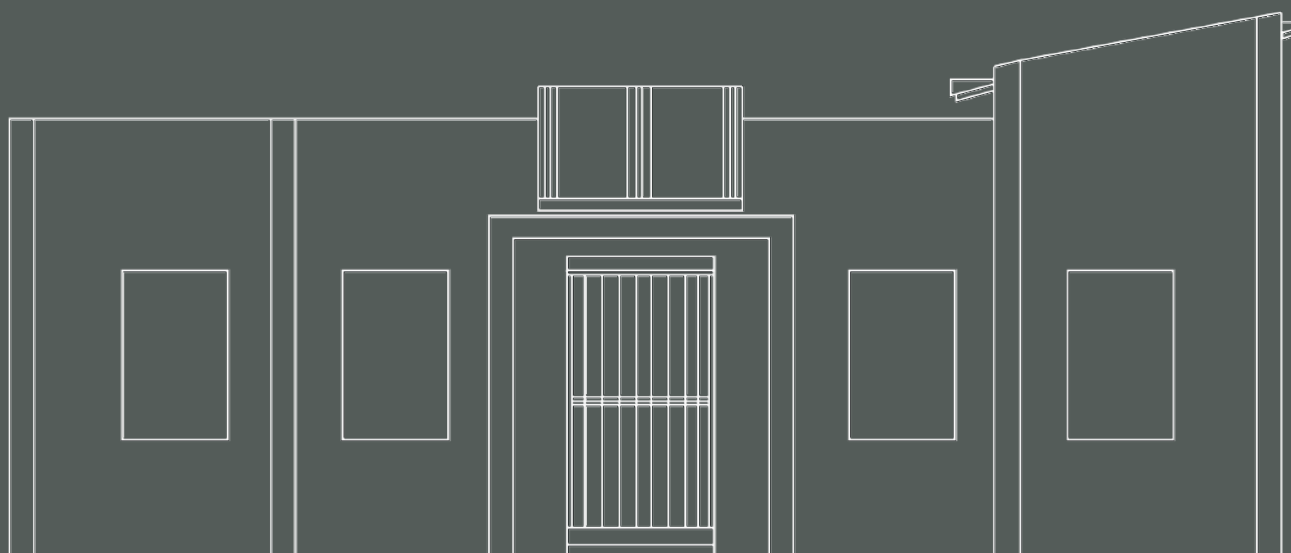
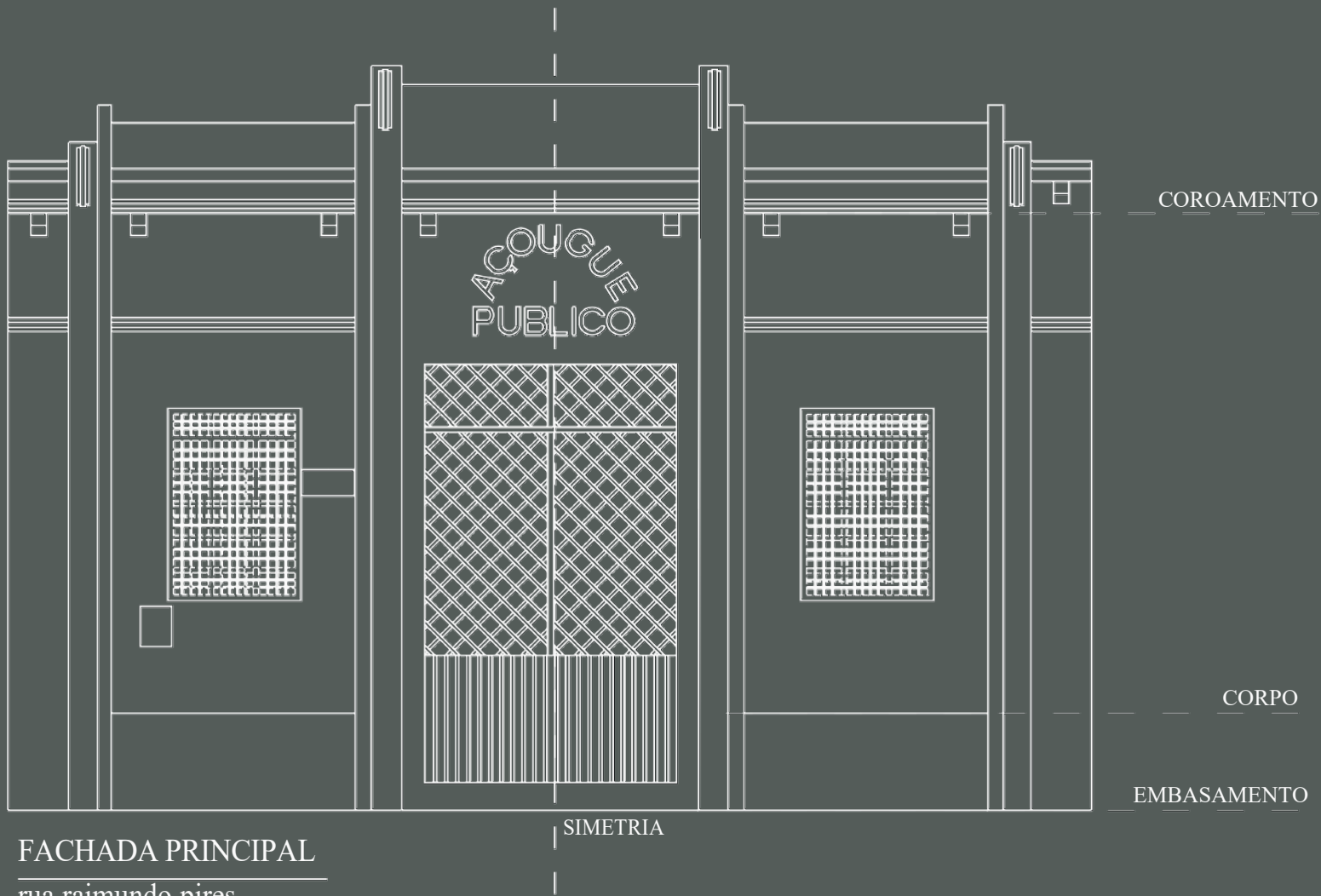
Açougue Público



FACHADA PRINCIPAL
rua raimundo pires



1937



FACHADA POSTERIOR

rua padre izidro gomes

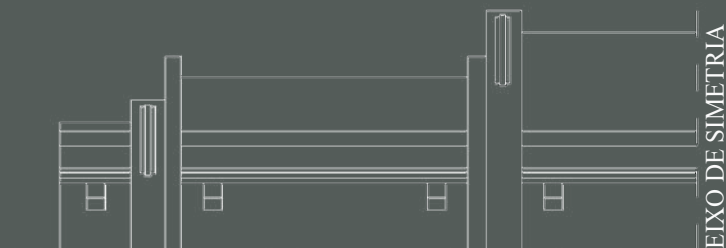
AÇOUGUE PÚBLICO

Açougue Público

PLATIBANDA ESCALONADA COM RELEVO
E REENTRÂNCIAS

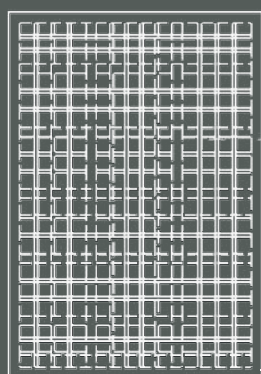
FAIXA

SIMETRIA



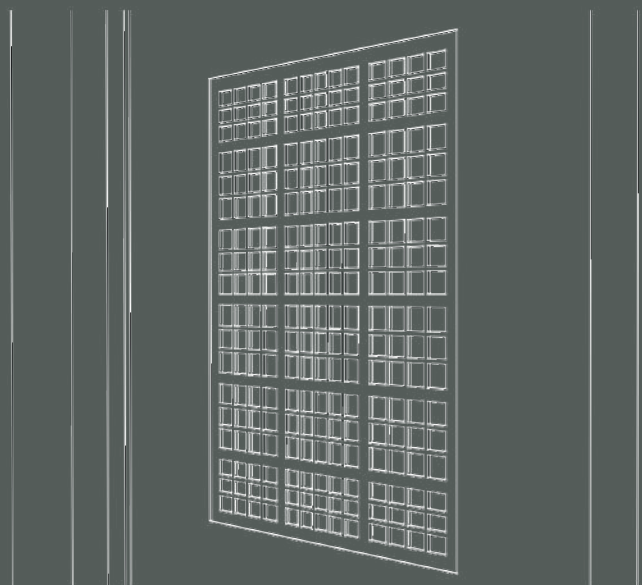
EIXO DE SIMETRIA

PLATIBANDA ESCALONADA
COM RELEVO E REENTRÂNCIAS

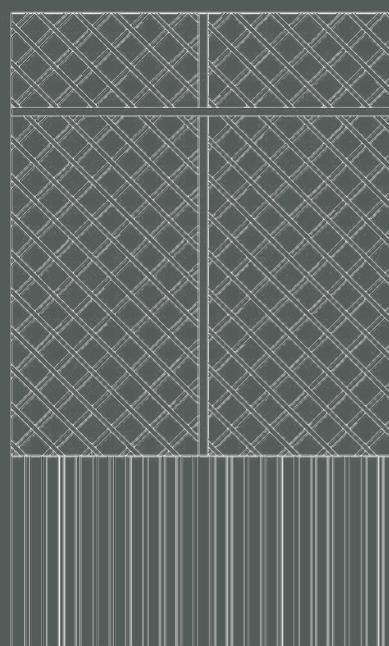


TIPO DE COBOGÓ
PERTENCENTE A FACHADA

ABERTURA NA FACHADA
COMO FORMA DE ESQUADRIA



TIPO DE COBOGÓ
PERTENCENTE A FACHADA



PORTÃO PRINCIPAL
DE FERRO FUNDIDO

ESTAÇÃO

Antiga Estação Ferroviária

1937

FICHA DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE FACHADAS HISTÓRICAS EM ALEXANDRIA-RN

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO E PREENCHIMENTO: Maria Eduarda Ferreira de Melo

IDENTIFICAÇÃO: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ENDEREÇO: Av. Dr. Gregório de Paiva

ANO DE CONSTRUÇÃO: 1947

USO ATUAL: Edificação Religiosa

CARACTERÍSTICAS GERAIS

01. TIPO DE LOTE

- ☐ ESQUINA ☐ CABEÇA DE QUADRA
- ☐ GAVETA ☐ SEM LIMITAÇÃO
- ☒ QUADRA INTEIRA
- ☐ OUTRO: _____

02. FECHAMENTO DE LOTE

- ☒ NÃO TEM ☐ CERCA VIVA
- ☐ ARGAMASSA ☐ PEDRA
- ☐ TIJOLO APARENTE ☐ MADEIRA
- ☐ CONCRETO APARENTE ☐ OUTRO: _____

03. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NO LOTE?

- ☐ SIM ☒ NÃO
- ☐ NÃO SABE INFORMAR

SE SIM, DE QUE USO? _____

04. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

05. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

06. GABARITO

- ☐ TÉRREO ☒ 1 PAVIMENTO ☐ MAIS DE UM PAV.; Nº

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS

- ☐ BOM ☒ REGULAR ☐ PRECÁRIO ☐ RUÍNAS ☐ NÃO SE APLICA

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

- ☒ PRESERVADO ☐ POUCO MODIFICADO ☐ MUITO MODIFICADO
- ☐ PRESERVADO SOMENTE A FACHADA ☐ DESCARACTERIZADO

CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

01. FILIAÇÃO ESTILÍSTICA

- | | |
|--|---|
| ☐ COLONIAL | ☐ NEOCLÁSSICA |
| ☒ ECLÉTICA | ☐ NEOCOLONIAL |
| ☐ ART DECÓ | ☐ MODERNA |
| ☐ BARROCO | ☐ DESCARACTERIZADO |
| ☐ NÃO IDENTIFICADO, MOTIVO: | |

02. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

- | | | |
|---|---|-----------------------------------|
| ☒ ARGAMASSA | ☐ CHAPISCO | ☐ CANTARIA |
| ☐ AZULEJO NOVO | ☐ AZULEJO ANTIGO | |
| ☐ MADEIRA | ☐ VIDRO | ☐ OUTRO: |

03. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

- | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------------------|
| ☐ NÃO TEM | ☒ ARGAMASSA | ☐ CANTARIA |
| ☐ MADEIRA | ☐ CONCRETO | ☐ AZULEJO |
| ☐ CHAPISCO | ☐ RUÍNA | ☐ OUTRO: |

04. ESTILO DE COBERTURAS

- | | | |
|-----------------------------------|--|--------------------------------|
| ☐ FRANCESA | ☒ COLONIAL | ☐ FIBRA |
| ☐ LAJE | ☐ METAL | ☐ RUÍNA |
| ☐ OUTRO: | | |

05. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO

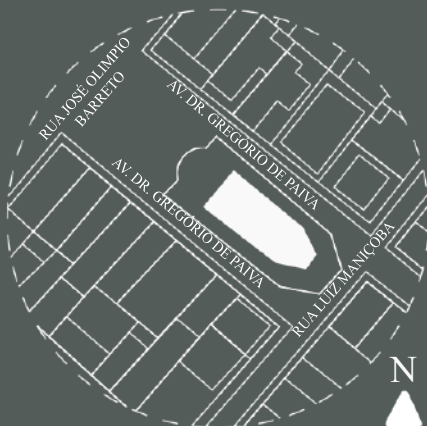
- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| ☐ 2 | NÚMERO DE ÁGUAS DO CORPO PRINCIPAL |
| ☒ | CUMEEIRA PARALELA À RUA |
| ☐ | CUMEEIRA PERPENDICULAR À RUA |
| ☒ | COM TORREÃO |
| ☐ | ÁGUA FURTADA |
| ☐ | TIPO CHALÉ |

06. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

- | | |
|---|---|
| ☒ NÃO TEM | ☐ ACRÉSCIMO VERTICAL |
| ☐ | ACRÉSCIMO HORIZONTAL |
| IDENTIFICADO A PARTIR DE: | |
| ☒ | EVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO |
| ☐ | DEPOIMENTO DE USUÁRIOS |

IGREJA MATRIZ

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



FACHADA PRINCIPAL
rua josé olimpio barreto





CRUZ LATINA

ACROTÉRIO

TORREÃO

ÓCULO

PINÁCULO

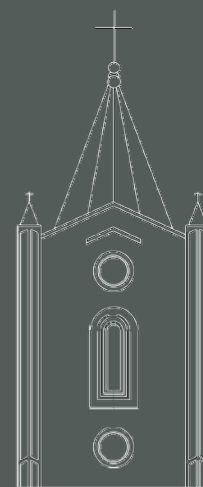
ARCOS PLENOS

FACHADA PRINCIPAL

rua josé olimpio barreto

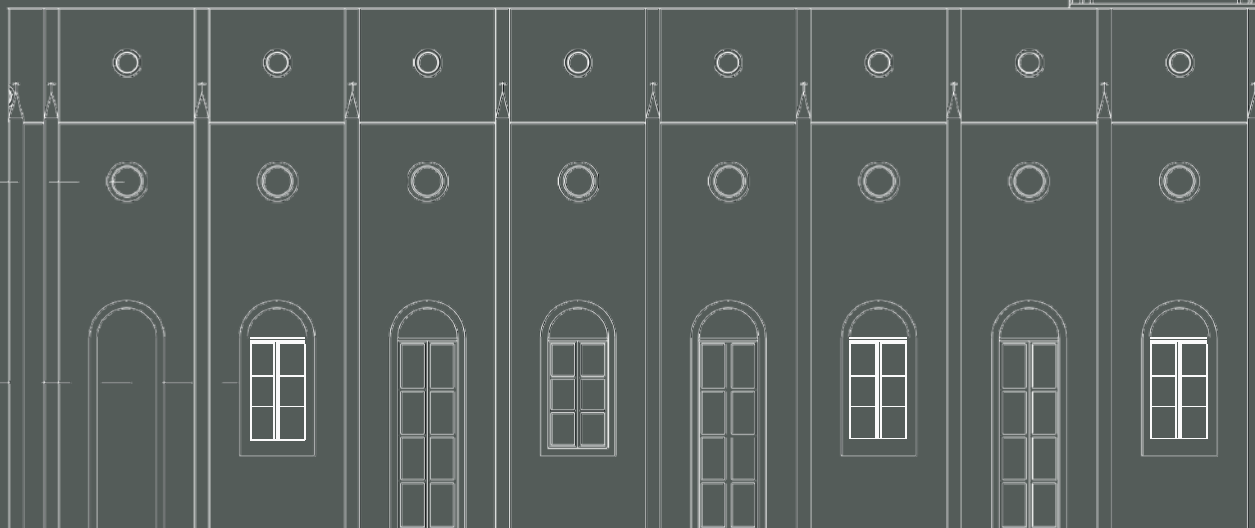
FACHADA LATERAL

av. dr. gregório de paiva



ÓCULOS
DECORATIVOS

ESQUADRIAS
ORIGINAIS
EM ARCO PLENO



IGREJA MATRIZ

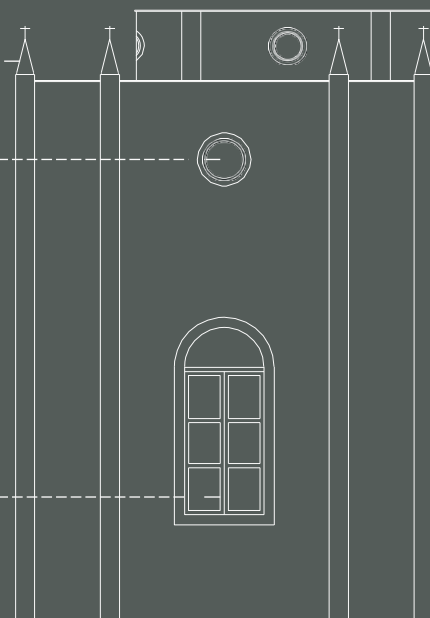
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

PINÁCULO

ÓCULO DECORATIVO

ESQUADRIA DE MADEIRA ORIGINAL EM ARCO PLENO

EMBASAMENTO



FACHADA DE ESQUINA

rua luiz maniçoba

CRUZ LATINA

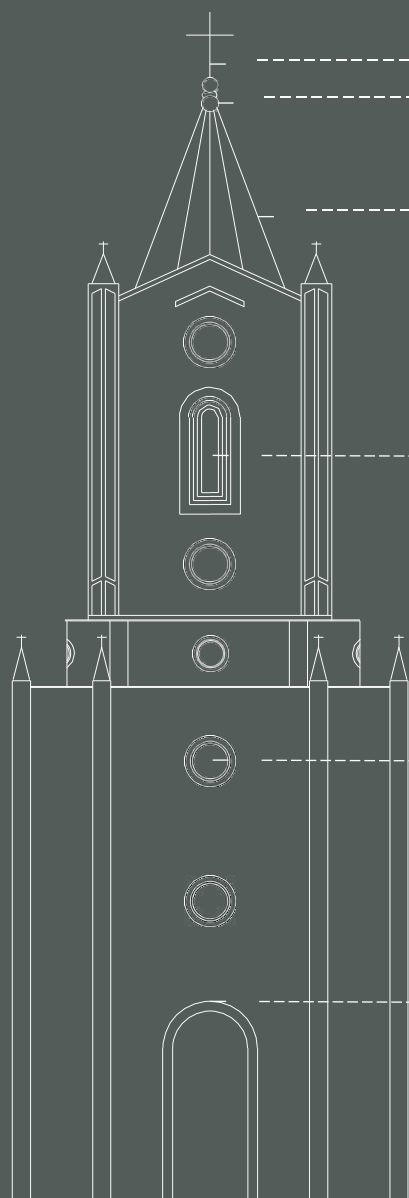
ACROTÉRIO

TORREÃO

CAMPANÁRIO

ÓCULOS DECORATIVOS

ARCOS PLENOS



FACHADA POSTERIOR

rua luiz maniçoba

IGREJA MATRIZ

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

FICHA DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE FACHADAS HISTÓRICAS EM ALEXANDRIA-RN

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO E PREENCHIMENTO: Maria Eduarda Ferreira de Melo

IDENTIFICAÇÃO: Estação Ferroviária

ENDEREÇO: Rua Rafael Fernandes

ANO DE CONSTRUÇÃO: 1948

USO ATUAL: Edificação Pública

CARACTERÍSTICAS GERAIS

01. TIPO DE LOTE

- ☐ ESQUINA ☐ CABEÇA DE QUADRA
- ☐ GAVETA ☐ SEM LIMITAÇÃO
- ☒ QUADRA INTEIRA
- ☐ OUTRO: _____

02. FECHAMENTO DE LOTE

- ☒ NÃO TEM ☐ CERCA VIVA
- ☐ ARGAMASSA ☐ PEDRA
- ☐ TIJOLO APARENTE ☐ MADEIRA
- ☐ CONCRETO APARENTE ☐ OUTRO: _____

03. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NO LOTE?

- ☐ SIM ☒ NÃO
- ☐ NÃO SABE INFORMAR

SE SIM, DE QUE USO? _____

04. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

05. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

06. GABARITO

- ☒ TÉRREO ☐ 1 PAVIMENTO ☐ MAIS DE UM PAV.; Nº

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS

- ☒ BOM ☐ REGULAR ☐ PRECÁRIO ☐ RUÍNAS ☐ NÃO SE APLICA

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

- ☐ PRESERVADO ☒ POUCO MODIFICADO ☐ MUITO MODIFICADO
- ☐ PRESERVADO SOMENTE A FACHADA ☐ DESCARACTERIZADO

CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

01. FILIAÇÃO ESTILÍSTICA

- | | |
|--|--|
| ☐ COLONIAL | ☐ NEOCLÁSSICA |
| ☐ ECLÉTICA | ☐ NEOCOLONIAL |
| ☐ ART DECÓ | ☐ MODERNA |
| ☐ CONTEMPORÂNEO | ☒ DESCARACTERIZADO |
| ☐ NÃO IDENTIFICADO, MOTIVO: | |

Pouco preciso

02. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

- | | | |
|---|---|-----------------------------------|
| ☒ ARGAMASSA | ☐ CHAPISCO | ☐ CANTARIA |
| ☐ AZULEJO NOVO | ☐ AZULEJO ANTIGO | |
| ☐ MADEIRA | ☐ VIDRO | ☐ OUTRO: |

03. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

- | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------------------|
| ☐ NÃO TEM | ☒ ARGAMASSA | ☐ CANTARIA |
| ☐ MADEIRA | ☐ CONCRETO | ☐ AZULEJO |
| ☐ CHAPISCO | ☐ RUÍNA | ☐ OUTRO: |

04. ESTILO DE COBERTURAS

- | | | |
|-----------------------------------|--|--------------------------------|
| ☐ FRANCESA | ☒ COLONIAL | ☐ FIBRA |
| ☐ LAJE | ☐ METAL | ☐ RUÍNA |
| ☐ OUTRO: | | |

05. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO

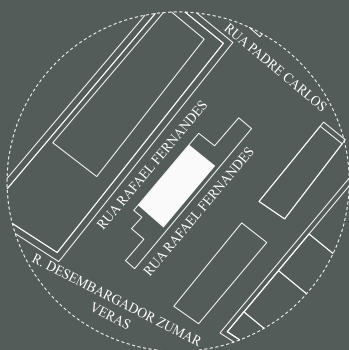
- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| ☐ 2 | NÚMERO DE ÁGUAS DO CORPO PRINCIPAL |
| ☒ | CUMEEIRA PARALELA À RUA |
| ☐ | CUMEEIRA PERPENDICULAR À RUA |
| ☐ | COM TORREÃO |
| ☐ | ÁGUA FURTADA |
| ☐ | TIPO CHALÉ |

06. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

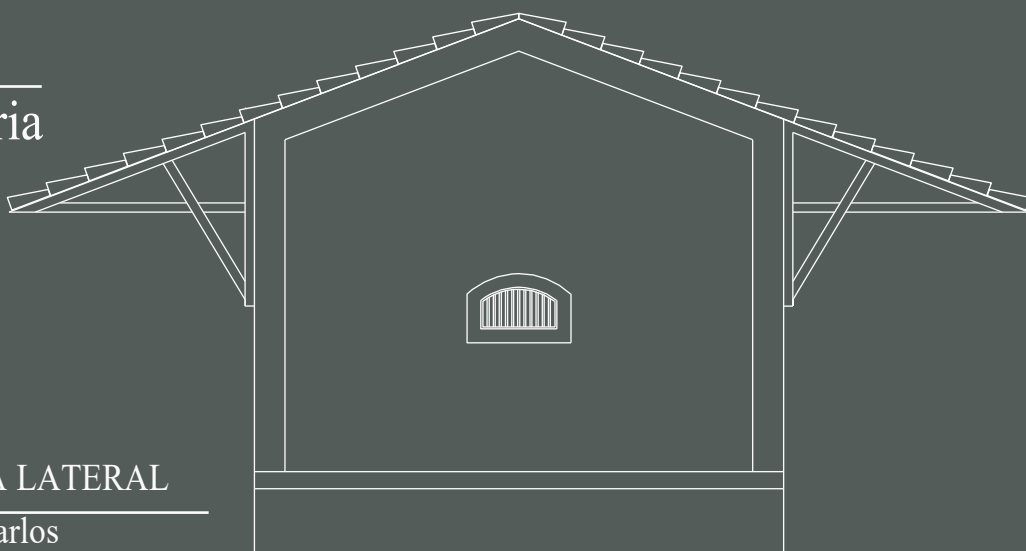
- | | |
|---|---|
| ☒ NÃO TEM | ☐ ACRÉSCIMO VERTICAL |
| ☐ | ACRÉSCIMO HORIZONTAL |
| IDENTIFICADO A PARTIR DE: | |
| ☒ | EVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO |
| ☐ | DEPOIMENTO DE USUÁRIOS |

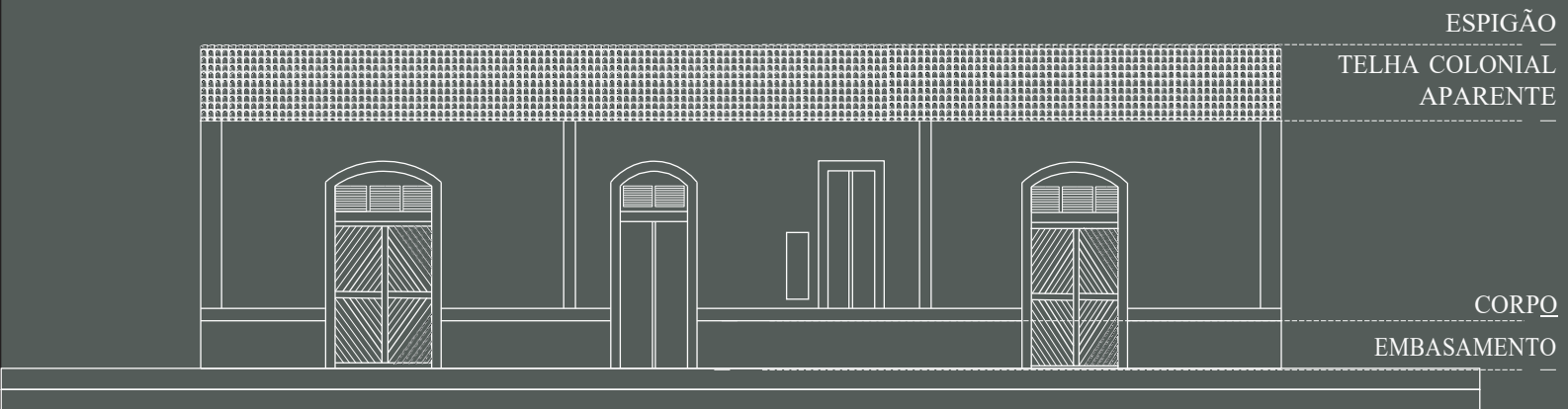
ESTAÇÃO

Antiga Estação Ferroviária



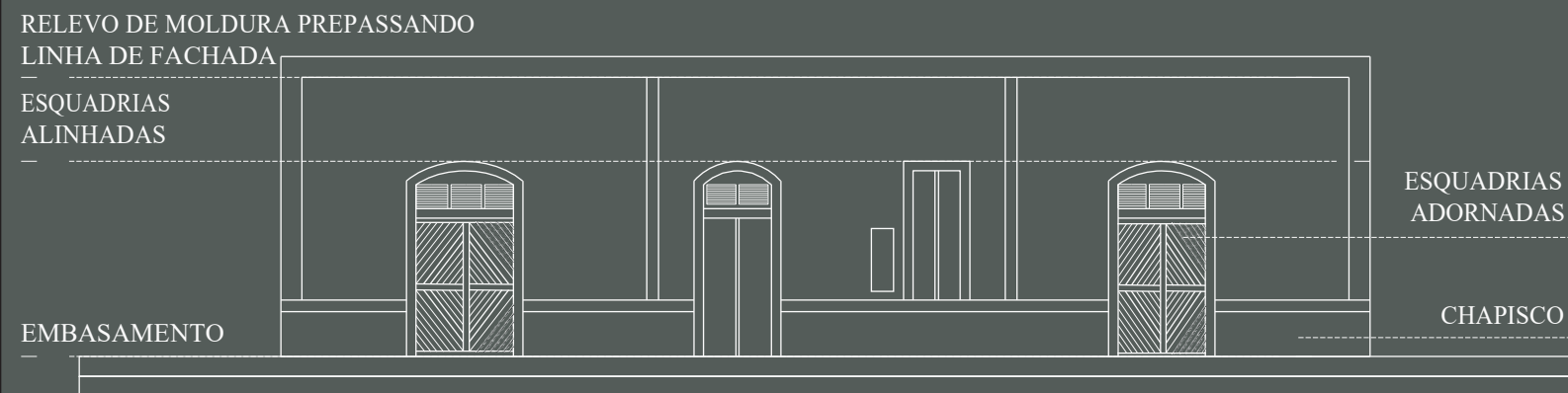
FACHADA LATERAL
rua padre carlos





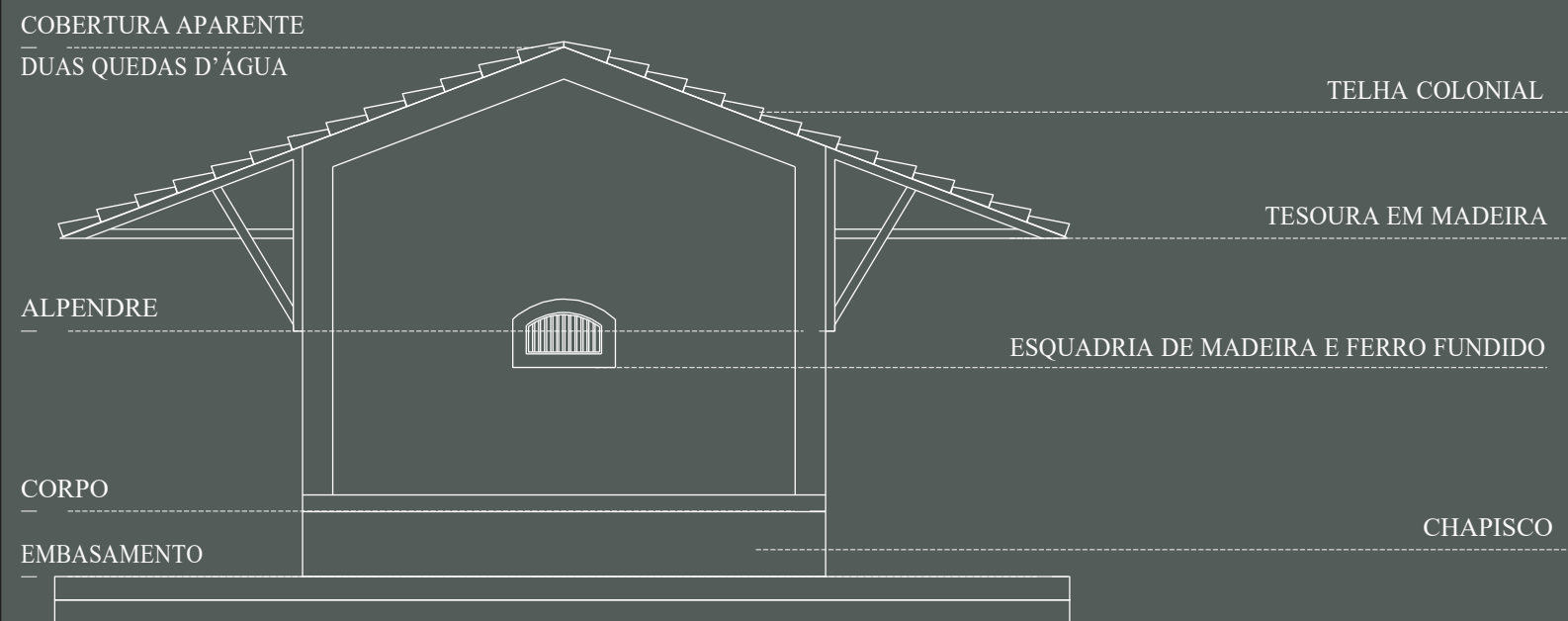
FACHADA PRINCIPAL/POSTERIOR

rua antônio caetano



FACHADA PRINCIPAL/POSTERIOR

rua antônio caetano



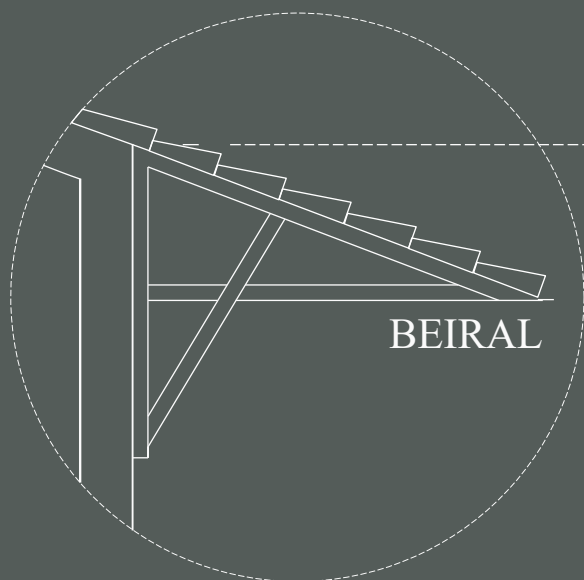
FACHADA LATERAL

rua padre carlos

ESTAÇÃO

Antiga Estação Ferroviária

1948

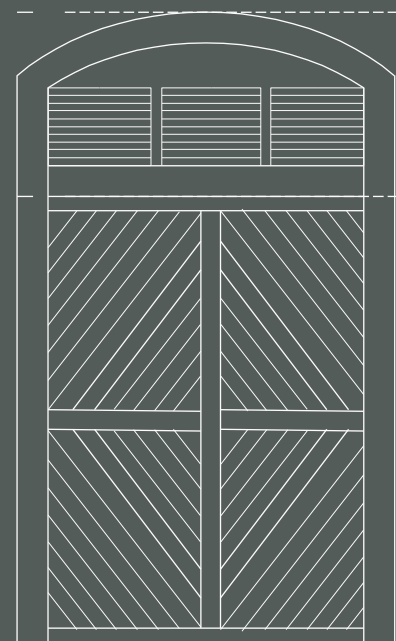


TELHA COLONIAL

ESTRUTURA DA TESOURA
EM MADEIRA

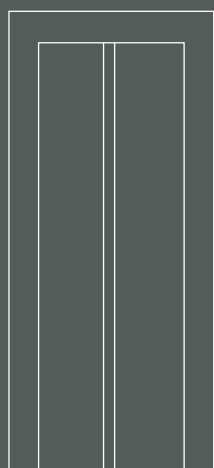
BEIRAL

MOLDURA



BANDEIRA FIXA

PORTA COM DUAS FOLHAS

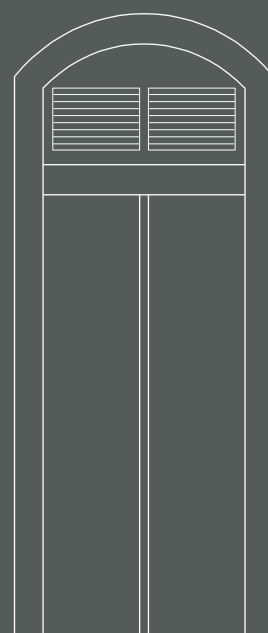


PORTA COM DUAS FOLHAS
MADEIRA

JANELA COM DUAS FOLHAS
MADEIRA

ALMOFADAS

ESTAÇÃO



ALMOFADAS

FICHA DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE FACHADAS HISTÓRICAS EM ALEXANDRIA-RN

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO E PREENCHIMENTO: Maria Eduarda Ferreira de Melo

IDENTIFICAÇÃO: Mercado Público

ENDEREÇO: Trecho Luiz Gonzaga/Tv. Agostinho

ANO DE CONSTRUÇÃO: 1949

USO ATUAL: Mercado Público

CARACTERÍSTICAS GERAIS

01. TIPO DE LOTE

- ☐ ESQUINA ☐ CABEÇA DE QUADRA
- ☒ GAVETA ☐ SEM LIMITAÇÃO
- ☐ QUADRA INTEIRA
- ☐ OUTRO: _____

02. FECHAMENTO DE LOTE

- ☐ NÃO TEM ☐ CERCA VIVA
- ☒ ARGAMASSA ☐ PEDRA
- ☐ TIJOLO APARENTE ☐ MADEIRA
- ☐ CONCRETO APARENTE ☐ OUTRO: _____

03. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NO LOTE?

- ☐ SIM ☒ NÃO
- ☐ NÃO SABE INFORMAR

SE SIM, DE QUE USO? _____

04. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

05. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

- ☐ SIM/EM QUANTOS LOTES?
- ☒ NÃO ☐ NÃO SABE INFORMAR

06. GABARITO

- ☒ TÉRREO ☐ 1 PAVIMENTO ☐ MAIS DE UM PAV.; Nº

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS

- ☐ BOM ☐ REGULAR ☒ PRECÁRIO ☐ RUÍNAS ☐ NÃO SE APLICA

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

- ☐ PRESERVADO ☒ POUCO MODIFICADO ☐ MUITO MODIFICADO
- ☐ PRESERVADO SOMENTE A FACHADA ☐ DESCARACTERIZADO

CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

01. FILIAÇÃO ESTILÍSTICA

- ☐ COLONIAL ☐ NEOCLÁSSICA
- ☐ ECLÉTICA ☐ NEOCOLONIAL
- ☒ ART DECÓ ☐ MODERNA
- ☐ CONTEMPORÂNEO ☐ DESCARACTERIZADO
- ☐ NÃO IDENTIFICADO, MOTIVO:

02. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

- ☒ ARGAMASSA ☒ CHAPISCO ☐ CANTARIA
- ☐ AZULEJO NOVO ☐ AZULEJO ANTIGO
- ☐ MADEIRA ☐ VIDRO ☐ OUTRO:

03. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

- ☐ NÃO TEM ☒ ARGAMASSA ☐ CANTARIA
- ☐ MADEIRA ☐ CONCRETO ☐ AZULEJO
- ☐ CHAPISCO ☐ RUÍNA ☐ OUTRO:

04. ESTILO DE COBERTURAS

- ☐ FRANCESA ☒ COLONIAL ☐ FIBRA
- ☐ LAJE ☐ METAL ☐ RUÍNA
- ☐ OUTRO:

05. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO

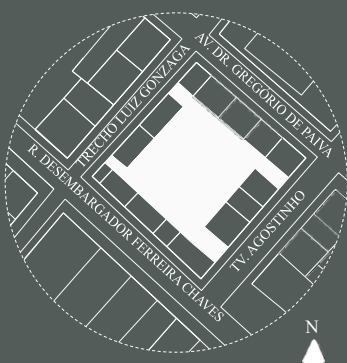
- ☐ 2 NÚMERO DE ÁGUAS DO CORPO PRINCIPAL
- ☒ CUMEEIRA PARALELA À RUA
- ☐ CUMEEIRA PERPENDICULAR À RUA
- ☐ COM TORREÃO
- ☐ ÁGUA FURTADA
- ☐ TIPO CHALÉ

06. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

- ☐ NÃO TEM ☐ ACRÉSCIMO VERTICAL
- ☒ ACRÉSCIMO HORIZONTAL
- IDENTIFICADO A PARTIR DE:
- ☒ EVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO
- ☐ DEPOIMENTO DE USUÁRIOS

MERCADO PÚBLICO

Mercado Público



FACHADA PRINCIPAL

trecho luiz gonzaga
tv. agostinho

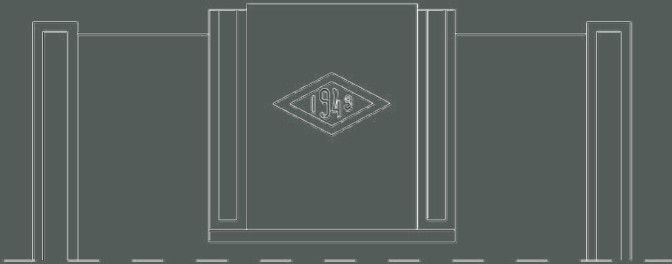


1949

PLATIBANDA ESCALONADA
COM RELEVO E
REETRÂNCIAS



EIXO DE SIMETRIA



PLATIBANDA ESCALONADA
COM RELEVO E
REETRÂNCIAS

EIXO DE SIMETRIA

LETREIRO EM ARGAMASSA

PORTÃO DE FERRO FUNDIDO

CHAPISCO



MERCADO PÚBLICO

Mercado Público

ANEXOS



Forte dos Reis Magos
Local: Natal (RN)
Ano de construção: 1598-1630
Ano de tombamento: 1949 (IPHAN)



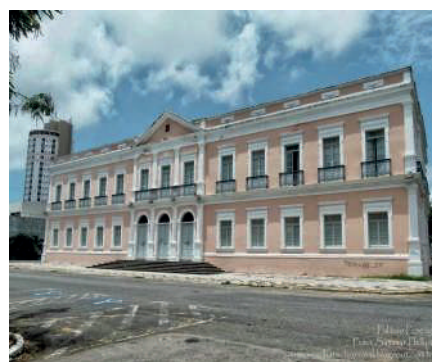
Fonte: Canindé Soares, 2021.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1706-1714
Ano de tombamento: 1987 (FJA)



Fonte: Marcos Elias de Oliveira Júnior, 2021.

Palácio Potengi
Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1866-1873
Ano de tombamento: 1965 (FJA)



Fonte: Sammyr Phillipe, 2014.

Igreja Santo Antônio (Igreja do Galo)
Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1766
Ano de tombamento: 1983 (FJA)



Fonte: Marcos Elias de Oliveira Júnior, 2021.

Museu Café Filho (Véu da Noiva ou Sobradinho)
Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1818-1820
Ano de tombamento: 1960 (FJA)



Fonte: Blog do FM, 2019.

**Prefeitura Municipal de Natal
(Palácio Felipe Camarão)**

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1922
Ano de tombamento: 2010 (FJA)



Fonte: Marcos Elias de Oliveira Júnior, 2021.

**Casa do Padre João Maria
(antigo Armazém Real da Capitania)**

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1731
Ano de tombamento: 1990 (FJA)



Fonte: Governo Federal, 2021.

**Centro de Turismo de Natal
(Antiga Casa de Detenção)**

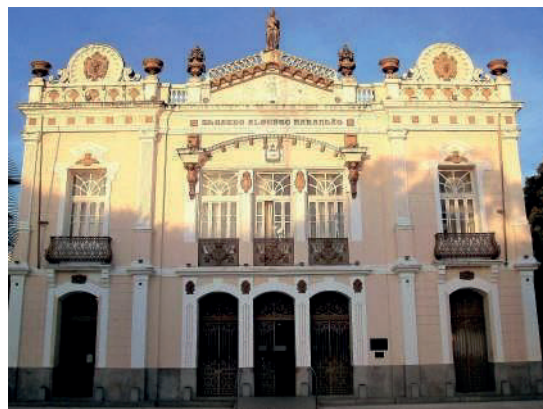
Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: Por volta do século XIX
Ano de tombamento: 1988 (FJA)



Fonte: Centro de Turismo de Natal, 2014.

**Teatro Alberto Maranhão
(antigo Teatro Carlos Gomes)**

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: 1904
Ano de tombamento: 1985 (FJA)



Fonte: Marcio Lasset, 2010.

Antigo Liceu Industrial

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)
Ano de construção: início do século XX
Ano de tombamento: 1999 (FJA)



Fonte: UERN, 2021

Instituto Histórico e Geográfico do

Rio Grande do Norte

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)

Ano de construção: 1938

Ano de tombamento: 1984 (FJA)



Fonte: IHGRN, 2021.

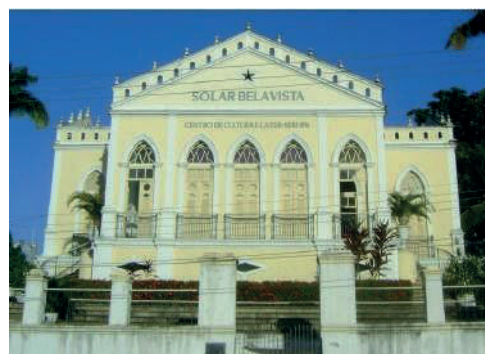
Solar Bela Vista

(Centro de Cultura e Lazer do Sesi)

Local: Natal (RN)

Ano de construção: 1907-1913

Ano de tombamento: 1990 (FJA)



Fonte: Hilneth Correia, 2022.

Igreja Matriz N. S. da Apresentação

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)

Ano de construção: 1619

Ano de tombamento: 1992 (FJA)



Fonte: Marcos Elias de Oliveira Júnior, 2021.

Residência de Luis Câmara Cascudo

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)

Ano de construção: 1900

Ano de tombamento: 1990 (FJA)



Fonte: Marcio Lasset, 2010.

Capitania Das Artes

(Antiga Capitania dos Portos)

Local: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
do Município de Natal (RN)

Ano de construção: 1873

Ano de tombamento: 1988 (FJA)



Fonte: Funcarte, 2020.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Local: Acari (RN)
Ano de construção: 1737
Ano de tombamento: 1964 (IPHAN)



Fonte: Valdir Machado, 2013.

Casa de Câmara e Cadeia

Local: Acari (RN)
Ano de construção: 1833
Ano de tombamento: 1964 (IPHAN)



Fonte: Lazaro Gama, 2017.

Ruínas da Capela do Engenho do Cunhaú

Local: Canguaretama (RN)
Ano de construção: antes de 1614
Ano de tombamento: 1964 (IPHAN)



Fonte: CAU/RN, 2022.

Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante

Local: São Gonçalo do Amarante (RN)
Ano de construção: 1757
Ano de tombamento: 1964 (IPHAN)



Fonte: Gormaia, 2013.

Casa da Câmara e Cadeia

Local: Vila Flor (RN)
Ano de construção: depois de 1768
Ano de tombamento: 1964 (IPHAN)



Fonte: Rodrigo Xavier, 2016.